

MOVIMENTO

Com a edição semanal brasileira do **Le Monde**

Figueiredo & Maluf

O REGIME É QUE É CORRUPTO!



Os verdadeiros democratas devem participar da luta contra a corrupção? Sim, porque a corrupção está intimamente ligada ao regime ditatorial e ao modelo de desenvolvimento brasileiro (págs. 4 e 5) Veja também a união de Figueiredo com Maluf, o homem que o governo repudiava (págs. 2 e 3)



O CHOQUE ELÉTRICO

Tortura à brasileira III

ROUBARAM 23,5 BILHÕES DE DÓLARES DOS TRABALHADORES

pag. 11

Militares
EXCLUSIVO
A CENTELHA NATIVISTA

VLADO HERZOG

O crime faz três anos sem justiça

pag. 12

O INCRÍVEL GORILA QUE FALA

pag. 22

Edição Semanal nº 173 - 23 a 29 de outubro de 1978 - Cr\$ 20,00 Manaus, Santarém, Macapá, Porto Velho, Rio Branco (via aérea) Cr\$ 26,00



Com Laudo Natel, cumprimentado a força outra vez



No almoço de negócios: 3 mil "convidados" a Cr\$ 300



Que teve até Silvio Caldas, agora "Seresteiro da Arena"

na corte de Paulo Salim Maluf

Paulo juntou a turma que está com Figueiredo e não abre!

Por Hamilton Almeida Filho
Fotos: Sandra Adams

ras que desciam do centro do teto até as laterais), Paulo Salim Maluf, o anfitrião, esperava seu "convidado de honra". Feliz e à vontade, assim pode-se retratar Maluf nesse momento de glória. Pura alegria em seu terno azul-marinho, na sua camisa branca, colarinho impecável, assim como é impecável o sorriso que não tira do rosto.

"Turquinho festeiro! Como conseguiu colocar tanta gente aqui dentro?", perguntava um deputado laudista.

Não foi fácil, porém. Maluf chamou a si a organização da primeira aparição do "eleito", justamente para desagrá-lo do banquete anterior, oferecido no mesmo clube pela Arena paulista, quando ainda candidato. Nessa noite, há um mês atrás, 600 foram convidados, e não apareceram nem 200!

Dessa vez, Maluf acionou seu esquema da Associação Comercial de São Paulo - o mesmo esquema que lhe garantiu os votos dos delegados da Arena, em sua vitória no colégio eleitoral. E assim, o banquete não deixou de ser um ótimo almoço de negócios.

Aqui e agora, em todas as mesas, um retrato deprimente do ao que foi reduzida a política em São Paulo, o "orgulho Estado líder da Federação". Na mesa de honra, acotovelados, mal acomodados em torno da figura do "herdeiro", a briga pelos lugares: além de Maluf e Paulo Egidio, conseguiram sentar-se, à direita:

Carvalho Pinto, Laudo Natel, Cláudio Lembo, Oto Lehman, Nelson Marchezan e Amaral Furlan, este quase caindo da cabeceira.

À esquerda: Manoel Gonçalves Ferreira Filho, José Maria Marim, Arnaldo Prieto, Abreu Sodré, Lucas Garcez, Delfim Neto, Saíd Farah, coronel Paiva Chaves, conhecido entre assessores presidenciais, como "coronel Paiva Chivas.

O prefeito Olavo Setúbal e Miguel Colassuono (dois ministérios) não conseguiram lugar à mesa. Um sentou junto a auxiliares, e outro ficou de pé, por trás dos convidados de honra. Nas demais mesas, delegados partidários, vereadores e prefeitos de cidades do interior - muitos deles mal dormidos, pois viajaram à noite -, todos sem inspirar a menor representação popular. E nisso todos se igualavam, pequenos e grandes bajuladores, curiosos cumpridores do dever de "beijar mão": enquanto esperavam a comida, a hora de aplaudir e a hora de dizer "presente" aos chefes, pareciam perdidos em meio a esta festa sem vida.

Pobres-diabos! Além de tudo foram obrigados a pagar 300 cruzeiros por convite para comer posta de peixe ao molho tártaro com salada russa; peito de frango com cogumelos e arroz de forno; tomar vinho rosé; e sorvete.

Arrebanhados entre 46 entidades 21 federações de trabalhadores e outras tantas de patrões, além de sociedades amigos de bairros e entidades filantrópicas, os 3 mil "convidados" acabaram por proporcionar uma renda de mais de 1 milhão de cruzeiro aos promotores da festa.

Não era à toa que Maluf, como um Adhemar das Arábias, não parava de sorrir.

Triste papel! Eis que de repente, anunciado pelo deputado Blota Junior (candidato a suplente de senador pela Arena paulista), surge neste cenário de falsa política o "Seresteiro do Brasil", nada mais, nada menos que Silvio Caldas, confesso "arenista de primeira hora".

"Arranca a máscara da face, pierrô..."

Para arrematar, em plena balbúrdia de talheres, luzes, câmeras e microfones, deu de presente ao "presidente Figueiredo" uma marchinha:

"Te contei/ se não te contei/ não faço segredo/ já transei minha morena/ vou votar na Arena com Figueiredo/ Deputado ou senador/ da Arena não tem medo/ pois conta com o apoio/ da legenda Figueiredo"

Corria entre os presentes que Silvio Caldas estava ali com cachê pago pelo ex-ministro Delfim Neto, coordenador da Campanha da Arena paulista nestas eleições. Fofocas, intrigas da oposição.

Afinal, a Arena paulista é um antro de intrigas e desuniões. Um verdadeiro naufrágio com data marcada - as eleições de 15 de novembro próximo. Os estatísticos mais otimistas do partido estão implorando aos céus para que "a Arena tenha na Grande São Paulo 30% de todos os votos", o que será uma "estroncosa vitória".

Visto daqui de dentro desse banquete, a Arena não parece ser "o maior partido do Ocidente". Numa panorâmica pelo salão talvez se possa ver mais claramente por que a Arena é um partido capaz de encher de gente uma festa, mas é completamente incapaz de encher as urnas de votos. Veja, a Arena não passa de um "chão de estrelas".

1) Na mesa principal, a de honra, ao lado do seu futuro chefe supremo, o "eleito" João Batista, o quadro flagrante da desunião partidária: Laudo Natel (que chegou atrasado para dirigir-se direto à mesa), está sentado, emburrado, como uma criança mal-criada, fazendo bico e enrolando os polegares, nervosamente - não come, não fala, não aplaude, nem ri.

2) Na mesma mesa: Lucas Nogueira Garcez, Carvalho Pinto, Laudo Natel, Abreu Sodré e Paulo Egidio Martins (futuro ex-governador como os outros); todos os homens que governaram o Estado de São Paulo nos últimos 28 anos - com exceção apenas de Adhemar de Barros (falecido) e Jânio Quadros, "suicida político" -, ali sentados, incapazes de salvar a Arena de uma catástrofe nas urnas. Mais se parecem com figuras de um museu de cera de periferia.

3) Circulando, passando por entre as mesas, depois de ir até o "convidado de honra", está o deputado Faria Lima, o "rebelde", um quase dissidente no combate à corrupção, à cata de jornalistas para dar qualquer declaração; no hall de entrada, o deputado Ademar de Barros Filho dá abraços largos em correligionários do interior e nos deixa até com saudades da figura que era o seu pai, o "rouba-mas-faz", o "dr. Ademar"; o deputado Rafael Baldacci parece estar escondido, perto de uma mesa de jornalistas da revista "Isto É"; todos procurando tirar o seu nome pessoal da areia movediça onde se atola o partido do governo.

4) No salão, os pequenos políticos moldavam a base do quadro: candidatos de todos os municípios, de todas as periferias das cidades paulistas, disputavam nas mesas os "souvenirs" do banquete, fossem as flores ornamentais, fossem autógrafos ou, depois de longa fila, uma foto ao lado do "eleito" João Batista - arma útil na campanha do interior e que deu um lucro incalculável a 9 fotógrafos "lambe-lambes", que lá estavam a postos.

5) Por último, pairando sobre todo o fragmentado quadro partidário, Paulo Salim Maluf emergiu dos escândalos recentes de corrupção ("Caso Lutfala") como o maior vitorioso, o homem que atualmente dá as cartas na Arena paulista. Com claqué organizada, mostrou - pssmem! - ser a única opção política de apoio do futuro presidente em São Paulo. Demorou 10 minutos em seu discurso para elogiar (e mostrar ao mesmo tempo) todas as facções do partido ali representadas. Se aproveitou da oportunidade para comprometer publicamente (e diante de "seleta" platéia de delegados do interior) o "presidente eleito" com sua idéia "altamente suspeita" de mudança da capital do Estado. E, por fim, ainda se deu o luxo de uma pequena confissão quase uma indiscrição íntima de público.

"... pode ser que eu tenha cometido muitos erros. Confesso que, efetivamente, errei. Mas isso porque fui de um lado para o outro. Jamais alguém poderá dizer que eu fiquei em cima do muro." (Aplausos).

Por fim, fala Figueiredo

Os olhos do "herdeiro" não podiam acreditar no que estavam vendo. No centro das luzes e das atenções, João Batista pareceu suar todos os seus pecados - obrigado a começar a sua peregrinação política por São Paulo, na busca de

desmontar definitivamente as dúvidas quanto a sua posse e início de governo.

Seus assessores políticos, Saíd Farah e Nelson Marchezan, aproveitavam o tempo para conversas em "off" e "semi-off" com os jornalistas e correligionários presentes. "... Que é evidente a necessidade de criação de novos partidos..."

"...Mas que o general Figueiredo não vai tomar qualquer iniciativa..."

"... Ele apenas vê com bons olhos essa movimentação toda em torno de novas legendas..."

Intricadas conversas onde se plantam notícias e balões de ensaio. Ali, o principal "balão" inflado era o do "Partidão", como vem sendo chamada a tentativa do ministro Golbery do Couto e Silva de juntar vários gatos num mesmo saco: Magalhães Pinto, Paulo Egidio, Chagas Freitas, Jarbas Passarinho, José Sarney, Antonio Carlos Magalhães, Ney Braga, tudo para depois de 15 de novembro, certamente.

Incrível! Mesmo depois de "eleito", sacramentado pela farsa do colégio eleitoral e com todo um arsenal de atos arbitrários à disposição, João Batista e seu staff não se comportam como se acreditassem no que têm pela frente. Que sustentação política pode ter um presidente eleito por um partido aos frangalhos como essa Arena?

Em meio à festa, ficou claro, na primeira semana do "novo" presidente, que São Paulo será o seu maior problema político, entre as dezenas de outros que explodem por todos os Estados. Entre o peixe e o peito de frango, apesar de ouvir oradores "selecionados", teve que engolir a posição dos empresários, preocupados com a estatização e a inflação; teve que prestar atenção quando o "líder sindical Argeu dos Santos", vice-presidente da Federação dos Metalúrgicos, pediu "o direito à greve" e "o aperfeiçoamento dos mecanismos de distribuição de renda".

E não teve chance de resposta ao ouvir do governador que sai, Paulo Egidio Martins, um discurso beirando ao patético, de tão forçado nas entonações fortes vaticinando dias negros para todos nós:

"... Os próximos anos serão um período crítico na história do país ...", disse em determinada altura, e emendou: "... Pode estar certo, general Figueiredo, que jamais será atingido pelas costas. Porque lá, para protegê-lo, estaremos nós os paulistas."

Decretada a crise por Paulo Egidio, restou a João Batista a tarefa de ler com sua voz de quartel - gritada e um pouco esganiçada - um discurso de sete laudas, escrito por sua assessoria e emendado até a última hora, a caneta, em cima da mesa do banquete, por Saíd Farah.

E aproveitou essa primeira oportunidade política como "eleito" para fazer sua profissão de fé no capitalismo, além de prometer solenemente para tão fina platéia: "Quero reafirmar, aqui e agora, que pretendo conter a estatização da economia fora daqueles casos especiais, previstos na Constituição. Pretendo desestatizar tudo o que puder ser mais bem administrado por particulares."

Por fim, dirigiu-se aos trabalhadores, falou em "corrigir as injustiças, suprimir os fatores de desigualdades e a todos assegurar oportunidades de acesso e participação na riqueza nacional", mas infelizmente, perdeu a oportunidade de apontar claramente, já como "chefe de Estado", quais os métodos que usará para atingir tão nobres objetivos.

Do jeito como chegou - envolvido por um batalhão de agentes de segurança, destacados pelo DEOPS paulista, todos ostentando um pequeno cavalo marinho dourado na lapela do paletó foi saindo apressadamente pelo salão já vazio e com jeito de fim de festa. O "herdeiro" João Batista se foi, sumido dentro do mesmo e fúnebre LTD preto escoltado por batidores.

Na avenida Faria Lima, passando das 3 horas da tarde, chegou a haver um pequeno congestionamento por causa dos curiosos.

A corrupção é inerente à natureza do homem ou do regime?

O cheiro que exala dos porões do regime não é agradável. Foi suficiente um pouco mais de liberdade para a oposição e um pouco mais de divisão entre as forças situacionistas para que uma série constrangedora de irregularidades administrativas chegasse ao conhecimento público. A lista já é grave e extensa. Mas a cada semana são revelados novos casos de abusos de poder, de verbas desviadas, de favorecimento a empresas ou de mordomias engenhosas. E se as denúncias recentes, em sua maioria, atingem o governo atual, não é preciso forçar a memória para recordar episódios semelhantes apontados nos governos militares anteriores.

As acusações, o governo tem respondido apenas com prisões, ameaças ou com a insinuação desajeitada de que a campanha tem "objetivos políticos". Mas é claro que tem objetivos políticos! Poderia ser de outra forma? Seus objetivos são, precisamente, esclarecer os fatos, punir os responsáveis, mostrar algumas das consequências do regime militar e apressar o seu fim. Alega-se também que alguns dos denunciadores, que participaram do governo, estão agindo por ressentimento e despeito. E daí? Pouco importam os motivos dos denunciadores. A questão essencial é saber se as denúncias são verdadeiras e que providências elas reclamam.

Os democratas estão fora dessa briga?

Em círculos oposicionistas, contudo, tem aparecido a dúvida se a luta contra a corrupção administrativa interessa às forças democráticas e populares. Critica-se a visão superficial e moralista de setores médios urbanos, que tratam a corrupção como se fosse o grande problema do país e como se resultasse apenas da desonestidade pessoal deste ou daquele funcionário. Adverte-se que, na história brasileira, a luta pela moralidade administrativa foi repetidamente manipulada por setores conservadores para se opor a governos progressistas. Foi com as denúncias de um "mar de lama" no Catete, que a UDN e setores militares da direita procuraram encurralar Getúlio Vargas e levá-lo à renúncia; acabaram levando-o ao suicídio. O próprio golpe militar de 1964 desfraldou, entre outras bandeiras, a do combate à corrupção do governo Goulart. Que pensar dessas críticas?

É certo que a corrupção administrativa não constitui o problema principal que aflige os trabalhadores e impede o livre desenvolvimento do país. Problemas mais sérios são a dependência crescente da economia brasileira aos capitais e à tecnologia externos, notadamente americanos; a concentração acentuada da propriedade da terra; o arrocho salarial ou a carestia de vida. No entanto, a corrupção de autoridades e funcionários públicos é também um problema importante. Em primeiro lugar, porque se entrelaça com os problemas básicos que acabam de ser mencionados. A corrupção ajuda a penetração imperialista: nos Estados Unidos, a pressão da opinião pública obrigou poderosas empresas a reconhecer que subornam altos funcionários de governos estrangeiros como um método sistemático para fa-



cilitar seus negócios. A corrupção amplia também as propriedades e o poder dos grandes fazendeiros: a grilagem de terras, por exemplo, não seria possível sem a cumplicidade bem paga de tabeliães, juizes e delegados. Em segundo lugar, o enriquecimento fácil que alguns podem obter com as propinas, comissões, desvios de verbas e bens públicos vem agravar as desigualdades sociais, num país onde tantos trabalham arduamente para ganhar tão pouco.

Não é possível, portanto, lutar até o fim pela independência completa do país, pela reformulação profunda de sua estrutura agrária ou pela redistribuição da renda nacional sem defender, ao mesmo tempo, a moralização da administração pública. A direita pôde levantar hipocritamente a bandeira da moralidade administrativa contra os governos nacional-reformistas porque é próprio desses governos parar no meio do caminho, tanto no combate aos monopólios estrangeiros e nacionais ou pela reforma agrária, quanto na luta para acabar com as desigualdades sociais, com os privilégios dos altos funcionários e com as negociatas e as "caixinhas".

Mas isso significa que só o movimento popular tem condições de se opor conseqüentemente à corrupção administrativa. Logo, não se deve consentir que essa bandeira lhe seja arrebatada. O que o movimento popular precisa é relacionar a corrupção administrativa com os outros problemas do país e combatê-la, da mesma forma democrática conseqüente como luta contra qualquer outro problema social. Ou seja: com a participação da opinião pública e com ampla mobilização dos trabalhadores, e não apenas com medidas burocráticas, inquéritos sigilosos e acertos judiciais.

Todo homem é corrupto?

Aqui os defensores do regime procuram espalhar outra dúvida. Alegam que a corrupção é inevitável e inerente à "natureza humana". Tratam, assim, de desculpar o regime militar e incutir no povo uma resignação fatalista com as irregularidades e falcatruas.

É um ponto de vista falso e pernicioso. Se a corrupção fosse própria da "natureza humana", todos os homens seriam corruptos, o que não é verdade. A grande maioria, aliás,

não tem sequer a possibilidade de receber comissões ou desviar verbas, pois não ocupa cargos públicos. Qual é o trabalhador que pode sonhar em ser ministro do Trabalho e ter, à custa do dinheiro público, casa, carro, empregados e uma mesa tão farta como a do ministro Arnaldo Prieto?

Acresce que não existe a tal "natureza humana" imutável; os homens não são iguais. A humanidade já passou por épocas históricas bem diferentes e, desde que as sociedades se dividiram em classes, os homens ocupam posições de classe opostas e têm interesses, idéias e hábitos bem distintos. Para encontrar uma "natureza" que fosse igual nos homens de todas as épocas históricas e de todas as condições sociais, seria preciso ficar num plano de características tão gerais - como a de que os homens têm duas pernas e dois braços - que delas não se poderia deduzir nenhuma conclusão útil sobre os problemas concretos enfrentados pelos homens.

A corrupção administrativa, portanto, não é "natural", nem decorre apenas dos defeitos individuais. Ela tem causas políticas, econômicas e ideológicas precisas e típicas de determinados regimes sociais. Só o exame dessas causas permite compreender por que, em certo momento da história humana, surgiu o Estado e com ele a possibilidade da corrupção administrativa, e por que a corrupção aumenta em determinados períodos históricos.

Corrupção, a filha enjeitada do regime militar

No que respeita ao Brasil, a corrupção administrativa dos últimos anos tem sua causa principal no próprio regime militar. A participação política das camadas populares e mesmo de empresários capitalistas e fazendeiros foi reduzida drasticamente. As decisões importantes passaram a ser monopolizadas por um círculo estreito de generais, almirantes e brigadeiros, ajudados por alguns técnicos e políticos. A possibilidade de reunir e organizar, legalmente, ficou confinada a questões menores. A imprensa foi submetida à censura, prévia ou indireta. Fiscalizar os governantes, exigir que prestem contas, apontar seus erros ou abusos se tornou praticamente impossível, quase um delito, enquanto o regime militar andou de vento em popa. Nesse clima rarefeito, a corrupção só podia prosperar.

A experiência serve de lição para os setores médios urbanos que, desorientados por sua visão superficial e moralista dos problemas sociais, acreditaram em soluções golpistas, imaginaram que o remédio estaria num "regime forte", que moralizasse o país. Ora, todo regime burguês-latifundiário "forte" enfraquece as defesas democráticas do povo e facilita os desmandos e as negociatas. Os métodos autoritários com que se pretenderia combater a corrupção são justamente os que permitem que ela se propague, se esconda, permaneça impune. Mesmo que algum "déspota esclarecido" quisesse moralizar a administração, como iria fiscalizar o conjunto do país? O único caminho para extirpar a corrupção e outros males que angustiam o país está numa democracia forte e baseada na participação popular organizada e ativa.

Acresce que todo o arsenal de leis e órgãos repressivos foi montado para facilitar um desenvolvimento capitalista acelerado, com o reforço das empresas estrangeiras e do sistema latifundiário de apropriação e uso da terra. Ora, todo regime econômico-social fundado em alguma forma de exploração de trabalho traz, em si, o incentivo à corrupção administrativa. É difícil separar o enriquecimento pessoal admissível do indevido; os métodos legais de apropriação do trabalho alheio dos condenáveis. É por isso que muitos não vêem nada de irregular em que um general se torne presidente de uma empresa estrangeira e a ajude a obter de órgãos governamentais concessões e favores. A ordem não é atrair e facilitar a vinda de capitais estrangeiros? Parece também muito "normal" que um major se assalariar a um empresário americano e o ajude a açambarcar imensa porção do território nacional, passando por cima das proibições legais e da fiscalização do Incra. Se a função econômica do Estado é "supletiva" da iniciativa privada, não parece "lógico" que canalize vultosos recursos públicos para socorrer bancos e industriais mal administradas e falidas?

Os próprios incentivos fiscais e creditícios, criados pelos governos militares, de já escandalosos, se transformaram em canais de negócios escusos. Criaram-se firmas exportadoras "fantasmas", que simulavam vender ao exterior, só para obter os créditos fiscais concedidos a título de incentivo às exportações de manufaturados. Compravam-se fertilizantes, a juros inferiores à inflação, só no papel; ou obtinham-se créditos agrícolas - com os mesmos juros negativos e prazos longos de amortização - só para especular com terrenos. Mesmo uma parte dos empréstimos externos são contrai-dos por grandes empresas estrangeiras ou nacionais só para especular no "mercado aberto" de títulos públicos, obtendo-se ganhos fabulosos no simples *overnight* - de um dia para outro. E as obras faraônicas - como a Transamazônica, a Ponte Rio-Niterói, a Ferrovia do Aço ou as Centrais Nucleares, "prioritárias" e por isso tocadas a toque de caixa, sem concorrências públicas, com constantes remarcações de preços e, naturalmente, "caixinhas" polpudas?

Todos esses fatores eram, afinal, reforçados pela ideologia individualista e consumista da fortuna pessoal a qualquer preço, das desigualdades sociais como incentivo ao progresso e ao esforço dos gananciosos. "O homem é corrupto por natureza." "Se todos roubam, por que não eu?" No ambiente cultural degradado, o funcionário honesto é que passa a ser ridicularizado como um D. Quixote ingênuo, candidato a ser "palmatória do mundo", quando não perde o emprego e a confiança dos chefes...

O combate consequente à corrupção é, portanto, inseparável da luta contra o regime militar, seu modelo de desenvolvimento e seus valores culturais. Levá-lo até o fim implica não só punir este ou aquele responsável, mas também pugnar por um regime democrático efetivo e avançado, por um desenvolvimento sem monopólios estrangeiros e nacionais e sem latifúndios, e mais ainda por uma sociedade nova, sem explorados e exploradores, voltada para a libertação, o trabalho e o progresso em comum de todos. Só numa sociedade assim deixará de haver terreno e clima para que a corrupção germine. Mas esse regime social só poderá ser conquistado pela união e a luta prolongada dos trabalhadores, em particular dos operários e camponeses. Nessa luta, a bandeira do combate à corrupção e pela moralidade administrativa deve ser hasteada, entre outros, pelo seu valor educativo e mobilizador.

A Centelha Nativista

Pela primeira vez, a história e a evolução de seu pensamento político.

O que pensam os militares dissidentes? Como se organizam? Eles vão da extrema-direita ligada ao general Sylvio Frota, até as posições progressistas defendidas pelos militares cassados, e de uma maneira ou de outra - qualquer destes grupos pode representar, para melhor ou para pior, papel importante na alteração do atual quadro político.

O depoimento seguinte, aos repórteres Edilberto Veras e Márcio Bueno, mostra como nasceu e evoluiu a Centelha Nativista, também conhecido como "Nacionalista" entre civis. É o mais antigo e mais bem organizado. Um dos nativistas" ouvidos ocupa cargo de direção no grupo. Mantivemos os conceitos e a terminologia adotados pelos entrevistados.

A Centelha Nativista surgiu em Salvador, Bahia, no ano de 67, quando militares e civis começaram a sentir os desmandos administrativos do governo Costa e Silva que davam oportunidade ao ressurgimento da corrupção em vários níveis do governo.

Fundamentalmente procurava-se, através de reuniões semanais, aprofundar o estudo da realidade da época, à luz dos fatos e das informações disponíveis, procurando fugir dos enfoques tendenciosos das informações oficiais. Os problemas mais sentidos eram: a corrupção no governo; o ressurgimento da subversão; e a desnacionalização.

Sem bebidas, com nacionalismo

O grupo como acontece até hoje, estava desvinculado de qualquer organização oficial e buscava apenas, decepcionado com os rumos tomados pela "revolução", o comprometimento de cada um no sentido de atuar primordialmente no plano das idéias, de conscientizar a oficialidade e segmentos civis para sua ideologia democrática, nacionalista e responsável.

Visando a propagação das idéias, foi criado um lema, "O Brasil acima de tudo", e um ritual para as reuniões. Estas seriam iniciadas com a saudação do lema, não haveria bebidas alcoólicas e, no centro da mesa, seriam colocadas uma Bíblia e a Bandeira do Brasil. Estabeleceram-se os 10 mandamentos da Centelha e começou-se a trabalhar em um ideário, concluído em dois volumes com aproximadamente 200 páginas cada um.

Foi criada uma saudação entre os membros do grupo, que consistia em levantar o braço direito com a palma voltada para baixo e proferir o lema - O Brasil acima de tudo. Criou-se o jornal A Tocha, que era enviado a todos os que aparentavam ter um nível de sensibilidade capaz de captar a mensagem.

Um capitão pára-quadista passou por Salvador, tomou conhecimento da idéia, participou de algumas reuniões, empolgou-se e resolveu difundir o movimento por sua conta em outras partes do Brasil. Na Brigada Pára-quadista a idéia foi aceita plenamente por grande quantidade de capitães e tenentes. A maior parte dos integrantes da Centelha na Brigada eram elementos que haviam tomado parte ativa na luta contra a subversão, inclusive em ações que envolviam risco de vida.

Houve, nesta época, uma afluência espontânea em busca do agrupamento, por parte daqueles que se sentiam sufocados pelos desmandos dos condutores da "revolução".

Um começo na ultradireita

Alguns capitães foram cursar a EsAO (Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais do Exército, e lá criaram outro núcleo. A corrupção no governo Costa e Silva atingia níveis inaceitáveis. Os capitães e tenentes da Centelha já não admitiam conviver com a corrupção e a subversão, somente para preservar o sentido de coesão da "revolução". Continuamente estes militares cobravam providências dos seus comandantes, pois sentiam-se responsáveis por algo que tomava direção diferente daquela que pretendiam.

Nesta época a posição da Centelha era, segundo um dos seus membros, quase de ultradireita, porque eles acreditavam que os políticos só se preocupavam com os seus próprios interesses, e o destino do País tinha que ser conduzido por um grupo digno e forte, através de uma ação de força.

Alguns componentes da Centelha tomaram parte ativa em ações visando a implantação do AI-5 (repressão, explosões para culpar os comunistas, abertura de correspondências do exterior para identificar corrupção no comércio internacional, montagem da prisão de Delfim, etc.). Na realidade o AI-5 não serviu para o combate à corrupção como os integrantes da Centelha esperavam.

Os presos do 7 de setembro de 69

Com a "doença" do general Costa e Silva, e por terem sido informados de que a sua morte era inevitável, os membros da Centelha começaram a se articular no sentido de apresentar um general que mais se aproximasse daquilo que aspiravam. A componente mais significativa do seu pensamento político era o nacionalismo.

Por eliminação, chegou-se ao nome do general Albuquerque Lima. Este inicialmente surpreso por ter sido "prensado" por 23 capitães e tenentes, que impunham a aceitação da sua candidatura e ainda lhe mostravam uma plataforma de governo, não aceitou prontamente. Novos contatos foram feitos, com pequenos grupos se revezando, até que o general aceitou.

Aconteceu, então, o sequestro do embaixador americano e a capitulação (concordância com a negociação proposta pelos sequestradores) da junta governativa. Era quase certo que o general Lira Tavares assumiria a presidência, o que representaria a continuidade "do governo da corrupção e da covardia".

O núcleo do Rio de Janeiro, através de ligações telefônicas para os núcleos de outros Estados, tomou posição contrária à rendição do Exército, que concordavam em conduzir os subversivos ao exterior. Vários quartéis praticamente se levantaram quando souberam que o pacto se confirmara, e que os prisioneiros iriam viajar às 17 horas. O núcleo da Guanabara montou um esquema para impedir a saída do avião e, se fosse o caso, metralhá-lo no chão. Um grupo composto unicamente de oficiais, em viaturas militares e fortemente armado, dirigiu-se ao Galeão e, lá chegando, tomou conhecimento de que o avião havia saído às 15 horas.

A Rádio Nacional foi então tomada, e fez-se uma proclamação à nação, em que se repudiava a atitude do governo.

Um comandante de unidade, indignado com a covardia e indefinição dos escalões superiores neste acontecimento, resolveu não desfilar no dia 7 de setembro. O conjunto destes fatos ocasionou a prisão de vários integrantes do grupo e do comandante de unidade que não desfilou.

Hoje, todos os que foram presos ostentam a prisão como "símbolo da não covardia".

Albuquerque ganha mas não leva

Através de um trabalho de conscientização, conseguiu-se sensibilizar os oficiais da faixa de major, capitão e tenente, para ascensão do general Albuquerque Lima. Inexplicavelmente, o Alto Comando resolveu fazer uma votação nos diversos comandos do Exército. A apuração estava conferindo uma vitória esmagadora ao general Albuquerque Lima quando foi suspensa.

Na fase final do governo Costa e Silva e no período da Junta, os integrantes da Centelha foram perseguidos pelos órgãos de segurança, mas as reuniões e a atuação continuavam.

No início do governo Médici houve certo período de tranquilidade e de boa convivência. Nesta época desenvolveu-se um trabalho de reestruturação doutrinária da Centelha Nativista. Foi elaborado o Código de Princípios, o Estatuto e o Código de Conduta. Do Amazonas ao Rio Grande do Sul, em virtude das transferências de membros do grupo, o lema "O Brasil acima de tudo" se difundia e se implantava em muitos quartéis. Procurou-se ordenar o crescimento dos quadros que já se faziam presentes em todos os pontos do País.

Com a adesão de novos companheiros, que traziam novos posicionamentos e visões de ângulos diferentes do contexto político-social do Brasil, a Centelha se enriqueceu e um novo elemento entrou nas suas discussões: o povo. Seu sofrimento, suas angústias e a injustiça social passaram a pontificar nas discussões.

Continua na página seguinte



O candidato "nativista" em 69: gen. Albuquerque Lima.

Alguns fatos que tiveram a participação de membros da **Centelha** acabaram por mostrar-lhes que eles eram, apenas, o instrumento de uma cúpula político-econômica dominante voltada apenas para os seus próprios interesses e para os interesses das multinacionais:

1) recebimento de cópias xerox, por um dos seus membros que na época era do SNI, de organogramas e listagens mostrando a completa dominação econômica do Brasil pelo capital estrangeiro, num envolvimento de aproximadamente 80%.

2) O fato do general Garrastazu Médici ter permitido que Delfim Neto continuasse no seu governo como ministro da Fazenda, o próprio general Médici, pessoalmente, como chefe do SNI no governo anterior, havia montando uma ação de flagrante, com fotografias, em uma festa tipo bacanal promovido por empresários em São Paulo, o objetivo era desmascarar o ministro perante a nação apelando para o aspecto da integridade moral, pois naquela época tinha-se como certo que sua política econômica era contrária aos interesses nacionais, acontece que por este ângulo não havia elementos sólidos que permitissem denunciá-lo à nação; a ação foi suspensa momentos antes de ser desencadeada;

3) a atuação de elementos que criavam situações críticas: greves, explosões, sequestros, etc, para se culpar os elementos de esquerda, foi constatado que destes esquemas participavam elementos indignos e estrangeiros mercenários.

Em 1971 já havia um núcleo na Eceme (Escola de Comando e Estado-Maior do Exército). O Código de Conduta, estabelecendo esquemas de segurança, disciplina de arregimentação e dinâmica de comunicação, deu margens a que o grupo fosse aumentando em bases sólidas.

"Terror, medo e massa amorfa"

A corrupção no governo Médici, principalmente no Ministério dos Transportes, o entreguismo econômico que já vinha do governo anterior e a utilização da violenta censura à imprensa, para encobrir os graves problemas de corrupção e desnacionalização, fez o grupo buscar, gradativamente, um novo enfoque dos problemas nacionais.

Por outro lado, o crescimento da comunidade de informações, criando um clima de medo, de poder paralelo, de curriolas dominantes, de intrigas e calúnias não confirmadas, de uso dos cargos e funções para fins pessoais, tudo isto dentro do Exército, levou a **Centelha** a tomar a decisão firme de trabalhar pela mudança da situação pela conscientização constante dos seus pares, superiores e subordinados diretos.

Foi um duro período de lutas.

"Tínhamos que lutar contra o terror, o medo e a massa amorfa".

A sobrevivência foi conseguida pela conduta exemplar nas funções e pela coragem nos posicionamentos. Era uma luta de bastidores. Cada vez que uma corrupção aparecia, cada vez que um militar em funções públicas se locupletava dos cofres públicos, os integrantes da **Centelha** mostravam aos companheiros. Toda vez que qualquer ato de militar pertencente à comunidade de informações manchava a honra militar, era denunciado.

Continuamente o grupo lembrava aos companheiros o juramento do militar em defesa da honra das instituições da Pátria, e não do Estado. O cerco em torno dos seus integrantes aumentava, mas a decisão era inabalável e a conduta continua, persistente.

Era o "compromisso com o grupo, com o Brasil e já agora com o povo".

O desencanto com Geisel

Nos dois últimos anos do governo Médici, os quadros não foram muito ampliados. O trabalho principal era de atualizar o posicionamento e solidificar a doutrina. No fim do governo Médici o grupo optou



Médici, candidato do Alto Comando, derrotou os "nativistas".

pela candidatura Geisel, pois era pensamento do general Médici alçar o general Adalberto à Presidência. Os "nativistas" participaram em algumas reuniões preparatórias. O general Geisel representava o exemplo do nacionalismo. Só o fato de ter sido vetado pela Shell já empolgava o Grupo.

Considerando que a mensagem de Geisel era a sua própria, a **Centelha** decidiu praticamente sair do ar durante o seu governo. As promessas de redemocratização, de liberdade de imprensa e a efetiva desmobilização dos esquemas de segurança, davam ao grupo a tranquilidade de aceitar a sua política. A política externa se tornava independente e se dava muita ênfase à questão da Justiça Social.

No ano de 1977 passaram a ser constantes as críticas ao governo, "pela conduta corrupta de Golbery" e pelos envoltórios de Heitor de Aquino e Humberto Barreto. No aumento dos militares, o Grupo teve de aturar a revolta dos oficiais da Eceme pois esta, continuava apoiando Geisel. Era enviada correspondência a todos os núcleos, pedindo apoio.

Veio o **Pacote de Abril**. Em reuniões constantes, os membros da **Centelha** chegaram à conclusão de que



o governo começava a ser manobrado pelo grupo que, continuamente, vinha dominando a vida econômica do País.

Na atualidade a **Centelha** é a favor da democracia plena, de uma política social de efetiva justiça, de uma ordenação financeira visando à redistribuição da renda, para fazer de cada brasileiro um participante efetivo da vida nacional. Pela proteção à propriedade privada, mas com mecanismos eficazes e atuantes capazes de eliminar a curto prazo as disparidades atuais, com uma reforma agrária eficaz em todos os pontos do território nacional.

Ordenação econômica com uma política de nacionalização em que os setores vitais, como energia, alimentação e transporte de massa, seriam estatizados e todo o restante da economia ficaria por conta da iniciativa privada, com a predominância da média empresa.

Quando a **Centelha** fala em democracia plena, quer dizer que acredita no povo brasileiro, quer dizer que o povo é bom, e ordeiro; é trabalhador, é honesto, e que sabe votar. Por isto ele deve efetivamente escolher os seus representantes.

Atual regime leva ao caos

Na opinião do grupo, as Forças Armadas devem se afastar imediatamente do processo político, o que implica em que a presidência da República seja passada a um civil. Que seja desativada a política de colocar militares na administração das empresas estatais, que seja proibida a participação de militares em polícias políticas e esquemas de repressão (DOI-CODI, operações tipo Bandeirantes, etc.). Quando as Forças Armadas entrarem em qualquer operação, que o façam fardadas, com missões definidas e com base no escalonamento e na Constituição militar.

Para a **Centelha**, só um regime democrático pode conduzir o povo à felicidade. O regime atual, desvinculado politicamente do povo, descompromissado com os anseios da nação, levará o País ao caos social.

A corrupção nos altos quadros, quer no plano nacional, quer no internacional, aliada à covardia de uma faixa ponderável dos mandatários não-comprometidos, levará a nação a um estágio avançado de falta de lideranças, dando margem ao aparecimento de um regime ultraditatorial, com um Estado tendencioso controlando a vida nacional.

As outras dissidências

Além da **Centelha Nativista**, existem outros cinco grupos militares dissidentes formalizados, dos quais apenas um, o **Movimento Revolucionário Autêntico (MRA)**, é favorável à continuação do atual regime de exceção.

Grupo de ultra-direita, o MRA foi criado em 1977 e é formado por algumas dezenas de integrantes, a maioria coronéis e tenentes-coronéis, alguns dos quais são acusados de ter participado de sessões de tortura a presos políticos.

Todos os outros grupos defendem, de alguma forma, a democratização; três deles se alinharam no início do ano numa espécie de frente militar de oposição denominada **Movimento Militar Democrático (MMD)**: a **Centelha**, o **Movimento Nacionalista dos Coronéis (MNC)** e o **Movimento Revolucionário Democrático (MRD)**.

Do MNC, grupo formado recentemente, pouco se sabe além de que é formado quase exclusivamente por coronéis; o MRD, que é integrado tanto por militares da ativa como da reserva, atua quase abertamente, apresentando-se como seguidor da doutrina do ex-presidente Castelo Branco.

Os outros grupos dissidentes organizados são **Movimento 31 de março**, outro grupo do qual pouco se sabe além de que é a

favor do fim da exceção e da democratização do país; e o **Movimento Militar Democrático Constitucionalista (MMDC)**, grupo nacionalista e anticomunista, que surgiu em 1977 através de um manifesto assinado por 54 dos 450 coronéis da Vila Militar; defende a anistia ampla, instauração de um governo provisório e convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte.

Além destes, ainda existe o **Movimento Popular de Defesa da Revolução (MPDR)**, constituído por militares de reserva e civis, cujo integrante mais conhecido é o almirante reformado Sílvio Heck, que foi ministro da Marinha durante o governo Jânio Quadros. De influência quase insignificante nos meios militares, este grupo defende o endurecimento do movimento de 1964.

Sabe-se que ainda existem outros grupos militares dissidentes, embora sem a organização e programa político tal como estes. São grupos de militares de extrema-direita favoráveis à manutenção do atual aparato de repressão que ainda não quiseram ou não conseguiram juntar maior número para a constituição de um movimento político organizado como o ultradireitista MRA.

A nova estratégia dos dissidentes

Aproximar-se da "sociedade civil" é um dos principais objetivos dos militares dissidentes, dentro de sua nova estratégia após o revés de 15 de outubro

Ainda não inteiramente refeitos do revés de 15 de outubro e ainda ressentindo-se da violenta repressão que se abate sobre eles desde agosto, os grupos militares dissidentes que apoiaram a candidatura Euler Bentes tentam se reajustar ao novo quadro político com novas formas de luta. A tentativa de mudar o regime dentro das atuais regras do jogo, através de vitória de um candidato alternativo no Colégio Eleitoral, deixou preciosas lições. Aproximar-se da chamada "sociedade civil" (especialmente da Igreja e do MDB), de forma a avançar na luta política juntamente com ela, é agora um dos principais objetivos destes grupos dissidentes. A estratégia, em relação ao meio militar, prevê uma espécie de submersão dos dissidentes no seio da tropa, para fazer o trabalho de conscientização política, ao invés de novas manifestações ostensivas de contestação ao regime.

Os dissidentes decidiram a entrar nesta fase de deliberado refluxo a partir da análise de que, como são minoria dentro das Forças Armadas (a maioria, reconhecem eles, constitui-se de indecisos), devem evitar atitudes que os levem a cair no chamado "bolsão" — como denominam o que consideram tendência das forças progressistas em avançar demais em seu vanguardismo até cair num isolamento do resto da sociedade, ou seja, "num bolsão".

"Nossa posição agora é evitar o confronto desvantajoso para quem está em minoria e assim evitar-se o bolsão", diz um oficial dissidente, explicando: "Estaremos num compasso de espera pois até novembro o clima político será eminentemente eleitoral e não se pode esperar muito dos políticos que estão em luta por mandatos. Com a derrota no Colégio Eleitoral, precisamos acumular forças para, em maio, quando todos os postos e cargos do governo estiverem distribuídos, recomeçarmos com vigor, explorando inclusive as insatisfações com a distribuição dos cargos".

"A palavra de ordem agora é aumentar forças para, a partir de 15 de março, quando Figueiredo iniciar seu governo, começar o bombardeio", diz outro oficial de grande influência entre os grupos dissidentes. Continua: "O confronto agora, infelizmente, seria o fórceps. A população, quando ouve falar em derramamento de sangue, teme as consequências. O ruim mesmo são as consequências. Mas nós não tememos. Afinal, nós militares fomos preparados para isto, preparados para lutar. Até 15 de março, não deverá acontecer nada assim como uma ação de força. Mas Figueiredo não tem estrutura para governar numa conjuntura como esta que está aí. Após sua posse, o bombardeio continuará cerrado e o seu fim será quando ele resolver decretar o tal Estado de Sítio. Aí será o desastre. Afinal, o cerco decisivo. Temos exemplos históricos que estão ressurgindo. Mas, quem pensaria que o movimento tenentista chegaria onde chegou? A revolução de 1930 terminou por colocar Getúlio Vargas no poder. Hoje é preciso refletir mais, planejar mais, unir e organizar o fórceps. Estamos mantendo contato permanente para o futuro".

A preocupação: manter a união das dissidências

Uma das principais preocupações dos líderes dos movimentos dissidentes que apoiaram a candidatura Euler é manter a mesma frente de oposição militar que, no início do ano, após difíceis entendimentos, se uniu no chamado *Movimento Militar Democrático*: o *Movimento Revolucionário Democrático* (MRD), o *Movimento Nacionalista dos Coronéis* (MNC) e a *Centelha Nativista*, além de outros grupos informais. O principal saldo da candidatura Euler Bentes nos meios militares, sem dúvida, foi o surgimento de oficiais identificados com a sua pregação democrática em praticamente todas as unidades militares do país — o que é reconhecido, inclusive, pelo próprio general Sylvio Frota, que confessou a um amigo ter ficado impressionado com a penetração da candidatura Euler nas Forças Armadas. Porém, se o general Euler Bentes desfruta de inegável prestígio nos meios militares, foi Hugo Abreu quem consolidou-se como o principal líder das dissidências militares que defendem a democratização do país e é sob seu comando que deve ser mantida a aliança destes grupos militares.

Figueiredo: aproximação com os dissidentes?

Por outro lado, estimulados pela proposta de conciliação feita por Figueiredo após sua eleição pelo Colégio Eleitoral, alguns oficiais situacionistas estão dispostos a levar ao presidente eleito a idéia de aproximação com os grupos militares que se opunham a sua candidatura. Nesse sentido, sugere um coronel do II Exército que a cúpula militar revogue as transferências do coronel Kurt Pessek, do major Adauto Barreiros e outros militares punidos com transferências como ponto de partida para um entendimento junto aos grupos que apoiaram a candidatura Euler. Ao mesmo tempo, diversos militares que se mantiveram de fora da polarização em torno das candidaturas de Euler e Figueiredo defendem



Abreu: agora, o principal líder das dissidências militares

agora que tudo deve ser feito para que "até 15 de março o Exército esteja novamente coeso".

Com alguns dissidentes que se engajaram na candidatura Euler, iniciativas deste tipo realmente podem surtir efeito. Não no sentido de levá-los a aderir ao general Figueiredo mas de forma a reforçar a tendência que já se manifesta entre alguns poucos de abandonar ou pelos menos refluir drasticamente a sua participação política. Especialmente entre militares que só recentemente passaram a participar de atividades políticas, é enorme a pressão de familiares, especialmente das esposas, para que rompam estes compromissos políticos e voltem a dedicar-se apenas à carreira profissional.

Em relação à maioria dos militares dissidentes que participaram do movimento eulerista, porém, estas iniciativas de conciliação não devem parecer que estão fadadas ao fracasso, já que as divergências são profundas demais para serem superadas tão facilmente. Em relação ao grupo *Centelha Nativista*, por exemplo, a tendência é justamente o contrário, isto é, de aumentar ainda mais as divergências na medida em que Figueiredo começa a aplicar a política de intensificação da desnacionalização da economia e desestatização que promete (no primeiro caso implicitamente). A principal divergência da *Centelha Nativista* com o regime, como se sabe, é em relação à política econômica adotada depois de 1964.

Além disso, como reconhecem os próprios militares que defendem a restauração da coesão do Exército, qualquer esforço nesse sentido só será viável se houver uma efetiva participação nesse esforço de pelo menos um dos três chefes militares atualmente na reserva que ainda mantêm grande influência junto às Forças Armadas — o ex-presidente Garrastazu Médici e os ex-ministros do Exército Orlando Geisel e Sylvio Frota. Orlando Geisel, que é amigo íntimo de Euler Bentes,

ainda mantém enigmático silêncio em relação à questão sucessória, enquanto do ex-presidente Médici dificilmente sairá qualquer manifestação a favor de Figueiredo, com quem está rompido desde 1973, por ocasião do episódio da escolha de Geisel para sucedê-lo.

O paulatino ressurgimento do "grupo frotista"

O general Sylvio Frota, por sua vez, após permanecer durante um ano à margem de quaisquer articulações políticas, estaria participando ultimamente de concorridas reuniões sobre a atual conjuntura política — mas não propriamente com o objetivo de buscar a união do Exército em torno do ex-chefe do SNI. O ostensivo reaparecimento do ex-chefe do DOI-CODI do Rio, Adyr Fiúza de Castro, afirmando em entrevistas à imprensa pertencer à "corrente de pensamento" de Sylvio Frota, é mais uma evidência do paulatino ressurgimento do chamado "grupo frotista" — ou, pelo menos, do que restou dele após a exoneração de Frota do ministério do Exército, em outubro do ano passado. A influência que Frota ainda exerce no Exército, embora difícil de dimensionar, é um fato inquestionável. Um oficial ligado ao ex-ministro chegou a desfiar para um repórter de *Movimento* nomes e mais nomes de comandantes de unidades presumivelmente fiéis ao general Sylvio Frota. "O fulano que comanda a unidade tal é parente do Frota, o outro ele foi padrinho do filho dele, o outro fulano que comanda unidade tal teve tal participação no gabinete Frota" e assim por diante, o oficial citou pelo menos dez nomes de comandantes que na pior das hipóteses devem o atual posto que ocupam ao ex-ministro.

Por outro lado, a "eleição" do general João Baptista Figueiredo pelo Colégio Eleitoral não arrefeceu as especulações a respeito do chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, general Ariel Pacca da Fonseca, que continua sendo visto por relativa faixa de militares como a única alternativa para o Exército realmente sair da crise que atravessa atualmente. Estas especulações só tendem a crescer se até 15 de março a cúpula militar não tiver conseguido diminuir a atual inquietação das Forças Armadas e mesmo depois de 15 de março, se Figueiredo não conseguir nos primeiros meses após sua posse se firmar na presidência da República. De acordo com a proposta destes militares pró-Pacca, o atual chefe do Estado-Maior das Forças Armadas ocuparia a presidência por um pequeno período — dois anos — ao longo do qual faria uma "limpeza geral" no governo e nos ministérios. Depois disso, o poder seria devolvido aos civis, assegurando-se aos militares apenas os ministérios da área militar e um "ministério da Defesa" que seria criado. (Participaram dessa matéria: Antonio Carlos Queiroz, Luiz Carlos Antero, Márcio Bueno e Teodomiro Braga).

"Até as últimas consequências"

Independentemente do incerto futuro de sua carreira militar, Hugo Abreu está disposto a ir até a última consequência em sua luta contra Figueiredo e seu grupo

Figueiredo ganhou o 15 de outubro mas ainda faltam muitas batalhas para decidir a "guerra da sucessão": até o dia 15 de março, data de sua posse, muita água ainda vai rolar. Nestes cinco meses, Figueiredo ainda terá de vencer muitos obstáculos, a começar das eleições de 15 de novembro, cujos resultados, como ele próprio admitiu, poderão provocar uma reviravolta no atual quadro político. Na área militar, o obstáculo mais difícil ainda é o general-de-divisão Hugo de Andrade Abreu, que saiu da prisão no final da semana passada, após cumprir 20 dias de detenção por causa de sua carta enviada aos companheiros de farda, como o principal líder das dissidências militares.

A prisão de Hugo Abreu visou, sem dúvida, tirá-lo de circulação durante os dias críticos que antecederam a reunião do Colégio Eleitoral que escolheu Figueiredo futuro presidente. A preocupação do governo volta-se agora para a eventual presença do general nos quadros da ativa do Exército, durante o que a terminologia militar denomina de "desacoplamento", isto é, a passagem do governo Geisel para o governo Figueiredo.

Não é outro o motivo das manobras palacianas para tirar o ex-chefe do Gabinete Militar dos quadros da ativa do Exército até janeiro. Normalmente, caso não seja promovido em novembro, Hugo Abreu seria afastado do Exército em 31 de março mas, de acordo com o Regulamento do Exército, ainda poderia ficar na ativa por mais 45 dias — justamente o difícil período de passagem de governo. Daí a intenção do governo em convencer o Alto Comando do Exército a sequer incluí-lo na relação dos oficiais às promoções de 25 de novembro, o que poderia levá-lo a ser incluído na "quota compulsória" — isto se confirmar-se a nomeação de um brigadeiro ou almirante para a chefia do Estado-Maior do Exército, pois nesse caso, ao invés de uma, seriam abertas duas vagas para a compulsória, de forma a incluir Hugo Abreu na segunda vaga (na primeira, pela ordem, será obrigatoriamente incluído outro general que caiu em desgraça junto ao regime, o general Ênio Pinheiros, ex-assessor do general Sylvio Frota quando este era ministro do Exército).

A prisão de Hugo Abreu é a justificativa para não promovê-lo a general-de-exército e incluí-lo na quota compul-

sória, o que, de outra forma, só seria possível por antiguidade (isto é, quando completasse 64 anos — tem apenas 61 anos). Deste modo, Abreu seria afastado do Exército em janeiro mas, para isto acontecer, como se viu, terá de ocorrer uma série de coincidências, o que é perfeitamente admissível depois que o regime engendrou a recente manobra para justificar a sua prisão, ao fazer publicar em jornais a correspondência particular que ele havia enviado a companheiros de farda.

Antes de sair da prisão, o que inicialmente deveria ocorrer no sábado, Hugo Abreu ainda sofreu outro golpe do regime — a súbita ordem do ministro do Exército Belfort Bethlem, na sexta-feira, estendendo sua prisão até domingo. Com isto Bethlem conseguiu atralhar a série de homenagens que estavam organizadas para marcar a sua saída da prisão. Mas, em contrapartida, também vai enfrentar problemas decorrentes desta sua surpreendente decisão. Abreu passou todo o dia de sexta-feira estudando o Regulamento do Exército para, se for o caso, entrar com um recurso contra a ordem do ministro do Exército.

Hugo Abreu saiu da prisão sem saber se continua na vice-chefia do Departamento -Geral de Pessoal ou, como insinuam fontes palacianas, ser colocado à disposição da Secretaria-Geral do Exército, sem função, que é uma forma de tentar forçá-lo a pedir passagem para a reserva. Cogita-se também de transferi-lo para uma unidade distante, a exemplo do que ocorreu com vários outros militares dissidentes. Independentemente do futuro incerto de sua carreira militar, a disposição do general, segundo revelou a amigos, é ir "até as últimas consequências" em sua luta contra o general Figueiredo e a "equipe palaciana" que fabricou a sua candidatura. Se for preciso, estaria disposto até a entrar em um partido político de oposição quando ocorrer, como se espera, a reorganização partidária. A principal arma com que conta para municiar a sua luta contra o grupo que vai ocupar o Planalto, são os documentos comprobatórios de corrupção ou tráfico de influência dos integrantes desse grupo — que tem em seu poder — e que pretende juntar num dossiê e apresentar à nação na oportunidade que achar mais conveniente — talvez em 15 de março, data da posse do novo governo. (Antonio Carlos Queiroz/Teodomiro Braga).



Lysâneas Maciel: "uma ditadura fascista me arrancou desta casa"



Magalhães, Accioli e Teotônio: manifestações dissidentes



As bolsas retidas na entrada: demonstração de força?

Não votaram, mas vaiaram

Sem condições de modificar de imediato o resultado de uma farsa cuidadosamente montada, o povo não deixou de comparecer à "eleição" de Figueiredo e à votação da emenda Montoro, para manifestar seu inconformismo com as manobras do regime.

O governo resolveu precaver-se com antecedência para tentar neutralizar as manifestações populares contra a "eleição" de Figueiredo e a rejeição da emenda Montoro, impedindo a entrada do povo nas galerias do Congresso. Estudantes e populares que se concentraram na porta do prédio desde as sete horas da manhã tiveram sua entrada barrada pelo esquema de segurança.

Enquanto isso, ficava ostensivamente aberta a entrada a funcionários públicos, militares com suas famílias e agentes a paisana, todos especialmente convocados por seus superiores para esse fim - o governo do Distrito Federal até fretou dez ônibus para que o Batalhão de Guardas, também a paisana, ajudasse a ocupar o espaço.

Os agentes de segurança permitiram o acesso de alguns populares às galerias, para que a discriminação não ficasse muito flagrante, e confessaram que tinham ordens expressas para realizar "triagem". Mas, talvez temendo que ainda assim ocorresse alguma "infiltração", os agentes colocaram nova barreira na porta das galerias, onde os homens eram revistados e as mulheres obrigadas a deixar suas bolsas.

No plenário, parlamentares do MDB avisados do que ocorria protestavam indignados. Israel Dias Novaes pediu a Petrônio Portela, presidente da sessão, que mandasse retirar os policiais à paisana das galerias, tendo recebido de Portela a resposta hipócrita de que "eu não faço distinções entre cidadãos brasileiros".

Enquanto isso, a multidão impedida de entrar comprimia-se por trás das vidraças fechadas das portas principais do Congresso, e muitos exibiam aos policiais seus títulos de eleitor, exigindo seu direito de entrar. Na confusão, uma vidraça foi quebrada, sem que porém ninguém saísse ferido, e, pelo rombo, entrou o deputado cassado Lysâneas Maciel, que a segurança não ousou barrar.

Enquanto no plenário, o discurso de Francelino Pereira era interrompido a todo instante por vaias e pelos gritos de "biónicos", "governador de proveta" e "olha a sinopse", alguns deputados do MDB entre os quais Airton Soares, Ga-

maliel Galvão e José Costa obrigavam os agentes de segurança a deixar entrar a multidão através de uma das portas laterais. Apesar disso, cerca de duzentas pessoas ainda ficaram retidas na porta principal.

Os populares que conseguiram entrar, mais de quinhentos, concentraram-se na entrada do plenário, enquanto lá dentro já começava a votação, e ouviram a palavra de parlamentares do MDB e líderes da jornada.

Houve um momento de grande emoção quando Lysâneas Maciel fez à porta do plenário, onde sua entrada foi barrada pelo AI-5, um breve e inflamado discurso:

"Eu me dirijo a vocês, depois que uma ditadura facista me arrancou desta casa, não estou usurpando nenhum direito ao falar a brasileiros que não são cidadãos de segunda classe. Estão querendo transformar esse país em brasileiros de segunda classe. Brasileiros de até 36 anos de idade jamais se manifestaram nas eleições à presidência da república. Por que esta desconfiança com o povo? Por que este medo? Por que esse medo até de cheiro de povo?"

"Os senhores estão aqui - prosseguiu - porque conquistaram o direito de estar aqui, conquistaram a duras penas o direito de terem um mínimo de participação na vida pública desta nação. Até quando este país vai aguentar esta situação a pretexto de uma corrupção, a pretexto de uma subversão que está instalada no próprio Palácio do Planalto?"

Por volta de meio-dia, a votação encerrava-se no plenário: 355 votos para Figueiredo e 266 para Euler. Não houve dissidências: apenas três parlamentares da Arena (Teotônio Vilela, Magalhães Pinto e Accioli Filho) e cinco do MDB (Hugo Ramos, Antunes de Oliveira, João Arruda, Alberto Lavinias e Otávio Ceccato) se abstiveram.

Enquanto Magalhães soltava nota à imprensa garantindo que sua abstenção não significava "nenhuma restrição" a Figueiredo, Teotônio Vilela denunciou "o jogo de cartas marcadas hoje encenado". E a ameaça da direção da Arena de punir com a perda de mandato os que

não votassem em Figueiredo, motivo pelo qual havia ele optado pela abstenção.

"O povo não aceita", o coro da multidão explodiu ao momento em que Petrônio Portela anunciou o resultado. E acompanhou os parlamentares arenistas que saíam do plenário, a maioria dos quais retirou-se rapidamente, de olhos baixos. Petrônio Portela, porém, não pode afastar-se tão facilmente: acompanhado do futuro governador biónico de Pernambuco, Marco Maciel, levou quase dez minutos para caminhar os poucos metros que o sepravam do elevador, cercado pela multidão que o vaiava estrondosamente. Irritado, Portela prometia vingar-se, e dizia a Maciel: "Amanhã esta canalha não entra".

Apesar das ameaças de Portela, no dia seguinte, as galerias estavam novamente cheias. Desta vez, porém, a entrada foi livre e o governo não mandou trazer ninguém para fazer número. E, no plenário, a grande ausente era a Arena, instruída pela sua direção a não comparecer para evitar o vexame, de péssimas consequências eleitorais, de votar contra a emenda constitucional apresentada, por Montoro, extinguindo senadores e governadores biónicos, que seria votada naquela manhã de segunda-feira.

Enquanto os primeiros oradores discursavam no plenário, o general Euler Bentes subiu as galerias, recebendo aplausos entusiasmados dos presentes. Um incidente provocava a suspensão da sessão: um policial à paisana ameaçava agredir um popular, e um grupo de parlamentares subiu às galerias para verificar.

Nem bem haviam serenados os ânimos, novo tumulto já se formando, desta vez causado pelo arenista Eduardo Galil, que subiu à tribuna para manifestar-se contra a emenda. Galil foi imediatamente reconhecido pelas galerias, que se manifestaram com vaias e gritos de "deduro". A sessão quase teve que ser interrompida, pois Galil se recusava a conceder a parte a Franco Montoro, e era interpelado pelos diversos parlamentares do MDB que berravam: "sai da tribuna, facista".

Como estava previsto, a ausência maciça da Arena resultou em falta de quorum para a aprovação da emenda Montoro que ficou a 25 votos de aprovação. Apenas dezenove arenistas estavam presentes: três votaram contra (Eduardo Galil, João Linhares e Djalma Ressa) e dezesseis a favor (Teotônio Vilela, Accioli Filho, Magalhães Pinto, Célio Marques Fernando, Faria Lima, Flexa Ribeiro, José Alves, Geraldo Bulhões, Carlos Wilson, Wilson Braga, Alvaro Caudêncio, Antonio Mariz, Pinheiro Machado, Murilo Rezende, Dyrno Pires, José Ribamar Machado). Alguns dissidentes cuja adesão à emenda Montoro era dada como certa não compareceram: Ubaldo Baren, Valdomiro Gonçalves, Nina Ribeiro, Alvaro Vale, Lins e Silva. Cinco emedebistas não compareceram, e deles o único que tem justificativa é o deputado Minoru Massuda, que estava no hospital com enfarte. Os outros são: Otávio Ceccato, de São Paulo, os chaguistas Marcelo Medeiros, Marcio Wel Leite Castro e Alberto Lavinias (suplente de biónico).

A presença popular no Congresso não foi suficiente para sacudir a subserviência arenista, seja no Colégio Eleitoral ou na votação da emenda Montoro. Mas os organizadores da "jornada democrática" acham que o grau de mobilização popular conseguido para repudiar a farsa imposta pelo regime foi uma grande vitória, e prometem que esta será apenas a primeira etapa de um trabalho a longo prazo que só se encerrará quando o objetivo das eleições livres e diretas for alcançado:

"Nossas grandes vitórias estão por vir. Não por benesses do regime, mas como fruto da organização popular. Os brasileiros marginalizados do processo eleitoral, sem voto, mas já com voz, conclamam os brasileiro de todos os estados a reptar aqueles que, no dia 16 de outubro, pela omissão, pela traição aos seus deveres parlamentares, voltaram-se contra a consciência do país".

(Vera Lúcia Manzolilo)



"Anistia": os populares marcam sua presença no Congresso.

“Era preciso concorrer para denunciar”

Trechos do último discurso do general Euler Bentes Monteiro, diante dos parlamentares do MDB, no Congresso

“Sabíamos que as restrições à pregação política e a fraude para a escolha dos representantes da Nação haviam sido institucionalizadas através do *Pacote de Abril*. Mas era preciso concorrer para denunciar. Nada foi poupado nessa campanha. Fomos alvo da calúnia mais grosseira”.

“Uma nação de 120 milhões de pessoas não pode ser governada por um presidente escolhido por um único brasileiro e referendado por mais alguns poucos. Governadores de Estado devem representar interesses específicos de cada unidade da Federação: sua imposição por ato de vontade do poder central constitui contrafação da própria idéia de Federação. Senadores indicados pelo Poder Executivo não só violam o princípio da representação popular, que constitui a base da legitimidade do Congresso Nacional, como são instrumentos para bloquear as iniciativas da maioria parlamentar eleita pelo povo.”

“Denunciamos que a violação sistemática da privacidade do cidadão - de sua correspondência, de suas comunicações - é um crime contra os direitos individuais. Pretender banalizar a natureza essencialmente criminosa de tais atos, alegando a sua disseminação, é mais que uma irresponsabilidade: é um escândalo”.

“O modelo econômico atual, fruto, da decisão de uns poucos é incapaz de promover essa integração: ignora o povo e não contempla a Nação. É certo que no curso da última década a estrutura econômica do País sofreu importantes e profundas transformações... essa transformação não produziu, entretanto, a melhoria da qualidade de vida para a imensa maioria do povo brasileiro: os frutos do progresso continuam a ser apropriados em circuito fechado e intoleravelmente reduzido. Dramatizado ainda mais pela elevação sistemática do custo de vida, que agrava o sofrimento dos mais pobres e já ameaça a estabilidade das classes médias”.

“Em vez de fazer crescer o mercado interno - que induziria, necessariamente, à prática de políticas menos concentradoras de renda - os go-

vernantes prefeririam atrelar de forma irresponsável a economia brasileira ao sistema financeiro internacional. Com isso, aceleraram a inflação e agravaram todos os problemas do País.

“Prosseguir nessa política inconsequente e irresponsável de endividamento externo significa, finalmente, que a já intolerável inflação não será controlada. E a inflação é uma grave ameaça à economia capitalista; e, é bom não esquecer, economia de mercado e democracia política são conceitos indissociáveis”.

“A corrupção é filha da impunidade e da irresponsabilidade política dos governantes. O autoritarismo é, pois, o melhor terreno para que ela prolifere. As denúncias a que hoje assistimos comprovam plenamente o que afirmo”.

“Assumi o compromisso solene perante a Nação de devolver ao povo a sua plena capacidade de auto-organização política a começar pela revogação de toda a legislação de exceção, passando pela concessão da anistia política e terminando pela convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte, quando então deveria ser extinto o mandato do presidente eleito pelo voto indireto”.

“Utilizar o respeito à disciplina e à hierarquia, que são valores básicos da organização militar, como instrumento de apoio a um candidato oficial, é tentar comprometer, mais uma vez, a corporação militar com uma candidatura que lhe é imposta como sua, é querer transformar as Forças Armadas em um partido político”.

“Mais eficiente que o radicalismo é a capacidade que revelamos de organizar, paciente e perseverantemente, o esforço coletivo em busca da democracia. É preciso mobilizar ordenadamente o povo a fim de que sua ansia de recuperar as liberdades perdidas possa ser efetivamente canalizada para gerar movimentos políticos eficazes.

“Minha presença no colégio eleitoral, por si mesma, jamais poderá ser interpretada como forma de legitimar o que está contaminado de mácula indelével”.

Euler Bentes: do 15 de outubro aos cem dias que virão

Um membro da assessoria do general opositorista faz o balanço da sua candidatura e procura definir os rumos imediatos da oposição

Ronaldo Buarque de Hollanda (*)

A candidatura do general Euler Bentes Monteiro à presidência da República pelo MDB deixou fincado um marco na história do país: o surgimento e a afirmação de uma nova liderança política no cenário nacional, uma liderança de novo tipo. Representou sepultamento definitivo e já antes esboçado do denominado Sistema.

Euler empolgou a maioria do oficialato das Forças Armadas - fundamental e particularmente o do Exército - de uma forma mais profunda e consequente que a empolgação gerada pela candidatura do general Afonso de Albuquerque Lima, em 1968/69. Pois, enquanto este era uma alternativa proposta nos quadros do Sistema, isto é, com caracterização de continuísmo revolucionário, o general Euler foi buscar a validação de seu pleito na plataforma política do partido de oposição. Uma plataforma política que contém o mínimo que as oposições poderiam concertar, no momento, em termos de frente política: anistia, eleições diretas, Assembléia Constituinte. Três reivindicações básicas para o futuro político do país em termos de qualidade e mudança.

Com essa plataforma ele convenceu e arrastou atrás de si setores majoritários das Forças Armadas, forçando a barreira do Sistema que já estava ferido pelo posicionamento claro da maioria da Nação. As Forças Armadas tinham, já então, deixado de ser a base social do Sistema, apesar do denotado esforço dos seus atuais comandantes-chefes afirmarem o contrário. Sinais claros disso foram a série de pronunciamentos de todos os comandantes de Exército, não só em relação ao apoio orquestrado à candidatura Figueiredo, mas fundamentalmente em torno da “unidade das Forças Armadas”. A água fria nessa fervura foi deitada pela posição do general Hugo Abreu e a célebre **circular do CIE**, que provocou o protesto de dezenas de comandantes de tropas.

A candidatura e o posicionamento do general Euler Bentes Monteiro - secundado na prática pela articulação do general Hugo Abreu - foi e é, uma garantia de que não haverá retrocesso político-militar no futuro próximo. Este, talvez, seja o dado mais importante. O Sistema mantém ainda seu aparelho, mas toda sua iniciativa está atada diante do novo posicionamento da sua antiga base social, o oficialato. Ou como dizia um coronel comandante da tropa das mais importantes do país aos assessores militares do general Euler: “**Agora a tropa só sai se for para o país voltar à democracia. Retroceder, nunca**”.

A postulação do general Euler Bentes, como candidato do MDB à Presidência da República forçou o grupo dominante do Sistema a reformular sua estratégia: quando ficou claro que o general estava disposto a concorrer pelo MDB, apoiado na retaguarda dos quartéis com o famoso “se ganhar leva”, confirmado diariamente pelo próceres mais eminentes do Palácio do Planalto e por ministros militares, o candidato oficial mudou o tom das entrevistas e passou a falar desesperadamente em democracia, anistia relativa, abertura etc., num tom muito diferente das primeiras entrevistas, quando ficou evidente sua face política carrancuda, afirmando que a Revolução continuaria, e que o processo seria lento e gradual.

O general eleito a 15 de outubro já chegou a declarar que “**vai mandar prender**” todo aquele que for contra a abertura que ele promete. De janeiro a outubro - reconhecemos o tão pouco tempo - foi um salto político na sua proposta de gradualismo para seis anos.

Um líder político em ascensão?

Quando se fala em liderança de novo tipo, se quer dizer exatamente isto: o general Euler Bentes Monteiro na realidade não é um revolucionário de primeira hora. Isso ficou claro não só nas suas colocações políticas, mas fundamentalmente no seu estilo. Um homem simples, sem nenhuma malícia política, tão comum aos nossos próceres dos extintos PSD, UDN e PTB, concentrados nos dois partidos existentes, ou no exílio. E Euler Bentes saiu às cena política como um general de quatro estrelas - com toda a carga de seu perfil militar - e conseguiu desempenhar muito bem o papel de um líder político em ascensão, empolgando multidões em Olinda, João Pessoa, Fortaleza, Belo Horizonte e Salvador, os cinco maiores comícios de sua campanha popular, saindo-se muito bem ao lado de Paulo Brossard e Ulysses Guimarães.

E o general Euler não seria um revolucionário - a **pecha** que setores mais radicais quiseram lhe impingir sem aprofundar a análise - porque os próprios donos do Sistema reconheceram e reafirmaram isto. O sistema teve que reconhecer publicamente que ele sempre fora um militar profissional, de mãos limpas, comandante da Escola de Comunicações do Exército em 1964.

Os setores de esquerda que não aceitavam sua candidatura como alternativa política - justificavam que “era mais um general comprometido com a repressão, posando de democrata”, quando o problema político fundamental não era e não é este. Isso era um desvio longe do cerne da questão política, que ainda se coloca hoje.

O importante é que Euler é um general de 4 estrelas de profunda e respeitada liderança nas Forças Armadas que foi à cena política falar a linguagem do povo. Exigir anistia ampla, geral e irrestrita, eleições diretas e Assembléia Nacional Constituinte em praça pública, assumindo compromissos. Isso sem levar em consideração - mas levando, que este dado também foi importante - que o general negociou com um comando político de um partido das características do MDB, que era claramente favorável à candidatura oportunista e limitada do sr. Magalhães Pinto, e ainda navega entre adesistas cínicos e hábeis como Chagas Freitas e Ney Ferreira, presidente do MDB da Bahia.

Abandonado pela cúpula do MDB

O general e seus assessores acreditavam, no início, que poderiam aproveitar-se do espaço aberto pela dissidência arenista para ganhar no colégio eleitoral de 15 de outubro. A tática era pressionar com demonstrações de poderio em alguns Estados, para eleger delegados nas Assembléias onde a Arena tinha maioria e ao mesmo tempo assegurar definitivamente os votos das bandas-de-música - novos de Magalhães, os mal-amados frotistas, já conquistada a adesão de figuras respeitáveis politicamente, como Teotônio Vilela, Rafael de Almeida Magalhães e a influência do ex-ministro Severo Gomes. Mas a tática a nível de Assembléia Estadual foi por água abaixo quando ficou evidente que o Palácio do Planalto estava **selecionando** os deputados que deveriam ser eleitos

continua na página seguinte

Plínio Marcos

“Pela desobediência civil”

Ninguém de bom senso no Brasil acreditava que o general Euler pudesse ganhar a eleição do general Figueiredo. Estava na cara que era um jogo de baralho marcado. Também ninguém de bom senso acreditava que a emenda Montoro, que liquidava com governadores e senadores biônicos, fosse aprovada. Era outro jogo de cartas marcadas. E mesmo que o resultado não fosse esse, as coisas acabariam sendo como os donos do poder queriam. Para qualquer contratempo, existem os atos de exceção à disposição dos donos do jogo e eles mudariam as regras e fariam dar o resultado que queriam. Lamentavelmente tem sido assim no Brasil. Quem está no mando não brinca em serviço. Faz visagem pra gringo ver. Organiza arremendos de eleição pra poder dizer que aqui vivemos numa democracia relativa. Mas, na verdade, prevalece sempre a vontade dos detentores do poder. O MDB, chamado de partido da oposição, não é nem partido e só faz oposição de boca. Na hora de vamos ver, a maioria que está lá não é de correr risco. Os que correram risco foram cassados diante da indiferença dos demais, que é gente a fim de preservar mandato. O MDB não é um partido, é um ajuntamento de gente de todas as tendências e, para sua maior vergonha, vai ter até um senador biônico. Uma vergonha para um grupo que diz que é contra esses monstros. Mas, deixa isso de lado. O que quero contar e o que pesa na balança é que o povo brasileiro não tem partido, não tem voz, não tem representatividade, não participa da própria história e não influi no próprio destino. Então, pra que votar nesse arremedo de eleição que só serve para camuflar a realidade? Pra quê? Pra se sentir co-responsável pelo obscurantismo que envolve o país? Pra ser co-responsável por tanta falta de dignidade e respeito humano? Pra isso, o povo não precisa votar. Mesmo porque, se eleger alguns dos bons candidatos que existem, vai ver, pasmo, que seus candidatos serão cassados sem nenhuma cerimônia pelos manipuladores do Ato 5. Os únicos que sabem das coisas, uma vez que são os únicos que detêm o poder armado. Tem sido assim. Então, o voto nesse momento não é a saída pro povo. Lamentavelmente não é. A arma do povo nesse momento é a desobediência civil. Não se deve votar nesse tipo de eleição, na qual nem o pensamento dos candidatos pode ser escancarado nos veículos de comunicação social. O povo não tem tido sua vontade respeitada. As coisas lhe têm sido impingidas de cima pra baixo, e ele não tem voz pra protestar. Logo, cabe a ele encontrar forma de reagir, de protestar. Não votar, não emprestar o seu aval a essa farsa, é uma delas. Eles exigem que todos votem, e todos não votam. Isso é a desobediência civil. A forma pacífica de se resistir às armas. Porém (e sempre tem um porém), não votar não é anular voto ou votar em branco. Não votar é não votar mesmo, não justificar não ter votado. É simplesmente ignorar a eleição deles lá. Eles dizem que não pagam ordenado pra quem não vota, não dão passaporte e tal e coisa e coisa e lousa. Tudo bem. Quem não recebe ordenado não trabalha. Com o salário de perdedor que o trabalhador

ganha, pouca diferença vai haver, se não receber o salário. Mas, sem a mão-de-obra, os donos do poder vão sentir o aroma da perpétua. Eu acho que no estágio de miserabilidade em que se encontra o povo e com muito candidato pregando em causa própria, será quase impossível uma atitude desse nível. Mas creio que seria por aí o caminho.

1 - Mais uma vez o povo berrava da geral sem influir no resultado. Mas berrava, e seus berros eram contra o Portela, também conhecido como Vaselina, o rei dos conchavos escamosos. E ele, ao se ver vaiado, sentiu todo o desprezo que o povo brasileiro sente por sua atuação e falou alto:

- Essa canalha amanhã não entra aqui. (Não entra no Congresso para assistir à eleição).

Em pânico diante da vaia, o Portela mostrou todo o respeito que tem pelo povo: nenhum.

2 Lobo perde o pêlo, mas não perde o vício, já dizia Mestre Zagaia na Tabuada das Candongas. E se ele diz, é que é. Com o general Figueiredo não deu outra coisa. Perguntado sobre se continuava a favor da abertura, entrou firme de sola, no melhor estilo “eu mando sozinho”:

- Prendo quem for contra a abertura. Meu Deus, esse é o triste tempo da unanimidade. Ou se pensa como o rei, ou se está frito de verde e amarelo, do primeiro ao quinto.

3 - Nesse nosso Brasil, só não temos um Idi Amin Dadá por falta de talento. Vocações existem várias.

4 - Estão bochichando pelos estreitos, escamosos e esquisitos caminhos do roçado do bom Deus que do dia 15 de Novembro até 15 de Março vai vir um tremendo arrocho. Arrocha agora pra valer, que depois do sufoco qualquer fresta vai parecer uma tremenda abertura.

5 - Nas quebradas do mundaréu, sempre há muito bochicho. O último papo que se escuta é de assombrar. Falam que depois do 15 de Novembro vai entrar em vigor a “operação unha encravada”. Quer dizer, mete os incômodos pra dentro na base do Ato-5, que é pra deixar o Figueiredo à vontade pra falar em abertura.

6 - A esperança lamentavelmente não está na política. Está na economia. Os detentores do poder sozinhos vão acabar se enrolando tanto na economia, que vão abrir o bico. Daí, vai ser penoso pro povo arrumar a casa. Mas ele arruma, podem crer. Um dia arruma.



Os comícios de Euler: apesar das dificuldades, uma considerável participação popular

continuação da página anterior

delegados ao Colégio Eleitoral, como nos episódios de Pernambuco e Santa Catarina.

Estava difícil, mas não era impossível, resguardar os votos de 35 delegados chagistas do Rio de Janeiro. Eles seriam contidos em última instância pela lei da fidelidade partidária e o medo das pressões que viriam das bases do MDB do Rio, um Estado de eleitorado muito politizado. Mas a lei de fidelidade partidária teria que valer também para a Arena, e o risco era perder o mandato, embora Euler desde o começo tenha se colocado contra o fechamento da questão pelo MDB na votação do Colégio Eleitoral. Era um emaranhado de contradições, para um general-candidato que tinha pouca experiência de política parlamentar e muito menos contatos políticos com parlamentares. O comando político do MDB estava em Brasília, e de lá só vinha o senador Saturnino Braga, um parlamentar experiente o único que assumiu realmente a candidatura. O senador Marcos Freire e os demais deputados autênticos da época do Sítio do Pica-Pau-Amarelo não voltaram ao Hotel Center para providenciais conselhos políticos...

Hugo Abreu o convence a continuar

Quando estourou a debandada das Reformas do Governo, com os pseudo-dissidentes acovardados diante da informação de que o Governo fecharia o Congresso se não houvesse o *amém*, o General Euler pensou em renunciar à candidatura. Ficou claro que qualquer sopro dos homens do Planalto nos ouvidos dos aúlicos da Arena - que adoram falar em *fechaduras* nos corredores do Congresso - seria transformado em recado aos adesis-tas de primeira hora, com bastante consequência. E o Governo já não tinha mais nenhuma *base social* para garantir a tal ameaça. Mas colou. E o gênio tão decantado do general Golbery do Couto e Silva fez as pseudo-reformas do Governo passarem incólumes pelo Congresso e matou outro coelho com a cajadada: mostrou a face dos dissidentes-adesistas do MDB e espalhou o pânico em suas fileiras confundindo autênticos e adesis-tas.

Por absoluta incompetência política - ou desinteresse mesmo - da direção do MDB no episódio, a oposição perdeu a oportunidade - com todos os seus agravantes internos - de desferir um golpe mortal na política lenta, segura e gradual, mandando os Malufs e Chagas às favas, e restabelecendo eleições diretas para governador, senador e prefeito. Isso refletiu claramente que a cúpula do MDB não acreditava no apoio militar de que dispunham os generais Euler e Hugo Abreu para neutralizar qualquer tentativa de retrocesso. Euler compreendeu então que, entre sua proposta e a informação do comando partidário, se colocava um grande abismo. Ele não renunciou porque sua assessoria militar e o General

Hugo Abreu o convenceram do contrário. Mas estava definitivamente sepultada a possibilidade de chegar ao Planalto pela via parlamentar, isto é, pelo Colégio Eleitoral.

A visita de Euler a Hugo Abreu em Brasília, quando do episódio da prisão do ex-chefe da Casa Militar, junto com o general Hélio Lemos, coronel Raposo, além de outros militares de sua assessoria, serviu para que o candidato se conscientizasse de que agora não era mais viável retroceder, renunciar. Era preciso preservar o MDB e sua perspectiva eleitoral de 15 de novembro. Abreu insistiu nesse ponto e viria a insistir mais ainda depois da visita que lhe fez o general Airtton Tourinho, do Alto Comando, evidentemente num papel de mediador, com ponderações que duraram duas horas na sala-prisão do QG do Exército em Brasília. O papel de Euler foi cumprido à risca até o dia 15, quando denunciou a eleição e o sistema e se submeteu ao jogo de cartas marcadas.

O chumbo vai aumentar de calibre

O tempo entre a libertação do general Hugo Abreu, e o 15 de novembro, conhecidos os resultados eleitorais, e a data da posse de Figueiredo, deverá ser os 100 dias mais importantes da história política mais recente do país. Não há previsões sobre as atitudes do General Hugo Abreu depois de cumpridos os 20 dias de prisão. Uma coisa é certa: o general deverá continuar liberando as informações que armazenou durante os 4 anos que conviveu na Casa Militar da Presidência da República. E as previsões dos assessores militares é de que o chumbo vai aumentar de calibre, porque a caça é grossa.

O futuro do general Euler foi definido por um dos seus assessores nas despedidas do Hotel Center, no Rio, como um futuro que o país espera para breve. E Euler, nas suas despedidas, reafirmou que está à disposição do partido, do MDB, para “o que seja conveniente”. O general está sendo sondado pela direção partidária para participar de grandes comícios em Recife, São Paulo, Rio de Janeiro e Porto Alegre. Nesta semana, quando o General Hugo Abreu deixar a sala-prisão do QG do Exército, em Brasília, as alternativas de ambos deverão ficar mais claras, pois agora Abreu é quem deve ditar os rumos para o futuro. Evidentemente que em campos delimitados; Abreu dá o tom militar e o general Euler pode se encaixar perfeitamente no jargão que Magalhães Pinto tanto surrou até pouco antes de aceitar a legenda da Arena para concorrer a deputado por Minas: ele é a alternativa política.

(*) O jornalista Ronaldo Buarque de Hollanda foi membro da assessoria de imprensa do general Euler Bentes Monteiro, no escritório do Rio de Janeiro.

De cavalo outorgado se olha os dentes

O que a nova lei perde em rigor ganha em aplicabilidade

Para as pessoas que têm hábito de tomar resoluções de ano novo, um lembrete a ser considerado: quando começar festivamente o ano de 1979, à meia noite, estará entrando também em vigor, junto com as Reformas, a nova Lei de Segurança Nacional (LSN), enviada ao Congresso a semana passada com um prazo exíguo de tramitação de 45 dias.

Para que ninguém comece o ano muito pessimista, a nova lei até que tem algumas vantagens em relação à anterior. As oito pessoas atualmente condenadas à prisão perpétua - pena eliminada na nova Lei -, por exemplo, poderão pedir revisão de pena, que poderá ser reduzida para menor ou igual a 30 anos. Como a lei é de natureza penal, é viável, em princípio, uma revisão das penas dos já condenados, que poderiam se beneficiar com as penas mais leves da nova lei, já que é um princípio jurídico a lei retroagir em benefício de todos que por ela recebam um tratamento mais humano.

A nova LSN prevê penas bem mais brandas que a anterior; em muitos casos, a pena mínima da lei anterior passou a ser a pena máxima da nova lei. Para as pessoas temerosas do tratamento recebido nos cárceres do regime, algum alívio: o prazo de incomunicabilidade diminuiu de 10 para 8 dias, a prisão deve ser comunicada "reservadamente", e cria-se a possibilidade do preso ser examinado por um médico quando houver suspeita de tortura e tratamento cruel.

Mas, como é sempre saudável desconfiar das segundas intenções de toda reforma que o regime regularmente apresenta à Nação, muitos juristas já se pronunciaram sobre a nova LSN de maneira pessimista. A pena de morte, eliminada na nova lei, por exemplo, nunca tinha sido aplicada pelos tribunais, mas ela foi largamente aplicada pelos "braços clandestinos da repressão" e não há de ser a retirada da pena de morte da Lei de Segurança que interditará essa prática clandestina. No caso da diminuição de 10 para 8 dias de incomunicabilidade, o advogado de presos políticos Jansen Machado não vê nenhuma grande vantagem, uma vez que "as torturas acontecem nos primeiros dias de prisão". Em certo sentido, ainda para o advogado Jansen Machado, a situação se agrava "antes, a polícia era obrigada a comunicar a prisão ao juiz e a maioria das vezes não o fazia, caindo na ilegalidade. Agora, essa ilegalidade não existirá mais, porque a comunicação será feita em caráter sigiloso: nem a família, nem o advogado do preso ficarão sabendo de nada". A

nova lei mantém ainda a possibilidade da polícia prender pessoas sem culpa formada por 30 dias, prorrogáveis para 60. Quanto à possibilidade do preso ser examinado por um médico, o fato de permanecer vago quem indica o médico compromete muito a credibilidade da mudança, como observou o jurista Heleno Fragoso: "É importante que o exame médico do preso seja feito por médico indicado pela defesa. De nada valerá essa inovação se o exame tiver de ser feito por um desses médicos-legistas que se notabilizaram por qualificar como suicídio as mortes causadas por torturas".

Se o presidente da OAB, Raymundo Faoro pode reclamar de não terem sido levadas em consideração - a não ser em "aspectos formais" - as sugestões da Ordem, o mesmo não pode dizer o eventual policial que se dispusesse a cometer arbitrariedades com o preso sob custódia. Esse policial imaginário poderia ver preservada na nova Lei todas as salvaguardas indispensáveis à realização de seu tenebroso serviço: a lei não impede que ele prenda sua vítima sem ordem judicial e sem culpa formada, não o obriga a comunicar a prisão aos familiares e advogado (apenas, "reservadamente" ao juiz) e lhe propicia, nos 8 dias de isolamento, a chance de brutalizar à vontade o preso, caso o médico indicado esteja de conluio com ele.

Finalmente, como se já não bastasse as desconfiadas generalizadas - de cavalo outorgado se olha os dentes - a própria exposição de motivos da nova Lei, assinado pelo ministro da Justiça, Armando Falcão e pelo secretário do Conselho de Segurança Nacional, general Gustavo de Moraes Rego, traz a observação de que a nova lei aumentará o número de punições: "É sabido que o rigor excessivo das penas inibe o juiz, explicando em muitos casos a absolvição como alternativa à falta de justa medida para o grau de culpa".

Mas, fundamentalmente, o que mais destaca na nova lei é a preservação integral da doutrina de Segurança Nacional de inspiração antidemocrática com toda a sua parafernália de conceitos exdrúxulos, como as idéias de guerra psicológica adversa. E, se as recentes melhorias nas condições políticas caracterizadas como a abertura podem ser creditadas a alguém, não será aos legisladores dessas reformas, e sim ao crescimento das manifestações de repúdio às arbitrariedades, que tornam hoje em dia bem mais difícil repetir os casos Herzog e Manuel Filho sem que nenhum preço seja pago. (FC)

"Os Doi-Codi continuarão funcionando"

Luis Eduardo Greenhalgh, advogado de presos políticos e membro do Comitê Brasileiro pela Anistia fala sobre o projeto da Lei de Segurança Nacional:

O projeto encaminhado ao poder legislativo sobre a Lei de Segurança Nacional esta compatível com o projeto de reformas do governo: Precisa mudanças de forma para manter a mesma essência do regime, que é um regime de força. Diminui as penas mínimas, justificando esta atitude na necessidade da LSN ser mais aplicada, ou seja o espírito da doutrina de LSN deve abranger agora maior quantidade de condenações. Não dá nenhuma garantia para o grave problema da incolumidade física dos atingidos pois mantém a incomunicabilidade por oito dias fato que é arbitrário e legal e justificador das sevi-



cias que a repressão utiliza contra opositores políticos.

Para nós advogados, não há incomunicabilidade, fato estipulado na lei federal nº 4.215 entretanto, o projeto

mais uma vez burla a prerrogativa profissional vedando a entrevista do advogado com o seu cliente nos primeiros oito dias de prisão

Outra modificação aparentemente benéfica é a atribuição dada à polícia federal para abrir inquerito nos crimes contra a Segurança Nacional. Ao leitor mais desatento poderia parecer esta modificação como que o afastamento formal dos Doi-Codi. Censar, Cisa, de tal atribuição, entretanto, o projeto-de-lei estabelece que a polícia federal poderá mediante convênio de legar esta função a qualquer organismo policial militar. Isto significa que o funcionamento dos Doi-Codi continuarão no mesmo ritmo. A Lei de Segurança Nacional continuará a ser a lei de segurança das multinacionais e da insegurança da nação.



SALÁRIOS

O maior de todos os roubos

Quanto foi que os trabalhadores brasileiros deixaram de receber nos últimos 14 anos por causa do arrocho salarial? Um cálculo de resultado espantoso.

Jacó Bittar é uma pessoa muito meticulosa. Como presidente do Sindicato dos Petroleiros de Campinas e vice-presidente do Dieese (Departamento Intersindical de Estudos e Estatísticas) ele tem uma responsabilidade muito grande no que se refere à defesa dos interesses de seus representados e dos trabalhadores em geral. Por isso, quando foi convocado para comparecer à Câmara dos Deputados para prestar depoimento numa Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga a política salarial do governo, Bittar não se deteve apenas na famosa e restrita questão de ter ou não havido uma manipulação dos índices do custo de vida em 1973.

"A manipulação não foi apenas em 1973", disse Bittar em seu depoimento, "mas foi uma constante nesses últimos 14 anos". Assim, Bittar transformou seu depoimento num curioso e didático raciocínio sobre quanto, em termos globais, o arrocho salarial subtraiu da classe operária nesses últimos 14 anos. O espantoso resultado final faz corar até o mais empedernido dos corruptos, se tal subtração for interpretada como um grande e sorrateiro roubo de uma classe contra a outra.

Em resumo, Bittar se pôs a calcular minuciosamente quanto cada operário deixou de ganhar nesses últimos 14 anos em virtude da sistemática subestimação dos reajustes anuais de salários e da não incorporação dos aumentos de produtividade nesses reajustes.

Os metalúrgicos de São Paulo, por exemplo, viram seu salário crescer apenas 29 vezes nos últimos 14 anos, enquanto o custo de vida aumentava em 52 vezes. Além disso, a produtividade do setor subia de tal forma que cada operário produz hoje 98% a mais do que produzia em 1964, sem que isso tenha sido completamente incorporado ao seu salário. Incluindo

do ao salário do metalúrgico essa diferença de custo de vida e o acréscimo da produtividade, um operário que ganhava na época Cr\$ 100,00 (2,4 vezes o mínimo da época) deixou de ganhar uma soma total de Cr\$ 192.414,91 a que tinha direito.

Para os trabalhadores da Petrobrás, a perda no período foi maior ainda. Usando o mesmo cálculo anterior, Bittar mostrou que o petroleiro deixou de ganhar no período Cr\$ 219.603,98! Isso significa também que a Previdência Social deixou de arrecadar Cr\$ 58.000,00 e o FGTS mais Cr\$ 17.000,00 por trabalhador.

O grande roubo do arrocho:
Cr\$ 470.456.369.321,00!

Para dramatizar mais ainda os resultados, Bittar fez a seguinte conta: supôs que existem no país 2.047.137 trabalhadores que recebiam 2,4 salários mínimos de 1964, (esse número foi tomado porque é o último dado disponível, do censo de 1970) o que equivale a 7% da força de trabalho. Em seguida, supôs que a perda média do poder aquisitivo para esses operários tenha sido de 80%. Na ponta do lápis, mostrou então que esses pouco mais de 2 milhões de brasileiros perderam nos últimos 14 anos com o arrocho a astronômica quantia de Cr\$ 470.456.369.321,00. Ou seja, aproximadamente 23,5 bilhões de dólares, mais da metade da dívida externa do país!

Bittar não calculou - mas não é um cálculo impossível - quanto seria a diferença se todos os trabalhadores brasileiros fossem incluídos. Um novo escândalo, um novo e monumental roubo, dessa vez atingindo o bolso de milhões de brasileiros de salários modestos?

Uma coisa é certa: o trabalho é uma mercadoria que o operário vende e, se uma parcela considerável desse valor não foi pago, para algum lugar ele foi.

Basta de impunidade para quem matou Vlado Herzog!

"No dia 25 de outubro de 1975, cerca das 8 horas da manhã, o jornalista Vladimir Herzog dirigiu-se livremente à sede do DOI, situada nesta cidade (São Paulo), à rua Tomás Carvalhal, nº 1.030, cumprindo determinação que, na noite anterior, fizeram dois agentes que o procuraram em seu local de trabalho...

- O que aconteceu todos esses anos!

A manhã é idêntica àquela de 3 anos atrás, luminosa e azul, e Clarice Herzog a mesma mulher, impávida. Agora vice-presidente da agência de propaganda Standard, sua sala dá para o clube Pinheiros, piscinas azuis, 11 andares abaixo, na rua Brigadeiro Faria Lima.

Em poucos minutos, falando depressa, Clarice tenta resumir tudo o que aconteceu nesses anos. Primeiro o inquérito "aberto para apurar as causas do suicídio" (ela sublinha a palavra suicídio). Um inquérito em circuito fechado, aberto pelas próprias autoridades responsáveis pela prisão e morte de Vlado, onde testemunhas aterrorizadas eram retiradas diretamente das salas de tortura para irem dizer aos superiores dos torturadores que... não havia tortura. Quanta iniquidade! Que Vlado havia realmente se suicidado com o cinto do macacão que vestia. Clarice sentia-se como se ela própria fosse a ré num "processo kafkiano".

Nenhum jornalista há de esquecer o neologismo que corria de boca em boca pelas redações: "Suicidaram o Vlado". Como já haviam suicidado também o jornalista Luís Merlini, como viriam a suicidar logo em seguida o operário Manoel Fiel Filho.

Na verdade, Vlado foi assassinado, pelo fim da tarde daquele 25 de outubro, sábado de sol que ele esperava desfrutar com a mulher e os filhos numa chácara da família, perto de São Paulo.

O rosto de Clarice toma um tom duro, quando se lembra dos delatores de Vlado. Um deles, Cláudio Marques, o denunciou publicamente através do jornal *Shopping News*, chamando-o de comunista e jogando-o às feras do DOI/CODI do II Exército. Três anos depois, Cláudio Marques - por um desses caprichos do destino - volta a ser notícia de jornal, envolvido no escândalo dos Mercedes Benz contrabandeados por figurões da sociedade paulistana. "Cachorrinho" de luxo, meteu-se no festival da corrupção.

Outro, conhecido nos meios jornalísticos como Lobatinho, merece um desabafo de Clarice:

- Esse sujeito foi servir de testemunha para dizer que o Vlado tinha sido demitido do *Estado* em 68, por ser comunista. E o *Estado* o desmentiu no dia seguinte. E ele, a troco de quê foi depor contra o Vlado, se ninguém o chamou? Quem o chamou?

Por um único momento Clarice deixa escapar quase uma lágrima, quando lembra que dois meses atrás, de repente, descobriu que as coisas tinham mudado "assim", como uma mão que nos acostumamos a ver sempre de palma para baixo, e um belo dia notamos que a palma já estava para cima, sem que a gente percebesse quando se deu a virada. Esta descoberta Clarice fez quando, há dois meses, comprou o Movimento que trazia na capa um retrato-falado do capitão Ubirajara, um dos homens apontados como matadores de Vlado - juntamente com o investigador Grancieri. Então, nitidamente Clarice sentiu que não era mais ré, pois ali estava o criminoso.

Texto: Mylton Severiano da Silva

Fotos: Nellie Solitrenick



Vlado e Clarice Herzog

O interrogador de Vlado é um homem que, 3 anos atrás, teria cerca de 65 quilos, magro e musculoso. Tem cabelo castanho-claro, olhos castanhos apertados, 1m75 de altura, de 36 a 38 anos, com uma âncora tatuada na parte interna do antebraço esquerdo. Este o homem que, pelo meio da tarde daquele sábado negro, pode ter feito Vlado sucumbir ao fim de algumas horas de torturas, coroadas com a introdução de uma mangueira d'água em sua boca - donde a "asfixia mecânica".

Um rebuliço, vozerios de "veja o que você fez", "sou louco mesmo", e então os prisioneiros compreenderam por que tinham cessado os gritos de Vlado.

Chegaram a sugerir que Vlado estava com problemas psicológicos, para justificar seu "suicídio", e Clarice faz uma expressão de profunda mágoa.

- Eles também - veja que loucura! - chegaram a insinuar, você se lembra?, que o Vlado era da KGB!

Quando Clarice diz "que loucura!", não diz uma simples interjeição. Os homens que interrogaram Vladimir e seus

companheiros jornalistas, estes homens acreditavam mesmo num plano louco, um "complot comunista" chefiado pelo governador de São Paulo, anticomunista notório desde a juventude.

"O homem que me pareceu ser o principal é um homem moreno, rosto redondo, gordo, estatura mediana, e uma barba emoldurando o rosto. Ele primeiro se estendeu sobre a questão da espionagem russa no Brasil e depois nos comunicou que Vladimir Herzog se suicidara na véspera, para concluir que Vladimir devia ser um agente da KGB, sendo ao mesmo tempo o 'braço direito do governador Paulo Egydio'. (...) Desenvolveu a tese fantástica de que em todos os países há sempre 3 comunistas inteiramente desconhecidos que estão acima do mais importante membro do Partido Comunista local. Estes 3 dirigentes serão sempre 'pessoas acima de qualquer suspeita' e podem ser 'um general de Exército, um governador ou um juiz'."

(Depoimento de Rodolfo Konder, perante 8 testemunhas, prestado no escritório dos advogados José Carlos Dias e Arnaldo Malheiros, a 7/11/75.)

Amorte de Vlado - Clarice já se deu conta - é um fato histórico! Mas seus dois filhos chegaram a entrar num "processo neurótico", qual seja, o de idolatrar o "fato histórico", em vez de chorar o pai perdido. Clarice acha que se perdeu um pouco no começo da tragédia, primeiros tempos de uma ferida que minava forças como se nunca fosse estancar. Olhava-se no espelho e dizia: "Meu Deus, não sou eu..."

- Eu não via futuro. Via a cidade andando, as crianças comendo... e tudo acabado! Perdi a noção do meu papel e prejudiquei os meus garotos. Conscientizei isso na hora em que vi o Ivo doente.

O caçula André estava com apenas 7 anos, e ainda por cima é de temperamento forte. Quem sofreu mesmo foi Ivo Herzog, o mais velho, hoje com 12 anos. É do tipo que costumamos chamar "sensível". Nos momentos dramáticos em que o pai era enterrado, Ivo descobriu:

- Mamãe, a única televisão que não veio foi a Cultura...

E até hoje ninguém liga na TV Cultura mais, na casa de Ivo Herzog. A TV onde Vlado trabalhava ao ser assassinado, e que não lhe prestou sequer a homenagem póstuma de noticiar o seu funeral. O medo era medonho e, no cemitério, até os discursos pareciam balbucios. Um dos rapazes massacrados pelo DOI/CODI, todos sinistramente liberados (à força!) para comparecerem ao funeral, chorava o tempo todo, encostado num túmulo afastado. Ele chorava e dizia baixinho a um amigo: "Eles matam, eles matam! Não pergunte nada, não podemos dizer nada, eles matam mesmo, matam...", e chorava, chorava. Todos teriam de apresentar-se no dia seguinte ao DOI/CODI novamente. Nós os sentíamos como reféns de nossa conduta aqui fora. Espalhava-se entre dentes que tudo estava sendo fotografado e filmado por delatores. Bocas apavoradas especulavam: éramos todos candidatos a ser "o próximo".

Um ano depois, Ivo Herzog era um garoto no fundo do poço, tinha de ser "arrancado" da cama de manhã, 3 sessões de psiquiatria por semana, uma criança de 10 anos deprimida a ponto de, por recomendação médica, ser impedido de andar só, pois seria possível, que, inconscientemente, se deixasse matar atropelado ao atravessar uma rua.

- Mas ele saiu lá do fundo, com toda força!

No dia 23 de abril de 1976, Clarice Herzog e os filhos, perante a 7ª Vara da Justiça Federal (SP), propuseram contra a União uma ação declaratória - pedindo a declaração de responsabilidade da União Federal pela prisão ilegal, torturas e morte de Vladimir Herzog.

Durante dois anos, a ré desse processo inédito conseguiu protelar a ação, ora alegando que já havia um IPM concluído sobre o caso, ora que Vladimir Herzog não havia sido preso e sim que havia se apresentado espontaneamente...

Afinal, em março passado, após vários obstáculos, o juiz despachou que a ação de Clarice e seus filhos era cabível. A União recorreu ainda ao Tribunal Federal de Recursos (TFR), através de recurso chamado *Agravo de Instrumento*. Mas este Agravo não impede que a ação prossiga em primeira instância, e começaram as audiências, com a espetacular ausência de duas testemunhas: o capitão Ubirajara e o investigador Grancieri.

“A importância excepcional deste processo – que se eleva à categoria de fato histórico – defluiu de ser, esta, a primeira oportunidade em que se reclama a responsabilidade da União pela tortura e morte de um preso político.”

(Das alegações finais dos advogados de Clarice Herzog e seus filhos, ao juiz da 7ª Vara da Justiça Federal)

Para sua falta, o comandante do II Exército alegou que o capitão era “desconhecido”; e que Grancieri estava em missão fora de São Paulo...

Dispensando as duas testemunhas, já que “os fatos se encontram sobejamente demonstrados com os depoimentos prestados”, os autores da ação desistiram dos depoimentos dos dois principais suspeitos. As alegações finais dos autores da ação constituem peça inédita na história do Direito, no Brasil. Pela primeira vez, reclama-se a responsabilidade da União pela tortura e morte de um preso político. Assinado por Heleno Fragoso, Sérgio Bermudes, Marco Antônio Rodrigues Barbosa e Samuel MacDowell de Figueiredo, o memorial mostra como a tortura se transformou em método de investigação generalizado pelos “regimes de segurança nacional da América Latina”, inspirados em despuorida doutrina dos arqui-fascistas militares franceses, que reprimiram os patriotas argelinos em sua guerra de libertação. E prova, até a exaustão, que Vlado foi brutalmente assassinado no DOI-CODI, esta mancha que precisa ser limpa, antes que se torne nódoa.

A sentença do juiz da 7ª Vara da Justiça Federal de São Paulo era esperada para 26 de junho, quando a União se antecipa e impetra mandado de segurança no TFR, proibindo a “prolação da decisão”, alegando: 1) a sentença não podia ser proferida antes do julgamento do *Agravo de Instrumento* de março de 76; 2) a decisão do juiz, João Gomes Martins Filho, se concluisse pela procedência da ação, importaria em grave lesão à imagem do país...

De nada valerem as razões dos advogados de Clarice, em petição ao ministro Jarbas Nobre, do TFR, mostrando o que toda a Nação enxerga: a imagem do país foi conspurcada quando mataram Vladimir Herzog dentro de uma dependência militar, enquanto a procedência da ação, ao contrário, só viria a redimir a honra da Nação ferida.

A sentença do juiz já estava pronta, mas, com o novo obstáculo, ele se viu definitivamente proibido de apresentá-la: a 2 de agosto foi compulsoriamente apo-



A “consciência jurídica”: Arnaldo Malheiros, um dos advogados de Clarice na área criminal, depois, Samuel Mac Dowell e Marco Antonio Barbosa, advogados que entraram com a ação declaratória de culpa da União. À direita, os juizes: Gomes Martins, proibido de dar a sentença; e Márcio José de Moraes, o novo juiz.

sentado, ao atingir 70 anos de idade. - Fui expulsoriamente aposentado - diz ele.

Bem humorado, este senhor de barbas e cabelos brancos confessa que nem mesmo a datilógrafa conhece a sua sentença, pois a bateu ele próprio a máquina. E assevera, ditando as palavras bem compassadamente:

- Acima de qualquer decisão, o importante, em casos como esse, é tentar estabelecer entre os responsáveis pela vida do Estado uma conscientização de respeito à vida humana e a necessidade permanente de fazer compreender, a eventuais transgressores desse respeito, que a vida das criaturas, que os direitos humanos têm que ser respeitados, à custa de qualquer sacrifício. Que não exista nunca uma certeza de impunidade e que sobretudo e sobre todas as coisas, permaneça sempre a vigilância da Justiça.

A sentença agora, nesta ação declaratória, caberá ao substituto do juiz João Gomes Martins Filho: o recém-nomeado juiz da 7ª Vara da Justiça Federal de São Paulo, Márcio José de Moraes, um jovem de 32 anos que as mesmas razões éticas impedem de comentar o caso Herzog - inclusive porque é o caso que ele estuda neste momento.

Ele dá, porém, uma informação contundente: caso o chamado *Agravo de Instrumento* seja provido pelo TFR, estará extinto o processo em que Clarice Herzog e seus filhos pedem que a União seja declarada responsável pela prisão, tortura e morte do marido e pai.

Não seria admissível mais esta vergonhosa manobra. Confiante na Justiça - “Não é revanchismo: a gente tem não o direito, mas até o dever de exigir um esclarecimento” -, Clarice Herzog preparou um texto que mandou mimeografar para a imprensa:

“Hoje, dia 25 de outubro, está fazendo 3 anos que morreu Vladimir Herzog, preso no DOI/CODI do II Exército. Sua mãe, sua mulher e seus filhos têm tentado por todos os meios legais o esclarecimento das verdadeiras causas de sua morte. A família de Vladimir Herzog quer lembrar que até agora, passados 3 anos, a revelação da verdade dos fatos continua sendo sistematicamente impedida”.

Impunes também os assassinos de Luís Merlino



Era um rapaz de 23 anos, mas já trabalhando na imprensa desde os 17. Passou pela *Folha da Tarde*, depois pelo *Jornal da Tarde* e pelo *Jornal do Bairro* em São Paulo. Também estudava história, mas havia trancado matrícula para poder fazer uma viagem à Europa, de 7 meses. No dia 10 de julho de 1971, Luís Eduardo Merlino estava de volta a Santos, cidade onde moravam seus pais. E foi dali que, alguns dias depois, 4 homens armados de metralhadoras, dizendo-se do Exército, o levaram, como “terrorista”. Cinco dias depois, seus parentes receberam um telefonema para comparecer ao 2º QG de Santos, onde informaram: Merlino tinha se suicidado!

Primeiro disseram que ele escapou do carro e, em seguida, atirou-se debaixo de outro carro. Tentando melhorar a mentira, informaram a seguir que o jornalista havia sofrido acidente na BR-116, quando era levado para Porto Alegre... Depois, ainda tentaram fazer o mesmo que fariam 2 anos mais tarde com o estudante Alexandre Vannucchi Leme. O estra-

tagema dos carrascos era este: quando matavam alguém, levavam o corpo ao IML (Instituto Médico Legal) de São Paulo e o deixavam ali alguns dias, com nome trocado; como os parentes não conseguiam localizar o corpo, enterravam-o como indigente. Mas um parente de Merlino conseguiu entrar ali disfarçadamente e, apesar de haverem informado antes que o corpo não estava, ele o encontrou numa geladeira, “sem nome”. Quando retiravam o corpo, os parentes de Merlino ouviram de um investigador: “Eles não querem jovens com ideal, mas que trabalhem e sejam mais técnicos”.

Merlino havia sido visto nas garras dos carrascos, torturado a ponto de sofrer gangrena nas pernas. Mesmo assim - dizem os que o viram preso - comportou-se com altivez e ainda tinha forças para dar apoio moral aos companheiros. Os tempos eram outros (“Médici ou mude-se”...), e os funerais de Merlino transcorreram não sob medo, mas

sob pânico, como lembra o atual presidente do Sindicato dos Jornalistas de São Paulo, David de Moraes. Falando há pouco a *Movimento*, ele lembrava também que, na época, os únicos atos de repúdio pelo assassinato de Merlino chegaram do exterior; e se perguntava se Vlado teria sido morto, caso o Sindicato tivesse tomado uma atitude corajosa no caso Merlino.

Pois foi a certeza da impunidade que incentivou os torturadores em sua escalada de terror. Impunidade para a qual a Nação exige um basta. E nisso o Brasil realmente tem pressa e dá apoio.

ATO PÚBLICO

Quarta-feira, dia 25, às 21 horas, no Sindicato dos Jornalistas de São Paulo, ato público lembrará o desaparecimento de Vlado, Ana Rosa Kucinsky, Luís Merlino e outras vítimas da repressão política. Falarão, entre outros, os jornalistas Bernardo Kucinsky (*Em Tempo*) e Antônio Carlos Ferreira (*Movimento*).

Maior contribuição do século à ciência da

O progresso a s

O único risco é a morte. Mas um risco remoto: psiquiatras, clínicos e neurofisiologistas concordam que choque elétrico só mata se causar uma parada cardíaca. E isso só se atravessar a região do coração.

Os torturadores sabem também que a dor do choque é das mais terríveis. Associado ao pau-de-arara, o choque é a tortura preferida pela polícia brasileira, que aprendeu o método com os homens da Gestapo nazista. Nos aparelhos da polícia política de Getúlio, Fillinto Muller e seus asseclas colocavam a vítima numa banheira cheia d'água - e ligavam a ela dois fios.

Doi mais, dói menos

Os mesmos dois fios de hoje, que saem de caixas pretas com uma manivela, ou dos pianinhos.

Primeiro, a dor da queimadura no lugar onde está a ponta do fio. Depois, a contração incontrolável dos músculos por onde passa a corrente. A vítima, pendurada, começa a balançar no pau-de-arara. E pode mesmo dar uma volta completa em torno do cano, dependendo da sanha dos torturadores.

Há lugares onde o choque dói mais. Só não dói - e por isso não é tortura - quando cada fio é encostado nas têmporas. Esse é o choque central, entre 70 e 90 volts, descarga única, aplicado na psiquiatria, que leva imediatamente à inconsciência, porque atravessa apenas o cérebro. E o eletrochoque "terapêutico" é quase contemporâneo da introdução do choque na tortura - foi criado em 1936.

"A sensação é de morte iminente", conta um torturado de 1970. "Quando levei o primeiro choque, achei que ele não faz ninguém falar. Mata, mas não faz ninguém falar", conta outro, preso em 1970 em São Paulo e que escapou de uma parada cardíaca.

Não se sabe de ninguém que, comprovadamente, tenha morrido nas mãos da polícia apenas de choque elétrico. Mas o terror, os fios ligados preferencialmente aos órgãos genitais deixam o trauma psicológico, às vezes para sempre.

Morte iminente

Um psiquiatra paulista, preso em 69/70, passou pelo DOI/CODI, DOPS e Presídio Tiradentes. Cuidou por um ano de vítimas da tortura, acompanhando algumas desde o momento em que desceram do "pau" até a vida dentro do presídio. O relato:

"Duas reações principais eu vi nas pessoas que voltavam das sessões de pau-de-arara, choque ou espancamento. Todas eram unânimes em dizer que a dor causada pelo choque era a pior de todas. Por causa das contrações musculares - que ninguém consegue controlar - e por causa da sensação de morte iminente, que todos descreviam. Em geral, o mais comum nas pessoas era a depressão. Voltavam do "pau" machucados e ficavam, às vezes, largados por horas nos colchões. Passado isso, vinha a tensão e o enorme temor da repetição dos sofrimentos.

Outra reação era a de excitação. O outro lado da moeda da depressão. Isso acontecia com as pessoas que haviam conseguido resistir. Frei Tito foi um desses casos: quando voltou ao Presídio Tiradentes, depois de ter sofrido 3 dias de torturas no DOI/CODI e de ter tentado o suicídio, ele entrou em excitação. Havia conseguido resistir.

Depois da fase de interrogatório, persistia a tensão e uma certa tristeza. O caso mais grave que acompanhei, já dentro do presídio, foi o de um rapaz que acreditava que seu corpo estava cheio de jezes. Ele foi muito torturado. A idéias

das fezes, relacionada com sujeira, mostra que entrou em profunda desvalorização de si próprio. Um problema na cela era vigiá-lo para impedir que tentasse o suicídio. Não podia ver um cordão, um barbante, que já tentava se enforcar".

Na desvalorização pessoal talvez esteja a pista do motivo que leva o torturador a aplicar choques no ânus, na vagina, nos testículos e pênis de suas vítimas. São áreas de intimidade. A humilhação e o terror aumentam quando essas regiões são tocadas.

Mas há mais: as dores causadas dentro do corpo, chamadas de introceptivas, têm por característica a impossibilidade de serem controladas. O choque dado no dedo mindinho e no dedo do pé, por exemplo, é mais fácil de ser suportado: a pessoa consegue circunscrever a dor à área do corpo por onde está passando a corrente. Os choques no ânus, combinados com choques em outra parte do corpo, causam a dor introceptiva, incontrolável.

O ritual de terror não se encerra aí. Um médico torturado no DOPS, em 1970, conta que 10 policiais ficavam na sala onde estava pendurado, todos gritando, xingando e se revezando na pancadaria e na aplicação do choque.

"Eu me sentia um frango assado", conta ele.

Eficiência comprovada

A única marca física que o choque deixa na vítima é a queimadura, do tamanho de uma lentilha, localizada nos pontos onde o fio é encostado. A queimadura é geralmente superficial e desaparece com o tempo, ou se torna cada vez mais leve.

Os médicos da Anistia Internacional, que estudam desde 1974 as sequelas da tortura, não conseguiram descobrir nenhum meio de detetar, a posteriori, marcas deixadas pelo choque.

Pelo simples fato de que não ficam mesmo marcas. A caixinha preta das delegacias é, por isso, talvez o melhor dos instrumentos de tortura, de eficiência comprovada. Como o pau-de-arara, sua existência pode escapar de olhos menos avisados. Nos primeiros tempos do choque, quando ainda não existia o pianinho, a máquina elétrica era adaptada de um telefone de campanha ou de uma televisão, que depois facilmente voltava à forma original.

O choque produzido por qualquer das máquinas tem intensidade da ordem de centenas de volts. E é variável: no caso do pianinho, cada tecla dá uma descarga diferente; nas máquinas com manivela, cada volta representa um choque e, quanto mais depressa ela for girada, mais dolorido será o resultado.

"Você está louco?"

Às vezes, o torturador perde as medidas. Um preso, submetido ao pau-de-arara e com fios nos lóbulos da orelha, descreve que a descarga excessiva que sofreu de um policial transfigurado causou-lhe semi-inconsciência, enrijecimento dos maxilares e um grito involuntário. No momento do choque, a vítima defecou e urinou.

Mas, um segundo antes de perder a consciência, ele ouviu gritos na sala:

"Pára, pára! Você está louco?"

Era outro policial, assustado com a reação de seu colega.

No mesmo DOI/CODI, dia 15 de novembro de 1969, outro caso de choque sem freios: um médico preso na Operação Bandeirantes foi chamado por um carcereiro. Eram duas horas da manhã. No pátio, encontrou um homem já idoso, desfalecido. Era Diógenes de Arruda Câmara, dirigente do extinto PC de B. O quadro físico: número de batimentos do



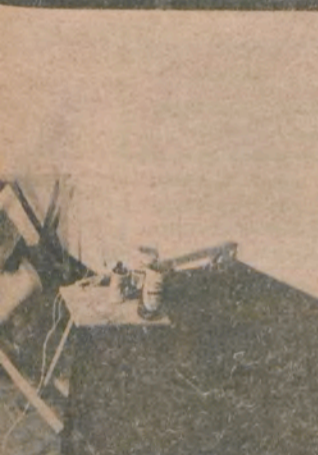
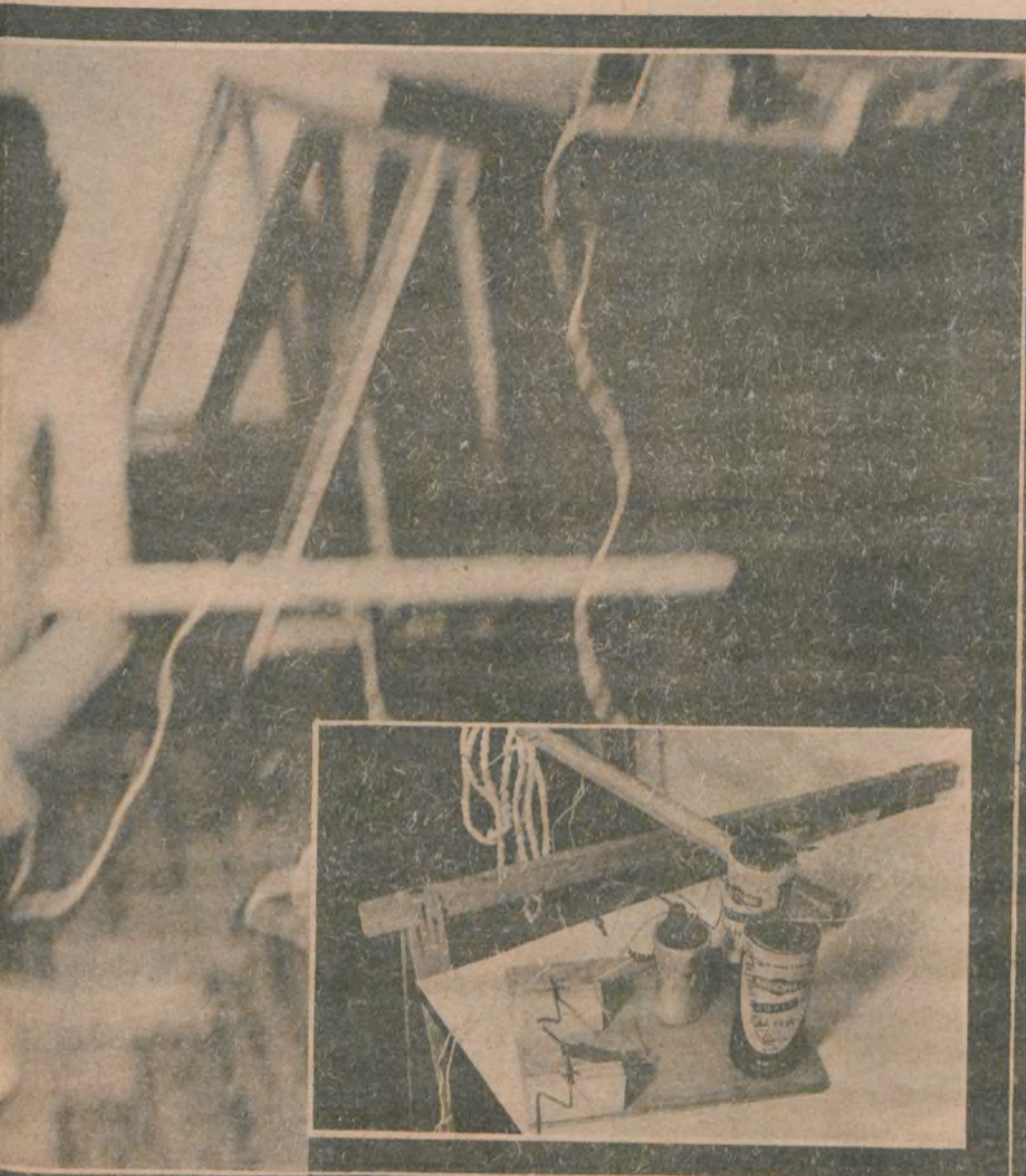
Nossa máquina custou 200 cruzeiros: 30 para cada pilha telefônica, mais 140 da bobina que amplifica a tensão. É um sistema elétrico muito simples, que pode ser montado por qualquer pessoa com conhecimento mínimo de eletricidade: as pilhas são ligadas em série; dos dois pólos que sobram, sai um fio para a bobina e outro para a manivela. Da bateria, sai a ligação para o interruptor, que é a lingueta onde a reentrância da manivela vai encostar para fechar o circuito e desencadear o choque. Finalmente, da bobina saem os dois eletrodos que são aplicados na vítima.

Esse circuito elétrico é o que está dentro da caixinha preta usada no DOI/CODI paulista e delegacias de polícia. É semelhante ao que existe dentro dos magnetos telefônicos - como os que a Telebrasilha fornece aos policiais da capital federal para "apressar confissões". É semelhante

tortura: a eletricidade. Raramente mata ou deixa marca.

Serviço da barbárie

Por Mônica Teixeira
e Amancio Chiodi (fotos)



também ao sistema do pianinho, com a diferença de que ele é ligado à rede elétrica externa. Montar a máquina não demorou mais de meia hora. As duas pessoas que a fizeram não querem se identificar, alegando problemas éticos. São formados em ciências exatas. A única diferença entre a máquina apresentada e a verdadeira está na bobina de onde saem os eletrodos. A dos telefones cria uma diferença de tensão menor que essa, e conseqüentemente o choque é mais fraco. Nas mãos da polícia, o instrumento ganha vários nomes: pimentinha, pianinho, maquininha, caixinha preta. Para as fotos, posou o mesmo repórter que, na primeira reportagem da série, havia posado para demonstrar como funciona o pau-de-arara.

coração, incontáveis, prostração. O diagnóstico do médico preso: princípio de fibrilação cardíaca, causada por choque elétrico. Diógenes não morreu. Mas talvez apenas porque recebeu medicação de emergência.

O argumento mais comum dos policiais de São Paulo, para justificar a aplicação de torturas, é a necessidade de conseguir informações.

"Eu prendo um ladrão, ele nega tudo, e daí? Digo-lhe boa noite e solto? Não é possível".

Essa frase é usual e é também uma confissão de incompetência: em tantos anos de combate à criminalidade, a polícia só consegue resolver casos à custa de tortura e delação?

No famoso DEIC de São Paulo, a tortura é praticada abertamente, pelo menos em suas formas mais "leves". Numa única vez em que fui ao prédio da rua Brigadeiro Tobias, vi, de uma janela do sétimo andar, policiais aplicando a palmatória nas mãos de um preso, 4 andares abaixo, numa das salas que compõem a Delegacia de Roubos e Furtos. Num começo de noite, ano de 1976.

A primeira máquina

"Vamos dar uma raladinho nele", é a frase dos policiais do DEIC, quando vão "pendurar" e dar choques num suspeito.

Lá, investigam-se apenas os crimes de autoria desconhecida, o que torna o trabalho mais difícil, e o choque mais generalizado. Entre os investigadores, delegados, funcionários e jornalistas da sala de imprensa, corre a versão de que a primeira máquina de choque elétrico foi trazida dos Estados Unidos, na década de 50, pelo então delegado-geral Moraes Novais, "cardeal" já falecido da polícia paulista, dos mais respeitados dentro e fora da corporação.

O pau-de-arara é mais antigo ainda. Antigos repórteres de polícia dizem que, em 1920, ele já existia em São Paulo. E seu uso foi se tornando institucional com o aumento progressivo da criminalidade.

Mas, durante muito tempo, a tortura aos presos comuns foi ignorada. Só quando atingiu as classes médias, quando chegou aos presos políticos e estudantes, é que ela começou a causar indignação. Até hoje, no momento em que a denúncia de torturas atinge as páginas dos jornais, em que o Supremo Tribunal Militar torna os casos públicos e decide não mais aceitar depoimentos tomados sob espancamento, só mesmo a morte ou a mutilação desmedida de um preso comum alcança repercussão. Não causa maior espanto que, neste momento, com certeza alguém está sofrendo num paude-arara as convulsões provocadas pelo choque elétrico, em alguma delegacia do país. Ou, pelo menos, causa indignação muito menor do que a mesma humilhação se imposta a um prisioneiro político.

Ciência da tortura

Ninguém se importa muito com o tratamento médico, até mesmo psiquiátrico, dos que sofreram na mão de investigadores lotados nas delegacias de bairro. A seqüela psicológica, deixada nessas pessoas, pode ser o motivo que levou 25 menores a "pendurar" um companheiro, dentro de uma cela do Juizado de Menores de Santos, em 1974. Os menores fizeram tudo igual à polícia. Só não aplicaram o choque, porque não tinham como.

Trinta e cinco países violam a Declaração dos Direitos Humanos, no seu artigo 9º:

"Ninguém será submetido a tortura, tratamento ou punição cruel, inhumana ou degradante".

A estimativa é da Anistia Internacional, que só considera entre os infratores os países onde a tortura é aplicada aos "prisioneiros de consciência".

E a própria Anistia que aponta a eletricidade como "a contribuição de maior importância do século XX à ciência da tortura". Porque não deixa lesões, nem marcas físicas. Apenas o trauma psicológico: as cicatrizes para o resto da vida.

Cena de horror no 27º DP

Num distrito paulistano, o policial enlouquece torturando menor de idade

Edmilson está imóvel. Crespo dá-lhe um chute nas costas e vai para a mesinha pequena, onde está a caixinha estreita e comprida, cheia de telas como um piano. Apanha os dois fios e dá na mão do Escuro - o mais grosso está ligado na tomada. Crespo apertou a tecla da direita, e Escuro foi aproximando os dois fios, dizendo para Edmilson, pendurado no pau-de-arara:

"Olha aí, cara, olha o que vai acontecer"...

Ele foi aproximando os fios, e quando estavam quase encostados saiu uma faísca azulada que ficou dançando entre as duas extremidades. Ele então aproximou a faísca de um papel, que incendiou na hora.

"Tá vendo só? O piano aqui é bem quente. Vai dar as broncas ou vai querer se esquentar?"

"Mas eu não tenho bronca nenhuma pra dar, pelo amor de Deus, não faça isso!"

Crespo sotou a tecla do piano, enquanto Escuro amarrava os dois fios, um em cada dedo mindinho de Edmil-

son. E começaram os choques. Às vezes longos, depois curtos. Depois rapidamente, depois lentamente. Davam um tempo e recomeçavam. Tiravam os fios do dedo mindinho e passavam para o pé, nas costas, no rosto, na boca, na nádega, nos testículos, no pênis. Às vezes fracos, às vezes fortes.

O tempo vai passando, e tudo continua. Às vezes um, depois outro, 6 policiais se revezam. Um deles está perdendo no baralho e tomou muitas doses de uísque. Ficou tão nervoso e chumbado que não percebeu que o Crespo estava apertando a tecla do piano e segurou a ponta do fio. Levou um bruto choque e ficou louco.

Barbudo está doido! Amarra o fio na boca de Edmilson e não para de mexer nos botões. Devagar, depressa, no tranco, segurando, soltando forte, muito forte. Edmilson se contorce, grita, implora. Começa a cheirar carne assada.

("Matar ou Morrer", autobiografia de um menor abandonado, ed. Extra-Realidade Brasileira / Símbolo, 1977, página 43).

No enterro do operário morto pelo patrão, os colegas desfraldam numa faixa o que acham dos donos da fábrica onde trabalham

“Terrorismo patronal”

Reportagem de Tania Angarani
Fotos Sandra Adams

4 tiros a queima-roupa

Às 9 horas da manhã, segunda-feira da semana passada, centenas de operários já se aglomeravam na sede do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo. Eram, na maioria, funcionários da Metalúrgica Alfa, esperando a liberação do corpo do colega assassinado, dias antes, por um de seus patrões.

O operário Nelson Pereira de Jesus, de 21 anos, tombou morto com 4 tiros, disparados a queima-roupa pelo advogado Cássio Scatena, de 35 anos. O crime aconteceu na manhã do dia 11 de outubro, na calçada daquela indústria, no Brás.

Antecedentes do crime

Nelson Pereira de Jesus trabalhava no turno da noite, de 7 às 7, como ajudante geral da metalúrgica, e recebia Cr\$ 7,15 por hora. Seu pagamento foi feito na véspera do crime, antes que Nelson entrasse no serviço, por volta das 19 horas do dia 10. Antes de começar a trabalhar, Nelson notou falta de Cr\$ 600,00 em horas extras, o que o deixou irritado. Durante a noite, declarou o encarregado da indústria, Nelson foi encontrado dormindo num canto e avisado de que seria dispensado sem direitos. Os dois discutiram, e Nelson prometeu agredir o encarregado na saída.

Versão dos colegas da vítima

Por volta das 7 e meia da manhã do dia 11, Nelson encontrou alguns companheiros do outro turno e repetiu para eles que seu envelope de pagamento estava errado. Disse que ia esperar o encarregado do Departamento do Pessoal para receber o que faltava. Estava nervoso.

Antônio Carlos, operário da firma há um ano, viu o crime. No dia do enterro estava revoltado e com medo de contar o que aconteceu.

— Eu estava na porta da fábrica e vi o Teixeira, do Departamento do Pessoal, o Nelson e um amigo conversando. Depois chegou o doutor Cássio, e o Nelson foi pedir explicações. Ele disse: *Enquanto vocês não me pagarem, eu não vou embora.* O doutor Cássio estava muito nervoso e dizia para ele ir embora, e depois subiu. O Nelson continuou reclamando lá na frente. Depois o advogado desceu, aí ele chegou perto do Nelson e disse: *Você não vai embora por quê, seu vagabundo?* E puxou a arma. O Nelson foi tentar tirar a arma dele, então aconteceu o primeiro disparo, que foi na perna, os outros eu não sei direito. O Nelson ainda conseguiu chegar até a porta do bar, que fica a uns 20 metros do Departamento do Pessoal. Ele tentou entrar, mas caiu entre a porta e um vaso de folhagem. Quando a gente viu, quis sair correndo para acudir, mas os encarregados fecharam a porta da fábrica. Só depois de uns 10 minutos é que a polícia chegou.



No cemitério, centenas de operários amedrontados.



Cássio Scatena, o assassino: "Fui agredido".



Nelson, vítima queria vencer na cidade grande

Versão dos patrões da vítima

O diretor da Metalúrgica Alfa, João Roberto de Melo, e o advogado Cássio Scatena afirmam que o criminoso foi agredido antes de sacar a arma. Nelson teria até quebrado os óculos do advogado, depois de esmurrá-lo e agredi-lo a pontapés, encurralando-o contra a parede da indústria. "Sem outra alternativa", Cássio apontou a arma "para amedrontar", mas mesmo assim Nelson continuou na agressão, e então o advogado disparou, "em legítima defesa".

Medo no cemitério

O corpo do operário só foi liberado às 15 horas da segunda-feira, 16 de outubro. O presidente do Sindicato, Joaquim de Andrade, avisou que nem seria mais possível velar o corpo, só daria tempo de "rezar um pouco" e sair o cortejo.

Todos haviam combinado de passar em frente da fábrica, mas a polícia proibiu "para evitar confusão" — embora o combinado fosse apenas fazer um minuto de silêncio em frente da Metalúrgica. Em 4 ônibus fretados, os companheiros de Nelson chegaram ao cemitério da Quarta Parada, no Brás.

— Quer dizer que vou ter que mudar eu mesmo?

Mas os operários dizem que Cássio Scatena também é diretor ali. E que não voltarão ao trabalho "sem segurança". Suas reivindicações incluem também aumento do piso salarial, pagamento da taxa de insalubridade e demissão do advogado assassino.

Quem era a vítima

Nelson Pereira de Jesus tinha vindo de Janaúba, Minas Gerais, há mais de um ano. Deixou lá mãe e alguns irmãos mais novos. Estava disposto a ganhar dinheiro e trazer o resto da família para São Paulo. Até o dia do enterro, a família não tinha sido localizada. Morando no Itaim Paulista, confins da cidade grande, Nelson pagava 400 cruzeiros de aluguel por um quatinho de 15 metros quadrados, onde cozinhava a própria comida.

O dono do quatinho, o velho Kazis Radzevicius, 72 anos, o considerava bom pagador e educado. Era um moço "nervoso", do tipo que não leva desaforo para casa "mas nunca faltou ao serviço".

Na delegacia do bairro, porém, consta uma ficha de Nelson por tentativa de assalto contra certo Manuel das Graças. Em 28 de setembro passado, Nelson também agrediu um colega dentro da firma. Mas os operários sabem que isso não significa que o patrão tinha o direito de assassiná-lo.

— A morte deste companheiro deve ser transformada em bandeira de luta: isso poderia ter acontecido com qualquer um.

Quem era o criminoso

Exatamente 10 anos atrás, onde andava Cássio Scatena? Possivelmente caçando comunistas, pois era membro do CCC — o Comando de Caça aos Comunistas, bando de delinquentes que andavam armados, praticando atos terroristas e atentados contra artistas. Quem se der ao trabalho de consultar uma coleção da velha revista *O Cruzeiro*, queira abrir o exemplar de 9 de novembro de 1968, páginas de 19 a 23. Ao lado de várias figuras surpreendentes, encontra ali, numa reportagem sobre o CCC, o nome de Cássio Scatena. Eis o trecho, no texto do repórter Pedro Medeiros:

"Por fim, quatro alunos ou ex-alunos de Direito do Largo de São Francisco, que tomaram parte no massacre aos artistas de Roda Viva: Cássio Scatena, conhecido por Blanco..."

Não constava, até ali, que Cássio houvesse disparado contra nenhum comunista. E ele acabou, 10 anos depois, "caçando" um operário miserável, que vivia de salário mínimo e que queria receber as horas extras songadas pelo patrão.

Um ex-colega de escola de Cássio Scatena diz que ele pode ser considerado "um cara da direita patológica". Um homem que sempre andou arrastado, "é um perigo tomar um aperitivo com esse cara num bar, porque a qualquer momento ele pode sacar a arma e começar a ameaçar o sujeito ao lado". E mais:

— O que aconteceu com o Scatena poderia chocar qualquer pessoa que estivesse em sua pele. Mas com ele seria difícil: ele chegou a comentar a eficiência da arma, depois, com um colega...

E no cemitério havia muito medo. As poucas pessoas que falavam sobre o assunto se negavam a dar o nome. Uma faixa desfraldada: "Abaixo o terrorismo patronal". O caixão baixou à sepultura às 5 da tarde, e os operários saíram discutindo: a morte do companheiro não pode ficar impune.

O que eles dizem dos patrões

Tanto o diretor, dr. Melo, quanto o advogado, dr. Cássio, usam armas normalmente, para intimidar os operários. Normalmente, descem até a fábrica, lá dos escritórios, com a arma na cintura. Foi assim em julho, quando o dr. Melo tentou impedir uma paralisação dos trabalhos, por melhores salários, com um 38 na mão. E todos, aterrorizados, voltaram imediatamente a trabalhar.

Não faltam coronhadas e agressões com o cano da arma. Muitos ficaram com os braços roxos de agressões. Uma moça foi empurrada pelo dr. Melo na escada e se machucou, depois ele queria provar que a moça tinha escorregado. Tudo isso é contado com medo.

Os operários entraram em greve na segunda-feira e exigem uma "mudança na diretoria", o que para o dr. Melo é a coisa mais absurda que ele já ouviu:

O milagroso modelo exportador que aumentou as importações

Até os anos 30, era certo chamar o modelo brasileiro de "primário-exportador". Agora, que as exportações servem principalmente para pagar os custos do capital estrangeiro e importações, é mais certo dizer que o modelo é "importador de divisas".

Alfredo Pereira

É certo que o desequilíbrio nas contas externas apressou a passagem da economia brasileira de uma fase de grande expansão para um novo período de crise. No entanto, conforme os artigos anteriores procuraram mostrar, esse desequilíbrio tem causas estruturais e internas. Não pode ser explicado por um crescimento insatisfatório das exportações: para um país dependente e subdesenvolvido, até que as importações cresceram mais ainda. O desequilíbrio não pode também ser atribuído ao simples acréscimo nos preços internacionais do petróleo: os gastos com as importações de matérias-primas, produtos intermediários e bens de capital são muito superiores aos gastos com as compras de combustível e lubrificantes; e, se o petróleo sobrecarrega a pauta de importações, não é apenas por causa de seu preço, mas porque o Brasil consome muito, produz pouco e é forçado a adquirir no exterior mais de 80% do óleo bruto que utiliza.

Contudo, existe nas versões oficiais uma omissão ainda mais grave: falam muito no déficit comercial, mas silenciam completamente o desequilíbrio crônico e muito mais relevante na Balança de Serviços.

O quadro anexo resume as principais contas do Balanço de Pagamentos do Brasil entre 1965 e 1967. Pelo quadro se verifica que o déficit de serviços é permanente e já crescia, mesmo quando a Balança Comercial ainda apresentava superávits. Observa-se também que o déficit de serviços dobrou entre 1974 e 1977, enquanto o déficit comercial, às custas de muito esforço, foi contido. E da Balança de Serviços, portanto, que nasce a pressão mais dura sobre o Balanço de Pagamentos.

No ano passado, por exemplo, o déficit do Balanço de Pagamentos em conta corrente praticamente correspondeu ao déficit de serviços.

A exportação imperialista era dependente

Se a análise se estendesse a um período mais longo, ficaria ainda mais claro o perfil histórico do Balanço de Pagamentos do Brasil: ele tende a obter superávits na Conta de Comércio, que não chegam a compensar, porém, os déficits crônicos e significativos na Conta de Serviços, donde resultam os déficits na Conta Corrente, cobertos, sempre que possível, por novos empréstimos ou investimentos estrangeiros. O Balanço de Pagamentos de países imperialistas, como os Estados

Unidos, apresenta um perfil histórico exatamente oposto: tende a ser deficitário nas Transações Comerciais, compensando-as com os elevados superávits que obtém na Conta de Serviços, principalmente com o fluxo de juros, lucros e royalties que recebe. O cruzamento dessas tendências opostas é que assegura a realização da exportação imperialista e sua continuidade. Com os superávits em suas Balanças de Serviços os países imperialistas recebem de volta os capitais que exportaram, acrescidos. Com os déficits comerciais, eles garantem o fornecimento de matérias-primas, gêneros alimentícios e produtos industriais mais baratos. Mas, com isso, os países dependentes podem também obter os saldos em divisas de que necessitam para assegurar aos capitais estrangeiros as remessas de lucros, juros, royalties e o pagamento das amortizações da dívida externa já vencidas. O que tornou a situação brasileira muito grave foi que, por um lado, o déficit de serviços aumentou enormemente; por outro, a própria Balança Comercial se tornou deficitária. Com isso, o Brasil embarcou num processo de endividamento crescente e descontrolado.

O grande rombo oculto

Agora já não é muito difícil entender

porque as versões oficiais escondem o rombo na Conta de Serviços. E que, tendo o regime militar e seus economistas optado por um desenvolvimento capitalista baseado nos capitais e na tecnologia estrangeiros, eles não podem impedir a saída de lucros, juros e royalties; assim, o máximo que pretendem conseguir é reduzir um pouco o déficit de serviços, mexendo em contas secundárias, como a de Viagens Internacionais. Nessas condições, todo esforço é dirigido para a Conta de Comércio, que se procura inverter, desacelerando a economia, freando as importações e ampliando a todo custo as exportações. Procura-se voltar ao padrão rotineiro do Balanço de Pagamentos: déficits em serviços, ligeiros superávits comerciais e um endividamento externo mais ou menos sob controle. O preço social desse tipo de estratégia é conhecido. Bastaria recordar como a ênfase na produção exportável prejudicou o abastecimento interno de gêneros de primeira necessidade, com reflexos negativos sobre a inflação e o padrão de vida dos trabalhadores. Como levar ainda mais longe esse tipo de estratégia? E que tipo de regime político seria necessário para impedir a resistência inevitável dos

Continua na página seguinte

Afinal de contas, onde está o rombo no Balanço de Pagamentos?

O governo procura esconder que é na Conta de Serviços — principalmente pagamentos de lucros, juros e royalties ao capital estrangeiro — onde se dá o maior rombo nas contas externas do país.

(em US\$ milhões)

	1965	1966	1967	1968	1969	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977
A - Conta Comercial													
Exportação	1.596	1.741	1.654	1.881	2.311	2.739	2.094	3.991	6.199	7.951	8.669	10.128	12.139
Importação	941	1.303	1.441	1.885	1.993	2.507	3.245	4.235	6.192	12.641	12.210	12.346	11.999
Saldo	655	438	213	26	318	232	-341	-244	7	-4.690	-3.540	-2.218	140
B - Conta de Serviços													
Saldo	-362	-463	-527	-556	-630	-815	-980	-1.250	-1.722	-2.432	-3.162	-3.763	-4.435
C - Conta de Transferências													
Unilaterais													
Saldo	75	79	77	22	31	21	14	5	27	0,5	2	4	6
D - Conta Corrente (A+B+C)													
Saldo	368	54	-237	-508	-281	-562	-1.307	-1.499	-1.688	-7.122	-6.700	-5.976	-4.285
E - Conta de Capitais													
Investimentos estrangeiros	70	74	76	63	189	146	169	337	997	944	1.044	1.144	800
Empréstimos e financiamentos	363	508	530	583	1.023	1.433	2.037	4.299	4.495	6.891	5.932	7.761	8.345
Amortizações	-304	-350	-444	-484	-493	-672	-850	-1.202	-1.673	-1.920	-2.172	-2.992	-4.100
Saldo (inclusive outras subcontas)	-6	124	27	541	871	1.015	1.846	3.492	3.512	6.235	6.188	6.650	4.945
F - Conta de Erros e Omissões													
Saldo	-31	-25	-35	-1	-41	92	-9	436	355	-67	-438	-518	-200
G - Saldo Final													
Saldo	331	153	-245	32	549	545	530	2.439	2.179	-936	-950	1.191	460

Conta de Comércio: Contabiliza receitas obtidas com exportações e os gastos efetuados com importações.

Conta de Serviços: É a diferença entre receitas e despesas realizadas pelo país em remessa de lucros, juros, pagamento de assistência técnica, royalties,

fretes, seguros etc.

Conta de Transferências: De pequena importância, contabiliza remessas de pessoa a pessoa, como o envio, por exemplo, de dólares para familiares no exterior (limitada a 300 dólares por mês, no máximo, por pessoa).

Conta Corrente: É a soma das 3 contas anteriores e mais reveladora que o saldo final, onde o desequilíbrio pode estar mascarado por empréstimos momentâneos.

Conta de Capitais: Empréstimos, financiamentos, investimentos diretos e amor-

tização da dívida externa.

Conta de Erros e Omissões: Truque estatístico para acertar as eventuais diferenças de contabilidade entre ativo e passivo.

Saldo Final: Soma das contas Corrente, Capitais, Erros e Omissões.

Fontes: Boletim do Banco Central, 11(7), julho de 1975, e 14(3), março de 1978. Revista Conjuntura Econômica, FGV, fevereiro de 1978.

Continuação da página anterior

prejudicados? No entanto, mesmo que essa política fosse levada à prática, daria certo?

Para responder, é preciso voltar atrás e identificar o fator principal do déficit permanente e vultoso na Balança de Serviços. À primeira vista, a culpa estaria nas viagens internacionais e no turismo das camadas médias, já que essas despesas foram até agora as únicas que mereceram energias medidas de controle por parte do governo federal. Contudo, a participação do déficit em turismo e viagens internacionais no saldo negativo do Balanço de Serviços sempre foi limitada; mesmo em 1975, quando os gastos com Viagens Internacionais alcançaram seu nível mais alto, em dólares correntes, sua participação no saldo negativo de serviços foi de apenas 11%.

A remessa dissimulada de lucros

Mais importantes têm sido as despesas com transportes e seguros. Vinculadas ao incremento do comércio exterior, essas despesas têm crescido em termos absolutos e em importância na pauta de serviços. Além disso, o aumento no preço internacional do petróleo também repercutiu sobre a conta de Transportes do Balanço de Serviços, quer através dos fretes, quer através dos gastos portuários com lubrificantes e combustíveis.

Saldo negativo igualmente expressivos apareceram em alguns anos, na conta de Transações Governamentais, que registra as despesas e receitas diplomáticas, consulares e semelhantes. Esses déficits podem ser explicados quer por uma política liberal de gastos das representações diplomáticas e consulares do Brasil, quer pelo próprio esforço de promoção das exportações no exterior.

No entanto, as contas que mais respondem pelos resultados da Balança de Serviços são, sem nenhuma dúvida, as de Rendas de Capitais e de Serviços Diversos. O saldo da conta Rendas de Capitais representa a diferença entre os juros, lucros e dividendos remetidos e as rendas eventualmente recebidas por capitais do Brasil aplicados no exterior. A participação do saldo negativo dessa conta no déficit de serviços tem sido, em geral, superior a 40% e vem subindo nos últimos anos, tendo chegado a 55% em 1975 e 58% em 1976. Na conta de Serviços Diversos estão incluídos os pagamentos por royalties, patentes e assistência técnica, uma parte dos quais constitui, inclusive, remessa dissimulada de lucros.

É forçoso concluir, portanto, que a explicação básica para o déficit em conta corrente do Balanço de Pagamentos se encontra no déficit de serviços; e que a explicação básica para o déficit de serviços se encontra nas remessas de juros e lucros e nos pagamentos pela importação de tecnologia. Ora, esses fatores não têm nada de "externos" ou "acidentais"; decorrem de traços constitutivos da forma de desenvolvimento do capitalismo no Brasil, entre os quais sobressai a participação crescente de empresas estrangeiras em todos os setores econômicos, inclusive nos de Transportes e Seguros. Esse padrão de desenvolvimento capitalista, com seu processo inerente de concentração da renda, é que explica também os próprios gastos excessivos e muitas vezes dispensáveis com Viagens Internacionais e Turismo.

A sede insaciável de divisas

É esse tipo de desenvolvimento que gera a necessidade insaciável de divisas ou moedas fortes. Por isso é que se precisa ampliar e diversificar as exportações, não só para obter saldos comerciais, mas também para oferecer aos capitais estrangeiros garantias de remuneração e retorno, sem as quais eles não se sentiriam animados a transferir-se para o país. Por causa desse papel estratégico das exportações, o modelo recente de desenvolvimento tem sido chamado de "exportador". Não é uma designação

apropriada. Até os anos 30, o modelo de crescimento podia acertadamente ser chamado de "exportador" ou "primário-exportador", porque a produção e exportação de alguns produtos primários constituíam a principal fonte de renda e emprego. Mas o desenvolvimento industrial, sobretudo após a Segunda Guerra Mundial, suplantou o agrícola e se baseia, até hoje, no mercado interno. As exportações, como fonte de demanda para o conjunto da economia, representam atualmente um papel muito restrito.

Elas assumiram, porém, como fonte de divisas um papel novo e não menos essencial. É que a industrialização, apoiando-se cada vez mais em investimentos e empréstimos estrangeiros, reclama divisas para assegurar a amortização da dívida externa, as remessas de juros e lucros e o pagamento da tecnologia importada. Além disso, a produção de matérias-primas e bens de capital não acompanhou a expansão da produção de bens de consumo, duráveis e não-duráveis; o parque industrial e mesmo os setores modernos da agricultura, para sua operação corrente e sobretudo para a ampliação de sua capacidade produtiva, precisam importar matérias-primas, peças e equipamentos; e disso resulta a necessidade de novas divisas. Assim, o modelo poderia ser denominado mais apropriadamente, segundo a sugestão do economista José Serra, de "modelo importador de divisas". Precisa-se exportar para obter divisas que permitam remunerar o capital estrangeiro e custear as importações sem as quais a economia pára.

A corrida entre a importação e o PIB

Mas aí é que se manifesta toda a dificuldade. Conforme se evidenciou no ciclo recente, mantido o atual padrão de crescimento capitalista, as importações tendem a crescer a um ritmo duas vezes superior ao do produto; para um crescimento do PIB a 10% por ano, as importações tendem a crescer a 20%. Para custear essas importações e ainda gerar divisas que remunerem os capitais externos, de risco e de empréstimos, seria preciso que as exportações crescessem, durante anos seguidos, a um ritmo muito superior a 20%, o que não parece um objetivo realista, ainda mais nas atuais condições da economia capitalista mundial. Restaria o recurso ao endividamento crescente; mas ele não é ilimitado, pois, a partir de algum instante, a dívida terá de começar a ser efetivamente paga e não apenas transformada em novas e maiores dívidas.

A dificuldade é ainda mais séria porque o regime pretende substituir as importações de insumos e de equipamentos e ampliar as exportações com a participação ainda maior das empresas estrangeiras. Mas essas empresas vão, em seguida, remeter mais lucros, mais royalties aumentando as pressões sobre a Balança de Serviços; tendem, também, a importar componentes e equipamentos mais do que as empresas nacionais, aumentando, por um lado, as importações que tentam diminuir por outro. A própria política de incentivo às exportações é contraditória, pois consiste, em boa parte, em dispensar impostos e conceder facilidades administrativas para importar insumos e equipamentos necessários à produção exportável; assim, os incentivos à exportação se transformam, na prática, em incentivos à importação.

É claro que, prolongando por vários anos a fase de crise e crescimento a taxas moderadas, substituindo por produção interna as importações de certas matérias-primas e bens de capital, incentivando a todo custo as exportações atraindo novos capitais externos e contando com uma recuperação da economia capitalista mundial, o governo poderá criar os requisitos para uma nova fase expansiva. No entanto, como os fatores do desequilíbrio externo estarão também fortalecidos, o desequilíbrio retornará adiante, de forma ainda mais grave. Até que, algum dia, seja possível o país enveredar por um outro caminho de desenvolvimento.



Lula, no encerramento do Congresso dos Metalúrgicos: desatrelar os sindicatos e ligar os trabalhadores na luta pela democracia real.

No caminho do desatrelamento

Operários e dirigentes sindicais, reunidos no III Congresso dos Metalúrgicos de São Bernardo, propõem a reformulação da atual estrutura sindical e reafirmam sua posição de continuar lutando pela verdadeira democracia.

Nem a chuvosa manhã do domingo cinzento no Guarujá, balneário do litoral sul paulista, foi o bastante para tirar o bom humor dos operários e dirigentes sindicais reunidos no III Congresso dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo. As primeiras horas do dia, na colônia de férias que pertenceu ao Banco do Estado de São Paulo, o movimento no restaurante já era intenso para o café onde corria de boca em boca a última piada de Figueiredo em um diálogo com sua netinha. É que naquele mesmo 15 de outubro seria apontado, em Brasília, pelo colégio eleitoral o candidato do presidente Geisel, como futuro presidente da república.

- Vovô, quando o presidente Geisel terminar o mandato vai ter festa?

- Isso, vai ter champanha, banda, doces e cantorias.

- E quando o senhor tomar posse, vai haver festejos?

- Sim, claro que vai, teremos desfiles, fanfarras, bebidas etc.

- E quando encerrar seu mandato vai ter festa?

- Vai ser uma grande festa, uma coisa muito atraente.

- Puxa-vovô, vai ser uma semana movimentadíssima, não?

Mas não era apenas a indicação do general Figueiredo o motivo da insatisfação dos trabalhadores, também a atual estrutura sindical era duramente atacada. Ainda pela manhã, reunida a plenária, teve início o debate sobre a questão Contribuição Sindical.

Grande número de sindicatos pelegos são fundamentalmente mantidos devido à contribuição sindical - desconto anual obrigatório de um dia de serviço do trabalhador, que se reverte proporcionalmente aos sindicatos, federações, confederações e Ministério do Trabalho - mantendo-os dependentes, subservientes e conforme tese apresentada "incentiva-se a corrupção, a existência de sindicatos fantasmas que só existem em função do imposto arrecadado para a elaboração dos mais diferentes tipos de negociatas e do parasitismo de elementos anti-operários" (em 77 a arrecadação foi de Cr\$ 2 bilhões). Foi unânime a decisão dos 400 operários e representantes de outras categorias presentes pela extinção desta contribuição obrigatoria. Ponto considerado fundamental na luta pela liberdade sindical, segundo os congressistas.

"Nós temos que lutar para que fiquemos livres desse atrelamento ao Estado. O trabalhador tem que se conscientizar da utilidade do sindicato para a sua categoria e contribuir de forma espontânea", afirmou a Movi-

mento Arnaldo Gonçalves, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Santos.

O encerramento do Congresso ficou para a parte da tarde, quando Luís Inácio, o Lula, tendo ao seu lado uma assessora do Dieese, leu as resoluções aprovadas nos 4 dias de reuniões e debates (ver Movimento da semana passada), propondo uma contundente reforma na estrutura sindical vigente. Além da grande novidade da Central Única dos Trabalhadores, tal sua importância na organização dos trabalhadores, contestada apenas por autoridades governamentais como o ministro do trabalho, Arnaldo Prieto, foi aprovada a criação das Comissões de Fábrica, o que provavelmente não será do bom agrado de muitos empresários. Negociações diretas com os patrões e contrato coletivo de trabalho, abolição imediata da contribuição sindical, direito de greve sem restrições, foram também outras das importantes decisões a serem encaminhadas para as bases, nos locais de trabalho. Um dos pontos de maior divergência no plenário, e que acabou sendo aprovado, foi a criação de um fundo de desemprego, tirado dos lucros dos patrões.

Em seu discurso, dando por encerrado o Congresso, Lula enfatizou a importância do acontecimento e das resoluções nele aprovadas, que serão enviadas aos sindicatos de todo o país e aos parlamentares na tentativa de ampliar esse debate, "de real importância aos trabalhadores". E para que todos os presentes levassem essa discussão para as fábricas, esclarecendo e ampliando as bases, como se fossem membros de uma comissão de empresa, a ser criada no futuro próximo. Como desfecho, em seu pronunciamento afirmou: "A realização desse Congresso só vem a demonstrar que quem tem medo da democracia são os donos do poder".

A última decisão do plenário, aprovada por unanimidade, foi a leitura do documento em que, coerentes com as posições assumidas no V Congresso da CNTI, os trabalhadores reafirmaram sua posição de participar das questões políticas mais gerais: (...) "os trabalhadores manifestam seu repúdio ao processo que culminou hoje com a escolha do general João Batista Figueiredo para a presidência da República. Ao contrário do que o imposto presidente afirmou, sua escolha não tem qualquer apoio do povo, pois representa apenas a vontade e os interesses de uma elite há 14 anos encastelada no poder". (...) "por tudo isso, os trabalhadores reafirmam sua posição irreversível de continuar lutando pela conquista de uma verdadeira democracia"... (Paulo Barbosa)

Ensinando gente grande a fazer política

"Se aqui no Brasil tivesse democracia, nós teríamos eleições diretas para governador e Presidente, os trabalhadores poderiam fazer greve e não haveria censura no rádio e na televisão".

"Fica proibida a destruição de matas em todo o Estado de Minas Gerais. Não entendemos por que as pessoas derrubam uma mata tão rica para plantar eucalipto".

As afirmações acima saíram espontaneamente de crianças, de 9 a 12 anos de idade, que, no último dia 12, ocuparam a Assembléia Legislativa de Minas Gerais e ali fizeram uma das mais concorridas e animadas reuniões plenárias. Naquele dia, por iniciativa do presidente da Assembléia mineira, deputado Antônio Dias (Arena), foi instalada solenemente a 1ª Legislatura Mirim.

Os organizadores da promoção, que quiseram com ela homenagear o Dia da Criança, jamais poderiam imaginar que iriam ter um dia tão cheio de surpresas: de início, quase todos os 61 meninos e meninas, enviados por escolas municipais e estaduais e colégios particulares para substituir os deputados durante um dia, queriam ser do MDB. Foi necessário prometer sanduíches em dobro aos arenistas, para que as crianças, depois de muitas gestões, concordassem em distribuir-se no plenário de acordo com a composição atual da Assembléia Legislativa de Minas: 37 deputados da Arena e 24 do MDB.

As surpresas, porém, não pararam aí: inconformados com o critério adotado para a eleição da mesa diretora, alguns "parlam... res", principalmente do MDB, ocuparam várias vezes a tribuna para protestar contra "esta eleição injusta" e até mesmo pedir a sua anulação. Realizada na parte da manhã, a eleição da mesa diretora da 1ª Legislatura Mirim fora disputada por uma única chapa, com 4 deputados da Arena e 3 do MDB, composta pelos próprios organizadores da promoção. Segundo eles, este critério era o único viável, por falta de tempo e pelo fato das crianças não se conhecerem.

Keila Deslandes subiu à tribuna para juntar aos outros seu protesto contra a eleição da mesa diretora: "Sr. Presidente" - disse ela com voz firme - "o senhor explicou que para a escolha da mesa diretora foram ouvidos os líderes dos dois partidos. Isso não é verdade, porque o líder do MDB senta-se atrás da minha mesa e ele acaba de me falar que não foi ouvido". Gritos e aplausos das galerias lotadas, principalmente com crianças.

O presidente mirim, auxiliado por um assessor da Assembléia que lhe soprava as respostas nos ouvidos, explicou: "A Presidência informa que a escolha da chapa eclética foi feita de acordo com a orientação das escolas". Keila voltou ao ataque: "Uai, então ninguém mais entende nada. Cada hora é uma explicação diferente". Novos aplausos das galerias. Alguém tocou a campainha para impor a ordem. O "presidente" voltou ao microfone: "A Presidência informa que não permitirá manifestação por parte das galerias do plenário". E Keila: "Por que não? Então isso é que é democracia?" Novos aplausos. Keila tentou prosseguir, mas o som do seu microfone foi cortado. A menina então, aos gritos, sem o microfone, protestou: "Podem cortar o som, eu não tenho medo, é por isso que eu tenho uma voz forte e todo mundo vai poder me ouvir". Alguém delicadamente retirou Keila da tribuna e a conduziu à sua poltrona no plenário.

Os projetos apresentados pelos deputados mirins, alguns feitos nas escolas, outros na própria Assembléia, referiam-se em sua maioria aos problemas da ecologia e educação. Muitos proibiram a destruição das matas do Estado de Minas Gerais, a poluição das águas



1ª Legislatura Mirim: reivindicações democráticas

e do ar. Leila de Fátima Alves, da Arena, pediu que se proibissem a fabricação e o uso de bодоques, estilingues e atiradeiras. Carlos Eduardo Freitas Costa, 10 anos, um dos mais entusiasmados debatedores, apresentou em seu projeto pedido de melhor pagamento às professoras, sendo delirantemente aplaudido.

O fim das favelas em Belo Horizonte, melhorias para ruas e grupos escolares, aumento do salário mínimo e maior atenção para o menor abandonado e crianças excepcionais também foram temas dos projetos apresentados. Mas a maior surpresa ficou por conta de Keila Deslandes e Adélia Aparecida Santos que, pela primeira vez na Assembléia, fizeram um discurso em forma de poema-protesto, lido a duas vozes:

"Hoje é dia da Criança, / e temos esperança que vocês nos ouçam / e guardem este poema como lembrança. / Criança é futuro; / não a prenda por trás de um muro, / deixem-na exprimir suas idéias, / não caem a criança com violência. / Queremos, no governo, / dos velhos a experiência / dos jovens suas idéias novas, / e da ditadura a cova. / Queremos a democracia, / mas não democracia disfarçada; / Queremos democracia pura / que satisfaça toda a mocada. / Todo maior quer votar / para todos os cargos; / eles querem com suas opiniões somente ajudar; / ninguém de nós quer os representantes biónicos. / Além disso queremos o verde, / apoio ao menor abandonado, / aumento do salário mínimo, / valorização do empregado".

As crianças aplaudiram com entusiasmo "o projeto" de Keila e Adélia. Mais surpreendentes ainda foram suas respostas aos jornalistas. Rápidas e decididas, Keila e Adélia explicaram, por exemplo, porque faziam críticas em seu poema: "Nós vivemos numa ditadura militar, né, e ninguém está muito feliz". E por que vocês acham que vivemos numa ditadura? "Ora, porque se no Brasil tivesse democracia, o povo é que escolheria os governadores e o presidente da República, os trabalhadores poderiam fazer greve, e não haveria a censura do rádio e da televisão".

Keila Deslandes, 12 anos, e Adélia Aparecida, 13 anos, estudam no Colégio Municipal de Belo Horizonte, onde fazem a 6ª série. As duas moram em bairros da periferia; o pai de Keila tem um táxi, e o de Adélia é contabilista. Por influências dos irmãos mais velhos, Adélia, "de vez em quando", lê os jornais Movimento e Em Tempo; aos domingos, lê o Jornal de Casa, um semanário mineiro; e, todas as noites, assiste ao Jornal Nacional, da Rede Globo. "Mas o que mais me ajuda" - explica - "são as conversas e as discussões lá em casa sobre política".

Keila tem uma opinião formada sobre democracia: "é uma forma de governo onde o povo mesmo elege seus governantes; onde as pessoas têm liberdade de expressar suas idéias, sem censura; onde há debate político pela televisão. Num país democrático, os estudantes e os operários podem fazer greve. Bom, é isso que não acontece no Brasil, né?".

Keila e sua colega Adélia estão "abismadas" com a fome e a miséria do povo brasileiro, mas têm uma solução para esses problemas: "Bom, se há democracia, então todo mundo pode falar o que pensa, dar sugestões, idéias, participar. Ai

vai ser diferente do que é hoje, quando só o governo é que procura solucionar os problemas, sem ouvir o povo." (Maria Cristina Bahia)

ACÚCAR

Desemprego e fome em Ouricuri

Envergonhados, eles esperam que a noite avance pela madrugada, quando então penetram nos canaviais e, aos grupos, saciam a fome com o caldo doce da cana. Muitos procuram esconder que a situação chegou a esse ponto depois que a "crise" atingiu a indústria açucareira, e a Usina Ouricuri, em Alagoas, parou de moer em consequência disso.

São cerca de 6 mil pessoas, familiares dos 1.328 trabalhadores da usina que há 6 semanas não recebem seus salários. O "hotel da raposa", como é conhecido o canavial, é o último refúgio da população faminta.

"Olhe moço, se continuar assim, muita gente vai morrer de fome. Ninguém quer virar bandido, assaltante ou qualquer coisa ruim, quer é trabalho, dinheiro e comida. Ganho uma ninharia e nunca pensei em juntar um dinheirinho, porque não posso, e que dirá numa desgraça dessas. Se o governo não tomar uma providência, muita gente morre de fome e não demora", diz José Luiz da Silva, cortador de cana.

Antonio Francisco, empregado da Sorveteria Big, cuja falência ele prevê para "os próximos dois meses, caso a situação continue como está", é das poucas pessoas da comunidade que não vive do emprego da usina, embora sofra tanto quanto os outros com a falta de dinheiro. "Tem gente que não gosta de cana" - afirma - "outros cortam os beijos e se lambuzam. Mas tem uma coisa: quem adoce aqui pode dizer que está morto, pois cana não tem sustança".

Severino Ferreira dos Santos, o cozinheiro, tem 5 filhos e ganha 500 cruzeiros por semana, mas desde que a usina fechou não rece-

be um tostão. "Minto. Nesse tempo todo só recebi 50% de uma semana, foi uma esmola que o sindicato deu a todos daqui. Tenho carteira assinada, mas nossos direitos não estão sendo respeitados".

O operário Eraldo Rodrigues acrescenta: "Eu tenho 16 anos que moro aqui, só sei fazer esse serviçinho da usina. Se soubesse pescar, trabalhar em escritório ou achar dinheiro fácil, como muita gente boa que tem por aí, tava certo. Mas eu não vou sair daqui se não tenho nem onde passar fome. Na verdade, a maior crise que a gente já teve começou há 5 semanas, mas tem 3 anos que a gente vem sofrendo de fome e miséria".

A crise da indústria açucareira vem sendo atribuída à abrupta queda do preço do açúcar no mercado internacional, de 1.500 para apenas 400 dólares a tonelada, e ao aumento dos insumos em mais de 400% nos últimos dois anos, o que estaria desequilibrando o orçamento das usinas.

Na verdade, porém, outros fatores devem ser também considerados. Sabe-se, por exemplo, que em vez de aplicar totalmente os lucros e os empréstimos que obtém no setor da produção (tecnologia e benefícios sociais para os trabalhadores), os usineiros investem grande parte desse dinheiro no mercado de capitais, em imobiliário e em outras formas de mobilizações pessoais.

O usineiro Carlos Lyra, por exemplo, signatário do manifesto entregue a Geisel pelos setores mais reacionários do empresariado, contra as "reformas políticas", é um dos maiores acionistas do Banco Econômico e amigo íntimo do ministro Angelo Calmon de Sá, da Indústria e do Comércio. A Usina Leão vendeu no ano passado uma cadeia de supermercados e é proprietária de um grande número de loteamentos em Maceió. Um dos proprietários da Ouricuri, Nilson Tenório, tem à sua disposição dois aviões particulares, enquanto os trabalhadores passam fome na sua usina.

O que os usineiros reivindicam é um aumento de 30% no preço do açúcar, a ser concedido pelo governo federal. Para pressionar o gover-

Os trabalhadores de Ouricuri: esperando pelo trabalho e o salário



no e sensibilizar a opinião pública, eles vêm comprando diariamente espaço nos 3 grandes jornais de Alagoas e um minuto por dia do telejornalismo local. Aproveitaram também a realização do II Encontro Nacional de Produtores de Cana-de-Açúcar, quando fizeram do ministro Calmon de Sá porta-voz junto ao ministro Mário Henrique Simonsen, da Fazenda, a quem compete conceder o aumento reivindicado.

José Rodrigues de Melo, chefe do Departamento de Pessoal da Ouricuri, vai longe nas denúncias contra a usina. "A situação dos trabalhadores na agroindústria é completamente irregular. Tudo começou em 76, quando o salário estabelecido pelo sindicato começou a ser desrespeitado pelos patrões. Passamos 23 semanas recebendo irregularmente. Depois, começaram a pagar, mas negligenciando no cumprimento das leis trabalhistas. A situação calamitosa não é apenas na área industrial, mas com igual intensidade na área agrícola. As autoridades deveriam se interessar mais pelo povo".

A situação dos trabalhadores é ainda mais grave devido às características de monocultura que a cana assumiu em Alagoas. Como um verdadeiro câncer da terra, a cana-de-açúcar invadiu as pequenas propriedades (minifúndios), produtoras das chamadas lavouras de subsistência (milho, feijão, batata etc.), e hoje o Estado importa 98% dos produtos hortifrutigranjeiros que consome.

(Aldo Rebelo/Vanildo Mendes-Carlos Pompe)

TELEFONES

"Grampearam" até mesmo os da Câmara

Os repórteres que cobrem diariamente as atividades da Câmara Municipal de São Paulo e os diretores dos dois partidos (que se localizam no mesmo prédio do Legislativo) vinham notando há algumas semanas a ocorrência de ruídos estranhos e frequentes defeitos nos dois telefones que usam normalmente para transmitir suas matérias aos jornais e emissoras de rádio. E até a última quinta-feira, dia 19, pensavam que o problema era igual ao de milhares de telefones da Capital: meramente técnico.

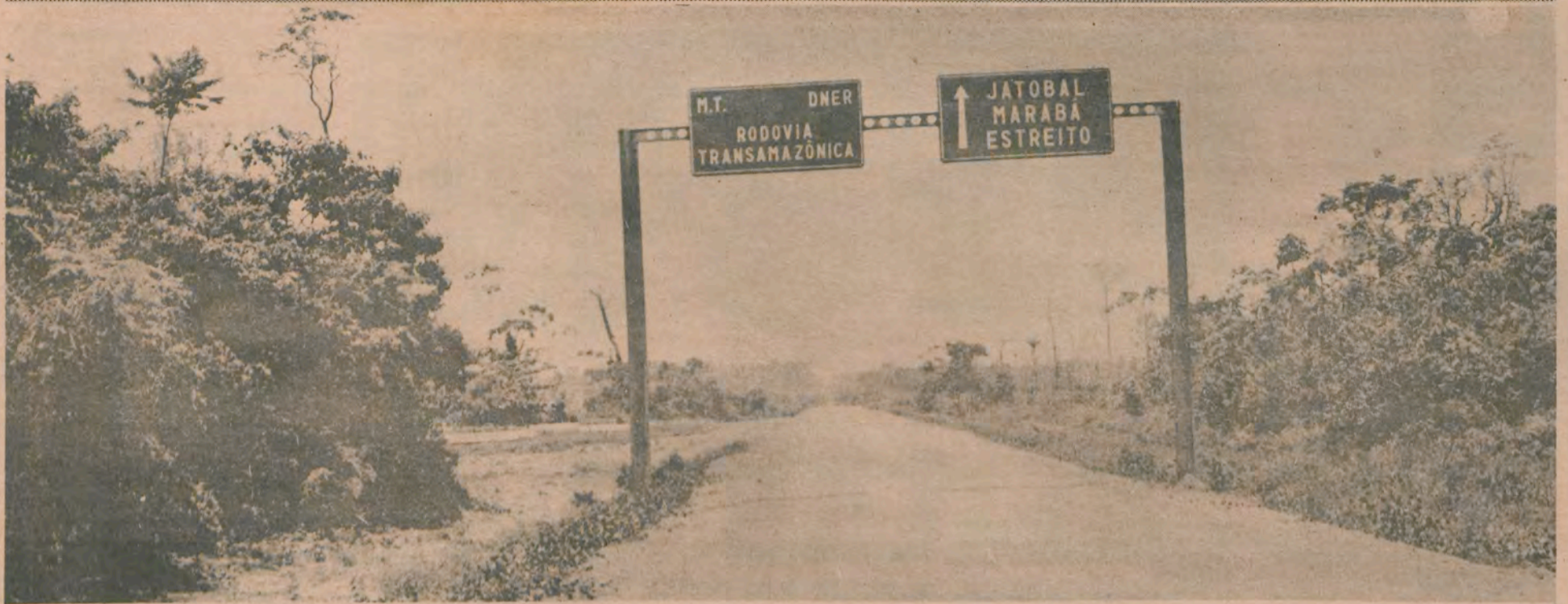
Foi pensando num problema desse tipo que os responsáveis pela sala de imprensa chamaram a assistência técnica da Telesp, ao final da última sessão ordinária da semana. Um dos telefones de linha externa estava completamente surdo-mudo, e o outro cruzava constantemente as linhas.

Depois de procurar defeitos por todo canto, o técnico da Telesp resolveu dar uma olhada no quadro geral, onde pôde perceber a causa dos problemas: uma ligação irregular, do tipo usado para a escuta clandestina. Contou aos jornalistas a sua descoberta e avisou que tudo que se falasse naqueles dois aparelhos poderia estar sendo ouvido e até mesmo gravado em outra sala do prédio. O defeito daquele dia, segundo ele, acontecera porque o escutador provavelmente deixara sua chave ligada, cortando o circuito do aparelho da sala de imprensa.

Na presença de 3 repórteres, desligou os fios brancos que serviam às extensões e ligou-os ao seu auscultador; o que ouviu foi a música e a alocação que naquele momento eram transmitidas pelo serviço de som da Câmara Municipal.

Indignados, os jornalistas prepararam um ofício, em nome da Associação dos Cronistas Parlamentares (assinada também pelo presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo), encaminhando-o ao presidente da Câmara, Roberto Cardoso Alves.

Considerando o fato "deveras alarmante e que fere frontalmente todos os princípios da liberdade de imprensa", os profissionais pedem que seja esclarecido: quem executou as ligações, de quem partiu a ordem e que garantias o Legislativo pode conceder no sentido de que o trabalho da imprensa não está sendo controlado.



TRANSAMARGURA

Colonos endividados, posseiros ameaçados e abandonados: os dramáticos resultados de quase 6 anos de aplicação do projeto de colonização da Transamazônica.

A notícia da visita do general Geisel à região fez correr uma calafria na espinha de todo burocrata e todo técnico do Incra, Emater, DNER, Exército e outros órgãos que operam ao longo da Transamazônica.

Engenheiros passaram a vistoriar as balsas, as pontes, a regular os motores; na Rurópolis Presidente Médici, o coração da colonização, as ruas começaram a ser capinadas, uma água límpida jorrou na piscina do hotel oficial. Com duas semanas de antecedência, a casa do "colono" que o general deveria visitar passava a ser cuidada pelo próprio pessoal do Incra. E seu proprietário, Lino Freire, o mais rico colono da Transamazônica, cuja esposa é funcionária do Incra, mostrava a todos sua alegria. Na usina de açúcar Abrahão Lincoln, próxima a Altamira, os prédios começaram a ser limpos, e alguns operários receberam ordem de aprontar uniformes especiais para a ocasião. As cercas do aeroporto da Agrópolis Brasil Novo foram inteiramente pintadas de branco, e vários prédios maquiados a cal. Jipes do Exército cortavam a estrada em todo sentido, prevenindo decerto qualquer subversão. De repente a Transamazônica se enfeitava e era forçada a aproximar-se do ideal que os propagandistas do governo Médici enxergavam na extensa estrada na selva.

Mas seria a colorida e arrumadinha Transamazônica que o general Geisel visitaria por ocasião do oitavo aniversário do Incra, na segunda semana de outubro, a mesma estrada sofrida dos colonos abandonados, dos posseiros atemorizados?

"Se eu fosse presidente e eu fosse honesto com o povo, eu chegava aqui e falava: não, eu quero ver é outras casas, conversar com outros colonos, eu ia andar no meio do povo, assim meio escondido, muitos nem iam saber quem eu era, então eu ia apurar a verdade, ver o sofrimento verdadeiro do povo daqui. Porque, se o presidente ver a Transamazônica só, ele vai estar muito errado. Ele precisa ver é mesmo a Transamargura, a verdadeira estrada dos colonos". É o que

diz um velho camponês paranaense, há 4 anos morando próximo à Rurópolis Presidente Médici.

Na verdade, há pouca coisa em comum entre o mirabolante projeto de colonização planejado pelos tecnocratas do governo Médici e o resultado obtido, 6 anos depois, quando todo o projeto já deveria estar implantado. E a própria estrada, com seus 4 mil quilômetros — construída a partir do pressuposto básico de "integração nacional", um tema especialmente caro aos militares nacionalistas, e visando ainda ser uma espécie de "desafogo social" para os milhares de nordestinos sem terra — parece destinada a ser mesmo, durante muitas décadas ainda, um estreito e amargo caminho na selva, conduzindo o nada a lugar nenhum.

"Nós viemos pra cá na ilusão", conta um colono da linha gaúcha, a 30 quilômetros de Rurópolis, considerada a área mais desenvolvida de colonização. "As promessas feitas lá no Sul eram de entusiasmar qualquer um. Prometeram que chegaríamos aqui com casa pronta, 10 hectares de mata já derrubada, auxílio para alimentação nos primeiros meses, financiamento, sementes, tudo muito bom. Mas sabe o que encontramos? Só esta estrada de terra vermelha e mata. Chegamos aqui de noite, o caminhão deixou a gente na beira da mata e foi embora. Ficamos lá naquela escuridão, sem casa, sem derrubada nenhuma, sem nada, abandonados no meio da selva. Mas a gente nem tinha mais jeito de voltar, e a solução foi enfrentar tudo no machado, construir um rancho de palmeira e meter os peitos. A ajuda que eles prometeram pra nós foi de 600 por mês, e isso eles deram, mas logo descontaram na primeira produção. E, se no começo eles ajudaram pouco, agora, então, Incra, Emater, tudo isso parece piada. Eles só vêm fazer planos, tentar enrolar a gente segundo a idéia deles. Eles parecem que acham que colono é incapaz de pensar e trazem tudo para impor na gente, nunca discutem, querem só impor suas idéias. E sem dúvida elas são meio erradas, porque eles ficam lá no gabinete, tirando idéias do nariz, e vêm impor no colono".

N Enterrados no banco

O dia de finados, mulheres de colonos, vestidas de preto, foram até Itaituba render homenagem aos mortos. Chegando na cidade dirigiram-se todas ao Banco do Brasil e começaram a acender velas em frente à porta. O guarda do banco, espantado, chegou até elas e disse: "Que é isso, donas, lugar de acender velas pros mortos é no cemitério, não é aqui não".

E as mulheres responderam: "Não senhor, pois é aqui mesmo no banco que tão enterrados nossos maridos."

"A nossa situação de dívida é absurda", afirma José Feitosa da Silva, morador da vicinal 27, próxima a Itaituba. O banco financia, a gente planta, mas não dá preço. Eu por exemplo devo 20 mil no banco e não vou ter jeito de pagar. Eles vão cobrar juro e eu não tenho com que pagar. Então agora eu não vou ter financiamento pra próxima safra, e ela vai ser menor, porque não tenho recurso. Desse jeito a dívida aumenta e eu vou ficando cada vez pior. O buraco é fundo. E a gente vai fazer o quê? Quando eu vim do Maranhão, vim esperançoso de arranjar um jeito melhor de tratar da família, conseguir encaminhar os filhos nalguma profissão. Mas é só ilusão de pobre. Os meninos só pode estudar essa escolinha aqui perto, dos crentes, até o 3º livro e depois acabou, eu não tenho condições de sustentar na cidade, vai ficar tudo analfabeto que nem eu mesmo. Em roça não se forma homem nenhum. Só faz o de comer. Olha só minha casa". (José aponta o barraco, a palha do teto meio carcomida pela chuva e pelo sol, o chão de barro esturricado e poeirento, as paredes de barro, esburacadas, a mesa velha e dois bancos de pau.) "Isso é moradia de homem, de trabalhador? A gente vive que nem Deus cria macaco, de teimoso. Isso porque nós temos título da terra, somos ajudados pelo Incra.

Mas sabe por que é isso tudo? Só porque eles obrigam a gente a plantar arroz, não financiam uma cultura definitiva, que nem o cacau, o café. Não; só querem que a gente derrube mato e plante arroz, só isso financiam pros pequenos. A terra é ruim, não dá muita coisa, e quando acabar o mato como é que a gente vai fazer?"

Segundo um técnico do Incra que trabalha no PIC de Itaituba, cerca de 90% dos colonos estão endividados no banco e não têm condições de pagar.

S "A televisão mente pra enganar o povo"

e para os colonos da beira da Transamazônica o problema é sério, para os moradores das vicinais reveste-se de um caráter dramático. Dependendo das péssimas condições das estradinhas que as chuvas desmancham facilmente, tornando-as intransitáveis, muitas vezes são obrigados a transportar nas costas, por 3, 4, 5 quilômetros, toda sua produção, para que os caminhões possam apanhá-la. "Eu mesmo", afirma Claudionor, o colono de uma vicinal próxima à Rurópolis, "já tive que carregar mais de 10 sacos de arroz nas costas e acabei perdendo muitos outros, mais de 100, porque não dava conta de colher sozinho, ensacar e meter na cacunda por 3 quilômetros até o caminhão. Nesse tempo a ponte de um rio que corta aí caiu, e passamos um ano assim, sem o Incra providenciar nada, foi nós mesmos que gastamos muitos meses de serviço pra reparar ela. Desse jeito quase ninguém pode botar roça e ninguém teve produção. Foi tempo de muita escassez aqui.

Mas aqui ainda tem outros problemas mais sérios, por exemplo, num caso de doença. Tem que juntar os vizinhos, muitos, pôr o doente numa rede e levar o doente pra beira da Transamazônica e depender da caridade de algum motorista. Se ficar doente de noite, grave, tá morto, não tem escape. Sem escola, sem condução, estrada não prestando, sem casa, sem dinheiro, endividado, passando tudo quanto é necessidade, como é que um colono pode render para o bem do país, para o progresso? E eles ainda engana muita gente, pois um parente meu escreveu do Maranhão falando que aqui decerto devia ser o paraíso, a estrada asfaltada, luz, muita mata e uma fartura danada, que ele tinha visto um filme na televisão, no Amaral Neto, e que achou a Transamazônica uma beleza. Eu escrevi pra ele falando que isso era tudo mentira, e que a televisão mente pra enganar o povo, e que a verdade era só ele vir aqui e ver. Quando nós saímos do Maranhão é porque lá já não tinha mais terra e fomos corridos por uns fazendeiros. Batemos em Imperatriz, de lá pra Marabá e depois o Incra localizou a gente aqui. Eu agora não sei se não era melhor ter ficado no Maranhão, brigando com grileiro. Aqui a gente se enterrou vivo nessa mata, e em 4 anos não progrediu nada. Quer dizer só progrediu nas dívidas e a barriga dos meninos cada vez mais inchada".

A Alarme no Inca: tem posseiros nas colônias

estradinha vicinal 27, próxima a Itaituba, serpenteia pela mata, pontuada de vez em quando por um casebre de palha próximo aos troncos calcinados de uma ou outra derrubada. Nos terreiros limpos das casas as crianças brincam, as mulheres trabalham, um bando de galinhas miúdas e porcos cisca entre os cachorros. Um ar de abandono acompanha as casas mal-arrumadas, as roças escondidas pela juquira que cresce rapidamente após as derrubadas. Por 7 quilômetros a paisagem é a mesma: a estrada estreita, num terreno extremamente acidentado, cortada aqui e ali por um igarapé meio turvo, onde as mulheres lavam roupa.

Mas depois desses 7 quilômetros começa um outro mundo, onde nem o Inca, nem a Emater procuram penetrar, onde não há mais colonos, mas "invasores", morando em estreitas picadas na mata úmida, seus miseráveis tapiris de palha e paus sombreados pelas árvores imensas. Ali nenhuma ajuda, nenhuma estrada, nenhum conforto.

Planejado para um número determinado de colonos, os projetos de colonização da Transamazônica não parecem contar com o acirramento das lutas pela terra em toda a região, que aos poucos empurrou para aquela área milhares de novos migrantes, expulsos de seus lugares, vindos cada vez mais de longe à procura de um pedaço de terra onde possam formar suas miúdas roças de subsistência.

"Eles dizem que é proibido posseiro pequeno entrar nas vicinais, além dos 7 quilômetros, que ali já é terra reservada para os grandes fazendeiros, que vão criar gado. Mas está tudo vazio, é mata que não acaba mais, por que então não deixar que nossos colonos cheguem, ocupem a terra para trabalhar? Quem foi que disse que 7 ou 10 quilômetros é suficiente? Se tem gente precisando de terra, por que não estender até 15, 20 quilômetros, se for preciso? Esse pessoal fez planos lá em São Paulo e agora quer forçar o povo a se enquadrar no plano deles. Por que eles não disseram assim: a gente põe primeiro os pequenos, os mais fracos que precisam mais, depois que tiver bastante lugar pra eles a gente chama os ricos. Os ricos têm dinheiro, podem fazer estradas, podem ir mais pro meio da mata, 20, 40 quilômetros. Eles têm carros, caminhões, pra eles não tem problema. Eu penso uma coisa. Esse negócio de trazer os pequenos pra cá foi só uma maneira de arranjar mão-de-obra barata para os ricos que vão chegar depois com suas fazendas de criação de boi. Vê só: o contrato do Inca diz que o colono não pode dividir seu lote com os filhos, nem por herança. Quer dizer que onde tiver vários filhos alguns vão ficar sem terra pra trabalhar depois de casados. Logo, vai sobrar muito filho de colono sem trabalho, prontinho pra servir de peão aos grandes que vão precisar desmatar, plantar capim para os bois. Isso é que eu digo, essa colonização aqui vai beneficiar mesmo são as grandes fazendas, que no fim vão engolir os pequenos, dominar tudo. Foi um engodo pra trazer os pequenos pra cá, longe de tudo, com ilusões."

Três quilômetros depois do final da estrada vicinal 27, na região de Itaituba, a



Agostinho Mineiro: esperando o direito de trabalhar sem ter medo do "assombração do governo do Inca"

casa de Agostino Moraes, um mineiro de 34 anos, vindo de Araxá, quase se confunde com a mata mal derrubada que a cerca por todos os lados. Magro, pequeno, os braços encordoados da lida constante com o machado, Agostinho, o Mineiro, procura lutar contra a mata bruta para "arrancar o pão da família".

"Se eu sou invasor? De jeito nenhum, invasor é quem entra na casa alheia pra roubar. Eu entrei aqui porque a terra é nacional, e eu sou brasileiro que precisa trabalhar. Eu estou aqui porque em Minas a gente não tinha nada, nem terra, nem emprego. Foi por isso que eu vim pra cá, mas parece que agora vou ter que sair de novo, porque os grandes de lá tão chegando aqui também, e desloca os pequenos mais pra frente. Então quando já está tudo arrumado, os pequenos derrubaram, começaram suas roças, amansaram os lugares, chega de novo os grandes e diz: aqui é meu. Toca daí. E lá vai o pequeno de novo mata adentro - morre de tanto começar."

A coragem de Mineiro, ali no rancho, ao lado da mulher grávida e com uma criança pequena no colo, parece estranha diante da incrível fragilidade do homem isolado diante da selva, distante de tudo, sem contar com nada, abandonado à própria sorte, comendo um pouco de farinha com os animais que consegue matar na floresta, até que seu primeiro roçado produza algum arroz, algum feijão, um pouco de milho.

"Mas pode escrever uma coisa aí, moço. O Mineiro, por nome Agostinho Moraes, vai ser o último posseiro da Transamazônica que vai sair. Eu não aguento mais ir tocado pra frente; vou firmar o pé no toco. Eu posso sair, porque com a força ninguém pode; mas se a força for injusta só saio aqui abotoado num caixão de pau. Porque, se eu sou brasileiro e trabalhador, quem é que pode dizer que eu sou invasor? Invasor é quem vive enganando a gente com mentiras, roubando o pobre, explorando a fraqueza. Mas decerto ainda há de ter uma justiça, que deixe os pobres ter pelo menos o

direito de trabalhar sem medo, sem viver assombrado, principalmente quando o assombração é do governo do Inca".

"A colonização paralela do major Curió"

Colonos endividados, projetos inacabados, posseiros abandonados e ameaçados: a colonização da Transamazônica não poderia ser mais dramática. Mas, estranhamente, há uma região, próxima a Marabá, onde um projeto à parte tem sido desenvolvido pelo Exército, ao longo de 3 estradas vicinais - OP-1, OP-2 e OP-3 - construídas durante os anos de repressão aos guerrilheiros que lutaram ali até 1975. Abertas como estradas operacionais, foram depois ampliadas e loteadas exclusivamente àquelas que colaboraram com o Exército e a polícia na repressão à guerrilha. Guias, bate-paus e lavradores, que às vezes por ingenuidade ou coagidos pela força ajudaram a receberem agora seu prêmio: um lote de terra numa das OP, com ampla ajuda para construção da casa, financiamento facilitado para compra de animais e sementes e uma organização meio militar, conduzida pelo grande idealizador e homem forte do "Oito", o 52º Batalhão de Infantaria de Selva, major Curió, que sistematicamente se recusa a dizer seu nome, até mesmo para o bispo de Marabá.

Esse projeto de colonização do Exército, que aparentemente vai indo muito bem, está sendo ampliado e deve estender-se até encontrar as margens do Araguaia, próximo a São Geraldo, centro das operações de guerrilha. E parece que tende a ser um balão de ensaio que os técnicos do Exército estão utilizando para quem sabe, um futuro estilo de "colonização e reforma agrária" a ser implantado mais amplamente em outras regiões do país, uma vez que os projetos desenvolvidos pelo Inca, como esse da Transamazônica, têm sido um absoluto fracasso.

Seis anos de desacerto

Há atualmente na Transamazônica 3 Projetos Integrados de Colonização, os PIC - em Marabá, Altamira e Itaituba.

Os lotes são de 500 metros de frente por 2 mil de fundo, num total de 100 hectares. A cada 10 quilômetros foi construída uma precária estrada vicinal, com cerca de 10 quilômetros de extensão (em alguns lugares só tem 7), também abertas aos colonos. A partir dessas vicinais, as terras são reservadas às médias e grandes fazendas, com lotes de 500 e de mil hectares, e serão vendidas a preços maiores.

Por enquanto há poucas fazendas, mais numerosas apenas na área de Marabá - certamente pela proximidade com a Belém-Brasília.

Os lotes foram vendidos aos colonos por um preço em torno de Cr\$ 17.000,00, a serem pagos em prestações anuais de aproximadamente Cr\$ 2.000,00, com juros de 12% ao ano em caso de atraso. As casas de madeira, padronizadas, que o Inca construiu nos lotes à beira da Transamazônica, foram vendidas por Cr\$ 35.000,00, também parcelados. Para os colonos das vicinais não há construção de casas.

Para ser colono o lavrador deve submeter-se inicialmente a um teste de aptidão e, se aprovado com um mínimo de 500 pontos (em mil), pode candidatar-se a um lote. Uma vez obtida a terra, ele deve assinar um termo de compromisso rigoroso, onde se obriga, entre outras coisas, a residir na parcela e explorá-la com a família; fazer seguro temporário de vida (para que o Inca não perca dinheiro em caso de sua morte); pagar contribuição de melhoria por serviços assistenciais prestados; manter a indivisibilidade do imóvel, mesmo em caso de herança; adaptar-se à comunidade e apresentar boa conduta.

Inicialmente o projeto previa a construção de agrovilas em todas as vicinais, Agrópolis e Rurópolis, fazendo um encadeamento de núcleos habitacionais em escala de tamanho e recursos. Mas só ficou no projeto. Foram construídas apenas 29 agrovilas na região de Altamira, duas Agrópolis e uma Rurópolis.

Há atualmente cerca de 7 mil famílias assentadas como colonos nos PIC de Marabá, Altamira e Itaituba. O número de posseiros ainda é desconhecido, mas são raras as vicinais com menos de 14 famílias, sem título ameaçadas de despejo pelo Inca.

Segundo o Inca, posto de Altamira, o maior contingente de colonos (58% do total) é originário dos Estados do Nordeste, principalmente Maranhão, 17% são do Pará; 7,5% de Minas Gerais; 5% de São Paulo; e 4,4% do Rio Grande do Sul; o restante vem de outros Estados, como Santa Catarina e Paraná, especialmente. (MC)



O incrível macaco que fala

Um documentário lançado a semana passada em Paris, sobre um gorila que se comunica com os humanos através de um vocabulário de 243 palavras.

"Para todos os atormentados com o enigma da natureza humana, essa é, provavelmente, a mais importante descoberta do século": é assim que a revista **Nouvel Observateur** classifica Koko, um gorila fêmea de 7 anos, que realiza a extraordinária façanha - para os símios - de comunicar-se com humanos através de um vocabulário de 243 palavras. Nascida no Zoológico de São Francisco, Estados Unidos, Koko foi treinada desde bebê pela psicóloga Penny Patterson. Agora que pesa 50 quilos e tem a força de 3 atletas, já consegue se expressar satisfatoriamente com as pessoas que convivem com ela.

Por isso, Koko virou desde a semana passada heroína de um filme documentário do cineasta Barbet Schroeder, o realizador de **Idi Amin**, recentemente exibido no Brasil. O milagre só não é tão fantástico porque, como todos os símios, Koko não tem um aparelho fonador semelhante ao dos humanos e tem de se expressar pela linguagem simbólica conhecida como "Linguagem por Sinais Americana". Após 6 anos de aprendizagem, Koko adquiriu um vocabulário que faria inveja a muitos humanos. Para que uma palavra a mais seja contabilizada na lista de 243 palavras de Koko, e considerada como "palavra adquirida", é preciso que pelo menos 3 observadores, independentemente, a tenham visto utilizar a palavra espontaneamente durante pelo menos 15 dias consecutivos. Tal critério, se aplicado à maioria dos humanos, diz o **Nouvel Observateur**, reduziria o vocabulário corrente destes para poucas centenas de palavras.

A macaca insulta seu treinador

Já era sabido, cientificamente, que os grandes símios são capazes de viver em sociedade, comunicar-se, amar e, frequentemente, guerrear; eles se utilizam de algumas ferramentas simples e têm consciência de existência individual, como mostram experiências controladas relativamente antigas. O primeiro símio a romper a barreira que os separa dos humanos - a barreira da linguagem - foi a chimpanzé Wolshoe, educada por um casal de norte-americanos, os professores da Universidade de Oklahoma, Allen e Beatrice Gardner, entre 1966 e 1970. Os resultados foram formidáveis. Ao fim do treinamento, Wolshoe, que era a aluna mais aplicada da sala de várias chimpanzés do professor Gardner, dominava 140 sinais e sabia utilizar 294 combinações desses sinais básicos, do tipo "quero água" ou "mais comida". Wolshoe foi também capaz de criar novas palavras para designar coisas que nunca tinha visto antes, como chamar um cisne de "ave d'água". A sucessora mais famosa de Wolshoe, a chimpanzé Lucy, podia fazer construções bem elaboradas, como por exemplo, depois de derramar no chão um vidro de molho: "Eu suja - desculpa



Depois de 6 anos de treinamento, Koko tem um vocabulário que causa inveja a muitos humanos

eu Lucy" e até usava "sujo" abstratamente, insultando seu treinador como "Roger sujo" quando era contrariada.

Parece haver alguma lógica nessa linguagem inventada pelos chimpanzés: melancia e "comida de beber doce", o aipo é "comida flauta".

Ao ver sua "mãe" treinadora sair de casa um dia, Lucy disse primeiro "chore-me" para imediatamente retificar: "eu choro". Cautelosamente, diz o dr. Fouts, um dos responsáveis pela educação de Lucy, "ela realmente parece seguir certas normas.

Emprega a palavra **você** antes dos verbos e o pronome **me** de uma forma que pelo menos parece sintática".

O rapto de Koko, a heroína

Mas Koko, a primeira gorila a ingressar nessa exótica espécie dos símios falantes, é que ficará com todas as glórias, graças ao filme que a revista **Nouvel Observateur** considera "extraordinário". Barbet Schroeder teve inicialmente a idéia de realizar um filme de ficção com Koko. É que o diretor do Zoo de São Francisco - proprietário do animal - pensava em retirar Koko de sua treinadora Penny Patterson e devolvê-la ao convívio de outros gorilas. Barbet planejava então, de conluio com a treinadora, raptar Koko e levá-la para a África, onde ela seria libertada entre gorilas livres. Koko serviria então de intérprete junto às novas companhias. Tudo foi preparado; Barbet conseguiu até o dinheiro e autorização para realizar a aventura. Mas, no convívio com Koko, Barbet acabou mudando de idéia: ele passou a achá-la sozinha, um espetáculo suficiente.

No filme, em exibição desde a semana passada em Paris, Koko aparece comentando imagens de um livro que ela folheia; embala e dá mamadeira para sua boneca. Ela nomeia partes do seu corpo, na ordem que o interlocutor pedir, sem er-

ção no seu patrimônio natural, de modo que em algumas gerações teríamos macacos falantes a granel.

Rigorosamente, isso não ocorre na Teoria da Evolução. O aperfeiçoamento se dá pela seleção da espécie, isto é, os mais aptos sobrevivem e têm maior chance de propagar para a próxima geração suas aptidões genéticas, de modo que a cada nova geração a seleção passa a ser feita entre sobreviventes cada vez mais aptos e mais "adaptados" às exigências de sobrevivência.

Uma maneira de obter macacos falantes seria realizar artificialmente uma seleção controlada do mesmo modo como os engenheiros genéticos selecionam espécies de galinhas que já nascem sem penas e com pouquíssimos ossos, de modo a aproveitá-las melhor industrialmente, ou seja, realizar sucessivas gerações de macacos cruzando sempre os mais "brilhantes" de cada ninhada. Mas ninguém aparentemente, teria paciência, tempo e disposição para realizar essa disparatada experiência.

No campo das idéias mais factíveis, qual seria então o limite para o desenvolvimento da linguagem dos atuais símios? A resposta vai depender muito da escola pedagógica à qual se filia o cientista. Para os behavioristas (ou comportamentalistas), a estrutura de linguagem, como qualquer outra forma de aprendizado, é adquirida pela habilidade de conhecimento; então, o limite de desenvolvimento da linguagem é o limite estabelecido pela inteligência da qual o ser está dotado.

Isso já limita bastante a capacidade de linguagem dos símios: na hipótese mais otimista ele atinge a inteligência comparável à de um **homo erectus** ou à de uma criança de pouco mais de dois anos e meio. Mas outras correntes ainda restringem mais ainda a possibilidade: para o linguista Noam Chomsky, o domínio do homem sobre a linguagem é inato, adquirido geneticamente, e não pode, portanto, ser ensinado aos seres que não têm tal patrimônio genético, o que colocaria então, de modo geral, o mais débil mental dos homens acima dos mais inteligentes dos macacos.

Por isso, nos níveis atuais da ciência, apesar dos espetaculares feitos dos treinadores de Koko, não há muita esperança de que um gorila estúpido possa um dia se tornar inteligente, que possa articular mensagens lógicas, por mais que seja reprimido, aconselhado. É claro que ele pode ser treinado, condicionado e até revelar algum tipo inesperado de comportamento não condicionado anteriormente.

Se a ciência praticamente proíbe que macacos se transformem em algo próximo ao humano, ela não diz nada a respeito do processo contrário. É possível um homem ser suficientemente bestificado a ponto de se comportar e falar como um macaco? Essa sim, é uma questão muito interessante.



Koko, a gorila heroína, sem truques

rar nunca. E às vezes, entusiasmada, nomeia também partes que não lhe foram apontadas, como uma criança ansiosa em mostrar que aprendeu bem sua lição. Quando ela sente fome, leva sua treinadora até a geladeira, mas Penny só a atende quando ela formula "verbalmente" seu pedido.

São os macacos seres inteligentes?

Significaria tudo isso, como na série de filmes de televisão, que um dia os macacos viriam a aprender efetivamente uma linguagem, se tornarem inteligentes e capazes de concorrer com os humanos em todos os serviços, até mesmo, por exemplo, na delicada arte de governar?

É muito pouco provável. A hipótese de que os macacos evoluíam um dia até esse ponto decorre em geral de uma versão vulgar da Teoria da Evolução de Darwin, que mais se aproxima, na verdade, da teoria do precursor de Darwin, o francês Lamarck - a teoria de que se macacos fossem treinados de geração em geração poderiam incorporar a educa-

Uma opção por novos caminhos

A eleição do primeiro polonês para chefe supremo da Igreja é um sinal inequívoco de que o monopólio italiano no Vaticano, que Paulo VI ameaçou desmontar, está definitivamente encerrado.

Antônio Carlos Moura

Pouco a pouco a Igreja católica volta a seu ritmo normal de vida. Com a eleição, dia 16, do cardeal Carol Woitila como o novo papa, João Paulo II, se recobra da perplexidade causada pela morte de João Paulo I, que a governou pouco mais de um mês.

Do falecido Albino Luciani ficou, como bem colocou a revista espanhola *Vida Nueva*, "apenas um sorriso". O único marco que o sucessor de Paulo VI deixou em seu brevíssimo pontificado foi um estilo singelo e informal. Algumas poucas alocuções - como aquela que enfatizou a contradição entre o marxismo e o cristianismo - faziam supor uma política eclesial conservadora. Mas não houve tempo para confirmar ou corrigir suposições.

A eleição do primeiro polonês para chefe supremo da Igreja católica significou, antes de tudo, uma opção por novos caminhos. João Paulo II, o primeiro papa não italiano nos últimos 4 séculos e meio, é um símbolo, sem dúvida, da universalidade da Igreja. Mas é também um sinal inequívoco de que o monopólio italiano no Vaticano - que Paulo VI ensaiou desmontar com uma relativa internacionalização dos membros da poderosa Cúria romana - foi definitivamente enterrado. Não será nenhuma surpresa, se em seus primeiros meses de pontificado João Paulo II promover alguns remanejamentos importantes na Cúria.

A atuação perniciososa dos núncios

Essas possíveis mudanças a curto prazo não significam, necessariamente, a indispensável renovação radical da burocracia e da diplomacia da Igreja que, enraizadas na bolorenta Cúria do Vaticano, ramificam-se em cada país pelas nunciaturas apostólicas. Os bispos mais comprometidos do Terceiro Mundo têm criticado, inúmeras vezes, a atuação de muitos núncios como perniciosos para a caminhada evangélica da Igreja em seu compromisso com a maioria explorada das populações. São os casos, dolorosamente atuais, de El Salvador e Nicarágua, onde os núncios não apenas silenciam diante da opressão dos governos ditatoriais, como são coniventes com a re-



João Paulo II, um papa com longa prática no diálogo com os comunistas

pressão às oposições, entre as quais se inclui a Igreja. É o caso, muito próximo, de dom Carmine Rocco, núncio apostólico no Brasil, que, entre outras proezas, conseguiu a desastrosa nomeação do bispo policial de Viana (Maranhão), dom Adalberto Paulo da Silva, que tem denunciado padres e agentes pastorais às autoridades de segurança. Dom Carmine tentou também, por diversos caminhos, afastar do Brasil dom Pedro Casaldáliga, o combativo prelado dos posseiros, peões e índios de São Félix do Araguaia (MT).

Vemos nos 58 anos de idade de Carol Woitila o indício de que João Paulo II terá certamente muitos anos de pontificado. Sem contar João Paulo I, todos os últimos papas morreram com mais de 80 anos. É o eleito no conclave da semana passada, dispõe de suficiente vitalidade para desenvolver um governo capaz de imprimir as supracitadas reformas internas da Igreja. Uma maior colegialida-

de no governo da Igreja, como reivindicam os setores renovadores, ampliará a relativa autonomia já conquistada pelas conferências episcopais nacionais, ou seja, aumentará a descentralização do poder eclesial, indispensável para o fortalecimento de linhas pastorais mais condizentes, no caso do Terceiro Mundo, com uma realidade de povos em processo de luta pela libertação.

Todos os passos que se derem para esta renovação interna estarão diretamente associados à definição da "política externa". Um dos pontos mais debatidos pela imprensa, a esse respeito, é o fato de João Paulo II ter nascido e vivido em um país socialista da Europa, cujo governo, ateu por definição, impunha e impõe diversas limitações às atividades da Igreja junto à maioria católica da população. Se, por um lado, Carol Woitila é filho de um país onde o catolicismo - por força mesmo das restrições que sofreu - é marcadamente tradicional e

conservador, sabe-se, por outro lado, que sua posição frente às autoridades polonesas não tinha a inflexibilidade fanática que caracterizou seu conterrâneo, o cardeal Wysinski, cantado pela imprensa burguesa como um "mártir do comunismo".

Sem renunciar à defesa do direito de liberdade religiosa, o então cardeal da Cracóvia soube estabelecer um diálogo pragmático e construtivo com o governo comunista, particularmente com Edward Gierek, secretário do PC polonês a partir de 1970. A *Ostpolitik* de Paulo VI encarregou-se de esvaziar o papel do cardeal Wysinski, melhorando sensivelmente as relações do Vaticano com o Estado polonês.

A novidade de um papa procedente de uma nação comunista levanta muitas interrogações e especulações. Se não se pode supor que João Paulo II vá romper com a *Ostpolitik* vaticana, da qual ele próprio foi um dos intérpretes na Polónia, também não se pode esperar uma mudança mágica na tradicional posição oficial da Igreja, de profunda discordância com o marxismo.

O mais lógico é acreditar que a Igreja manterá uma posição de firme repúdio às limitações da prática religiosa vigentes nos regimes comunistas, mas (inclusive por pragmatismo) se absterá de renovar condenações e anátemas aos marxistas. Dentro de um espírito de convivência harmoniosa, pode-se inclusive esperar a recíproca do melhoramento da colaboração entre Estado e Igreja nos países socialistas.

Restaria saber qual será a atitude da Igreja, hoje chefiada pelo polonês João Paulo II, nos países do Terceiro Mundo que desenvolvem lutas de libertação e caminham para o socialismo. A perspectiva da análise deve ser histórica, ou seja, sem esquecer o papel já desempenhado pela Igreja como suporte dos exploradores, reconhecer também a importante atuação que significativos setores da mesma Igreja desenvolvem hoje exatamente no combate a esses exploradores, numa aliança decidida com os oprimidos.

O tempo, como sempre, mostrará a correção ou o equívoco dessas previsões.

KAMPUCHEA DEMOCRÁTICO

Sihanouk: uma exigência da China?

Além da ajuda inestimável, não seria descabido perguntar qual é o peso da influência chinesa sobre os rumos do atual governo cambojano, hoje empenhado em 3 difíceis frentes de luta, que sem dúvida abalam as bases de seu poder e podem inclusive levar à sua queda. Para o jornal francês *Liberation*, a pressão chinesa sobre o governo de Pol Pot, denunciado continuamente por violências assustadoras na manutenção do poder, é suficientemente grande para ter-lhe imposto recentemente uma volta ao cenário político do ex-chefe de Estado cambojano, o príncipe Sihanouk, atualmente exilado do país, após ter sido excluído de todas as suas funções pelos khmer vermelhos, em abril de 76, e seus



Sihanouk: a complexa volta ao Camboja

possíveis simpatizantes terem sofrido uma feroz perseguição, como meio de eliminar qualquer possibilidade de uma recomposição de suas bases políticas.

Sihanouk teria sido imposto, segundo o jornal, junto com uma exigência feita pelos chineses a Pol Pot de "retifica-

ção", pelo menos da sua linha de trabalho, em troca de um aumento da ajuda militar solicitada em agosto último pelos cambojanos. O pano de fundo dessa "negociação" seriam as tarefas nada invejáveis em que está empenhado o Kampuchea Democrático: primeiro, as pesadas exigências econômicas e sociais de reconstrução do país, semi-arrasado pela dolorosa guerra de libertação anti-imperialista; segundo, num esforço militar considerável (em vista da fragilidade comparativa de seu exército) para se opor ao que julga ser a ambição expansionista e "hegemônica" do Vietnã; e por fim, contra as manobras internas de opositoristas que querem a derrubada do poder.

O próprio Pot proclama ter sido alvo já de 7 atentados ou golpes de Estado, e volta e meia sabe-se de rebeliões que, embora não confirmadas, são um indício da impopularidade do governo, mesmo porque o Vietnã clama existirem populações inteiras, junto à sua fronteira, que não se conformam com o khmer vermelho. O jornal *Business Times*, por exemplo, afirma que os vietnamitas são apoiados por cerca de 20 mil cambojanos.

O raciocínio feito pelo articulista do *Liberation* é de que haveria um "delicado braço de ferro" entre Pol Pot e a atual direção chinesa, a qual, segundo comentário corrente em Pequim, considera o "Kampuchea uma herança envenenada da gang dos quatro". Teriam sido os chineses os responsáveis pela entrada do recalcitrante khmer vermelho em uma frente única liderada por Sihanouk. E na verdade, continua o jornal, quando o falecido primeiro-ministro Chou En-lai "decidiu responder ao golpe imperialista que levou Lon Nol ao poder", era em Sihanouk que ele estava pensando e não em Pot. Assim, Sihanouk seria a única solução agora para enfrentar a perda de credibilidade internacional de Pot (tendo em vista a política de abertura da China para o Ocidente, relutante em aceitar as supostas violências de seu governo) e de realizar a união nacional contra o "invasor vietnamita". Segundo a reportagem, em função de sua própria necessidade de ajuda, Pol Pot não teria então outra alternativa senão aceitar o retorno do indesejado príncipe - ou partir para um ataque ao "revisonismo e neocolonialismo" da China, "como o albanês Enver Hodxa". (FD)

Fundador:
Hubert Beuve-Méry
Diretor:
Jacques Fauvet

Le Monde

5, Rue des Italiens
75427 PARIS — Cedex 09
CCP 4207 — 23 Paris

AS TENSÕES ENTRE A CHINA E SEUS VIZINHOS COMUNISTAS

Os conflitos que opõem a China à URSS e o Vietnã têm-se refletido numa crescente guerra verbal de acusações, mas também numa perigosa concentração de tropas nas fronteiras, principalmente no caso do Vietnã, onde as hostilidades ameaçam tornar-se imediatamente explosivas. As duas matérias abaixo examinam os litígios territoriais entre China e a URSS e o problema da minoria chinesa residente no Vietnã, um reflexo direto de diferenças maiores.



VIETNÃ

Um velho conflito de nacionalismos

Do posto avançado de Xuan-Hoa pode-se ver a China, ou pelo menos a ínfima porção da zona autônoma de Kwangsi. Do outro lado da margem fronteira de Bac-Luan camponeses chineses vestidos de branco passam para o trabalho nos arrozais. Mas, a despeito das aparências, estamos bem no centro de uma região delicada que separa os dois aliados de ontem. Segundo um oficial do posto de observação, a "China concentrou suas tropas regulares, as forças regionais e bandos de vadios" além das montanhas que barram a planície costeira. "Uma dúzia de divisões", afirma-se em Hanói.

A alguns quilômetros de distância, a cidade fronteiriça de Mong-Cai (província de Quang-Ninh) está três quartos deserta. Mais de 20 mil hoas (sino-vietnamitas), dos 30 mil habitantes, abandonaram a cidade a partir de abril para se refugiar na China. As atividades na cidade parecem ter-se reduzido ao corte de bambus, além dos soldados que vanguardiam de lá pra cá, e dos caminhões carregados de "armas secretas" que se dirigem à linha de frente para serem descarregados. Depois de devidamente informados sobre as "provocações" e "violações chinesas na fronteira, somos levados a Mong-Cai para ver as centenas de hoas que esperam semanas para atravessar a fronteira. Mas as autoridades locais nos proibiram formalmente de chegar a este famoso ponto, onde já ocorreram diversos incidentes graves, e em seguida, de falarmos com os hoas. De que forma então verificar as acusações vietnamitas e constatar os "negros desígnios chineses"?

A província de Quang-Ninh sofreu no plano social e econômico os efeitos de um êxodo maciço de hoas. Os refugiados chegam a 100 mil sobre um total de 600 mil. Na maioria são lavradores, pescadores e empregados das minas de carvão, e sua partida comprometeu as colheitas. Muitos milhares de hectares foram abandonados, e em certas cooperativas "todos os pescadores fugiram". Nas minas de Hon-Ngai, de Cahm-Pha e de Mao-Khe, que constituem uma fonte importante de recursos do Vietnã, o número de hoas que deixaram seus postos atinge a 3 mil. 90% dos empregados da fábrica de porcelana de Mong-Cai fizeram o mesmo.

Segundo Tran-Xuan Nguyen, um dos dirigentes provinciais, o êxodo foi provocado pelas alegações da China, que em resumo seriam: "O Vietnã agride o Camboja; a URSS apóia o Vietnã; a China apóia o Camboja; o resultado é uma provável guerra entre a China e o Vietnã". No caso dos hoas

que a despeito de tudo preferissem ficar no Vietnã, sempre segundo Nguyen, Pequim promete uma morte certa, seja por parte dos vietnamitas, ou dos soviéticos que intervêm do lado de Hanói, ou dos chineses que os considerariam traidores quando invadissem o Vietnã. Essa campanha, para Nguyen, "é orquestrada pela embaixada chinesa em Hanói". Seu objetivo, segundo ele acredita, é "a anexação do Vietnã à China".

Não é exatamente essa a impressão que se tem depois de uma visita à fronteira. O problema dos hoas é apenas uma parte do conflito sino-vietnamita, apesar de afetar cerca de 1 milhão e meio de pessoas. E o que se deduz de uma enquete sobre a questão é que Pequim e Hanói fizeram tudo para agravar suas diferenças, e que a questão dos hoas, introduzida à vontade ao longo das argumentações político-jurídicas, não é mais que um sintoma particular de males muito mais gerais e mais sérios.

Assim como Hanói, Pequim e mesmo Taiwan, a Frente Nacional de Libertação (o Vietcong) se levantou contra a nacionalização forçada imposta por Ngo Dinh Diem em 1956. A Frente prometeu revogar o decreto após a vitória e deixar que os hoas escolhessem livremente o seu destino. Depois da vitória de Hanói, Cholon, o centro do capitalismo sino-vietnamita, cobria-se de bandeiras vermelhas; mas, com o fim do Governo Provisório, os dirigentes vietnamitas puseram em prática uma política de fato consumado, retomando as medidas diemistas. Nghi Doan, presidente do comitê popular de Cholon, não concorda com isso. Mas ele admite que a nacionalidade vietnamita dos chineses é "um legado histórico". E um diplomata vietnamita em Pequim não acha que "seja necessário mudar esta situação".

Sabemos que as manifestações de abril de 78 em Cholon, devido às medidas de nacionalização, foram obra das famílias chinesas que se recusaram a deixar seus filhos lutarem na frente cambojana contra os aliados de Pequim. Mas na opinião de Doan e de todos os oficiais com quem se fala no Vietnã, as recentes desordens foram provocadas por "agitadores e agentes" chineses.

Ninguém parece considerar a nacionalização do comércio privado, a mudança da moeda, os confiscos de estoques e as partidas forçadas para o campo como causas imediatas do conflito. Nghi Doan afirma: "Estamos prontos a ajudar aqueles que querem deixar o Vietnã, mas nós os encorajamos a se estabelecer nas novas zonas econômicas".

As medidas radicais de abril provocaram grande confusão entre a comunidade sino-vietnamita. Apesar das tentativas de socialização, ela continuava a usar das prerrogativas políticas em benefício dos seus negócios, e foi como resposta à nova política estabelecida em abril que os hoas partiram

para o Norte, fornecendo a Pequim a desculpa das "perseguições". Hanói, no entanto, lembrou que a China agiu da mesma forma para impor o socialismo no seu país; e, ao contrário do que fazem agora os chineses e cambojanos, os vietnamitas nada disseram sobre este fato, na época.

Tanto no Sul como no Norte, a impressão que se tem é que o problema dos hoas deve ser explicado pelo antagonismo profundo de dois nacionalismos cujas diferenças históricas nem as lutas anticolonialistas, nem as antiimperialistas conseguiram apagar. (R.P. Paringaux).

UNIÃO SOVIÉTICA

Uma trégua no avanço por etapas

Vista da província de Sinkiang, a situação da fronteira sino-soviética mostra-se como um confronto armado e tenso, no qual a China mantém uma atitude estritamente defensiva. Os chineses de Urumchi contam o que são as técnicas "de avanço", usadas pelos soviéticos desde 1960, e que consistem em abocanhar pequenos pedaços de terra progressivamente. Trata-se geralmente de zonas pouco povoadas, utilizadas como pasto durante o verão pelos pastores chineses, que um belo dia são barrados pelos guardas soviéticos. Depois disso vêm os arames farpados, e, atrás destes, uma faixa de terra arada e cultivada permite apagar os velhos caminhos. Em seguida vêm as guaritas, as linhas telefônicas e as instalações militares: tudo acionado por etapas, de estação em estação.

O caso mais importante foi a ocupação de 2.800 quilômetros quadrados na região do rio Ining, entre 72 e 77, embora haja outros casos de menor proporção em outras áreas, também lembrados pelos chineses. As zonas em disputa, ao longo de 3 mil quilômetros de fronteira entre o Sinkiang e a URSS, somam um total de 10 mil quilômetros quadrados, resultado de diferenças constatadas entre os mapas chineses e soviéticos. Mas a situação em geral é muito confusa, e é difícil confirmar a alegação dos chineses em Urumchi de que os soviéticos ocupam 90% da zona assinalada.

Em toda a situação atual há dois fatos interessantes. O primeiro é a reação mais que moderada dos chineses aos "avanços" so-

viéticos na região, sem a intervenção do Exército e com um cuidado sistemático em evitar os choques diretos. Esta informação se explica, segundo os chineses em Urumchi, devido aos acordos de 1969, excluindo a presença de forças armadas nas "zonas em disputa", e que a China pretende respeitar.

O segundo é que a "marcha progressiva" dos arames farpados soviéticos interrompeu-se há cerca de um ano — fato a que os chineses recusam a dar a menor significação política, embora seja a primeira pausa desde o início dos anos 60.

Efetivamente, tudo indica que reina uma calma relativa na fronteira, salvo incidentes menores que ninguém parece querer transformar em casos mais sérios. O mais grave ocorreu em 1969, quando "várias dezenas" de militares chineses foram mortos

ou feridos em um setor de Ta-cheng, e os outros se resumem a raptos, invasões de indivíduos isolados, etc., que ocorrem todo mês. Para resolvê-los sem maiores atritos, inclusive, foi montado todo um esquema de "estações de ligação" a partir de 1962 principalmente, onde comandantes das duas partes podem encontrar-se.

Mas os incidentes de fronteira são apenas uma parte do clima geral de hostilidade que os dirigentes em Sinkiang responsabilizam por seu pessimismo quanto à perspectiva de uma *détente* entre os dois vizinhos. A China acusa a URSS de realizar uma pro-

paganda subversiva e de infiltrar seus agentes no Sinkiang em apoio à idéia de se criar uma República do Turquestão Oriental, independente da China, sugestão esta espalhada pelas possantes rádios de Tachkent e Alma-Ata. Em Urumchi, se considera que os "tratados desiguais" do século passado — que deram à China vastas regiões — "pertencem à história" e devem servir de base para a definição de uma nova fronteira.

Apesar da insignificância das regiões em disputa, elas têm certa importância. E as duas partes, de qualquer maneira, estão em pé de guerra por causa delas, embora os visitantes estrangeiros vejam pouca coisa que evidencie esta situação.

Há uma concentração maior de militares chineses do que nas outras áreas do país, alguns caminhões com as armas do Exército, novas vias férreas, mas pouca coisa mais. Os informantes chineses em Urumchi são concisos sobre os efetivos soviéticos e calam-se sobre os chineses: um "segredo militar" ainda mais bem guardado que outros numerosos segredos de Estado que envolvem em mistério o Sinkiang, onde se desconhece até o número oficial de carneiros.

(Alain Jacob)

A edição brasileira de *Le Monde*, publicada semanalmente por Movimento, está saindo, excepcionalmente, de maneira irregular, devido às necessidades temporárias da cobertura nacional, após o que, voltará a ser normalizada. As matérias deste número foram resumidas, sem alteração do seu conteúdo.

CINEMA

Um olho aberto para o mundo

Em outubro do ano passado, o Museu de Arte de São Paulo realizou a 1ª Mostra Internacional de Cinema como parte do quadro das comemorações dos 30 anos de sua fundação. Os 16 mil espectadores que então lotaram o auditório do MASP tiveram o privilégio de assistir, durante 11 dias, a 16 filmes de 14 países diferentes e a 7 curtas-metragens. Esta iniciativa serviu como balão de ensaio para se medir as potencialidades de uma realização cultural de vanguarda deste tipo. Os resultados daquele teste podem ser constatados com clareza nesta 2ª mostra que se estenderá de 17 a 31 deste mês.

Hoje os números são outros: durante 15 dias serão exibidos 30 filmes, representando 25 países diferentes, entre os quais Holanda, Bolívia e Cuba. Quando em 77 a primeira mostra surpreendeu a crítica e o público, as expectativas foram superadas principalmente pela acolhida que ela teve na Europa, ganhando assim credibilidade internacional. Isso tornou possível, este ano, uma programação maior, de mais peso e mais representatividade mundial.

Aliás, esse tipo de empreendimento vem apenas reiterar o papel de vanguarda e o ecletismo artístico que vêm sendo mantidos pelo MASP ao longo de 31 anos. Nas palavras do professor P.M. Bardi, diretor do Museu, "no ano de 1949, o Museu de Arte de São Paulo abriu a primeira escola de cinema no Brasil, convidando depois Alberto Cavalcanti para lecionar. Nunca pensávamos então que um dia iríamos apresentar em nosso auditório um grande festival internacional, que apelidamos de 'mostra', para nos diferenciar das numerosas manifestações espalhadas aqui e lá, às vezes sem real interesse crítico".

A Mostra Internacional de Cinema resulta de um trabalho desenvolvido durante todo o ano pelo departamento de cinema do MASP, dirigido por Leon Cakoff. Com o mérito de não desviar vultosas verbas públicas, ao contrário de muitos órgãos culturais do Estado gastou-se pouco mais de 400 mil cruzeiros para se organizar este festival. Mas não sem se esbarrar em dificuldades de toda ordem.

Nem todas as películas puderam ser encontradas com legendas em português ou mesmo com qualquer legenda. Os contatos tiveram que ser estabelecidos diretamente com os produtores, e nem sempre o material pôde ser enviado através de malas diplomáticas, muitas vezes enfrentando os tortuosos labirintos da burocracia alfandegária. Vencidos esses obstáculos, o que se consegue é, sem dúvida, superar os esquemas comerciais que fazem com que o nosso mercado cinematográfico seja eternamente dominado pelas mediocridades das produções de uns poucos países.

No mundo todo se faz cinema atualmente, arte de extrema eficiência na retratação das realidades nacionais e das particularidades íntimas dos povos. No entanto, o que se produz na maior parte do mundo só pode ser visto por pouquíssimos espectadores brasileiros nas raras programações especiais de qualidade, como foi o caso da recente Quinzena do Cinema Africano, realizada pelo MIS.

O Brasil, que no ano passado foi representado por *Ajuricaba* e *Lúcio Flávio*, neste festival exibirá *Jaó*, de Geraldo Sarno, sobre as tradições culturais dos escravos brasileiros, e *Os Muckers*, de Wolf Gauer e Jorge Bodanski. Este filme trata de um grupo de camponeses imigrantes alemães, num vale afastado do Rio Grande do Sul, que por volta de 1873 desenvolveu um modelo social comunitário, contra o qual logo nasceu a inimizade do restante da população e das autoridades. O filme é falado no dialeto alemão original conserva do pelos descendentes dos "muckers".

Nem mesmo um evento como esse fica isento das atenções da nos-

2ª MOSTRA INTERNACIONAL DE CINEMA EM SÃO PAULO

17 a 31/outubro/1978



2ª mostra do MASP: o público é o júri

sa laboriosa censura cinematográfica, que assiste a todos os filmes no próprio Museu, antes de serem exibidos. Contudo, na opinião de Leon Cakoff, esta mostra pode ser tomada como um bom termômetro que talvez indique que alguns critérios estejam mudando. Certos filmes, que provavelmente não seriam vistos com bons olhos pela censura há tempos atrás, hoje não encontram maiores problemas, pelo menos neste tipo de exibição. Significativo é o caso dos filmes cubanos que nunca haviam chegado ao Brasil e que hoje já são recebidos sem dificuldades.

Um dos méritos indiscutíveis desta mostra do MASP é certamente seu sistema de avaliação: o público é o júri. A formação de um júri internacional de premiação contribui para tornar este tipo de promoção uma festa mundana, dando pretexto para variadas mordomias, como diversas vezes se experimentou em muitos outros lugares. Neste ano, como no anterior, o público dá seu parecer através de uma cédula que avalia direção, interpretações, valor histórico/científico e parte técnica. No ano passado destacaram-se entre os mais votados: *Guerra camponesa*, da Iugoslávia, 25, de Mocambique, e *Lúcio Flávio*, do Brasil.

Os espectadores de outras partes do país terão acesso a seleções que serão apresentadas na Cinemateca do Museu de Arte Moderna do Rio, em São Bernardo do Campo, Belo Horizonte e Brasília.

As realizações em curta-metragem têm adquirido importância cada vez maior no cenário cinematográfico internacional e só recentemente passaram a receber um relativo estímulo de órgãos oficiais no Brasil. Este gênero não foi esquecido, e serão projetados 7 trabalhos de 5 países, entre os quais obras interessantes como *Testemunha silenciosa*, da Inglaterra, focalizando investigações histórico/científicas sobre o Santo Sudário, e *O fosso*, da Alemanha Oriental, recordando depois de 10 anos o crime de My Lai.

Deve-se ressaltar que empreendimentos culturais deste tipo são raros no Brasil, e sua importância principal é, indiscutivelmente, o estabelecimento de bases para maior abertura cultural e para a criação de meios alternativos de exibição de filmes. Cineclubes, cinematecas, festivais amadores e exposições especiais devem ser encarados, hoje, como uma maneira prática de se romper com a dominação dos critérios perniciosos das distribuidoras comerciais, que, ao longo dos anos, marginalizaram o grande público do Brasil do que se produz de melhor no mundo em termos de cinema.

(Cláudio Poles)

TEATRO

Um dia é do caçador. O outro...

DIA DA CAÇA, peça de José Louzeiro (adaptada de sua novela *Inimigos mortais*); direção de Roberto Frota; com Jorge Ramos, Antonio Pompeu, Expedito Barreira; Teatro Opinião Rio, de terça a domingo.

"O que é que adianta tu ter dinheiro, se tu não tem esperança?" A resposta incisiva do marginal Telé ao delegado que tenta corrompê-lo deixa bem clara a falta de perspectiva de uma parcela da população brasileira. É o que retrata esta primeira incursão teatral do repórter de polícia José Louzeiro, também autor de vários livros e do roteiro do filme *Lúcio Flávio, passageiro da agonia*. A experiência e o conhecimento de causa acumulados durante vários anos de contato com o submundo do crime garantiram a Louzeiro um texto realista e objetivo.

O *Dia da caça* acontece no depósito de ferro-velho de um subúrbio do Rio. Dois marginais, Ferrugem (Antonio Pompeu) e Telé (Expedito Barreira), recém-saídos de 6 anos de cadeia, aplicam a um policial do Esquadrão da Morte (Jorge Ramos) as mesmas arbitrariedades, torturas e humilhações que este lhes havia imposto no passado. Evidentemente, há diferenças: os marginais guardam certa pureza de valores que o policial corrupto há muito tempo já havia esquecido. A amizade entre os dois resiste às muitas tentativas de desagregação tentadas pelo "caçador". É a própria vingança acaba por se revestir

Dia da caça: "uma vingança de frente, sem traição"



de honestidade, já que é "de frente, sem traição".

É uma peça tensa, com quase uma hora ininterrupta de sangue, tiros e situações humilhantes que provocam sobressaltos nos telespectadores. "O *Dia da caça* tem vários níveis de leitura", explica o diretor Roberto Frota. "Trata da relação entre torturado e torturador, oprimido e opressor. É uma relação muito forte e intensa, marcada pelo sentimento negativo do ódio. É uma relação íntima e negativa colocada em nível mais primário, mas que pode ser extrapolada para o social, em todas as situações onde haja opressão".

No entanto, apesar da sua vibração e do seu realismo, a peça se torna um pouco exaustiva logo após seu clímax, quando todos esperam um breve desenlace, mas recomeça a sequência de monólogos cruzados. De qualquer forma, prepare-se para prender a respiração, ter disparos cardíacos e, quem sabe, se mover um pouco quando o marginal Ferrugem, após levar um tiro na cabeça, revela num delírio de agonia seu passado de miséria e as condições sociais que o levaram a aquele fim.

(Denise Cunha)

FIGUEIREDO

"Isso aqui não é a casa da sogra"

O LIVRO DOS PENSAMENTOS DO GENERAL FIGUEIREDO, 150 páginas, Editora Alfa-Omega, São Paulo, 1978. Cr\$ 50,00.

Há não muito tempo faleceu na China um homem chamado Mao Tsé-tung, cujo pensamento norteou por décadas um dos mais importantes processos revolucionários do século. Suas idéias foram resumidas num célebre livro de citações, pequeno, vermelho, e ao alcance de todos.

O jornalista Carlos Wagner Moraes, parodiando a obra de Mao, reuniu num pequeno livro verde-oliva as principais declarações deste general que pretende nos governar até o ano de 1984. Segundo a editora, sua divulgação foi prejudicada pelo zelo de certos patrulheiros ideológicos, que vieram no livro mais um veículo para a promoção deste senhor que gosta de cheirar cavalos, não gosta?

Estreiteza pura. Afinal, o livro permite aos que o lêem não só não esquecerem como também refletirem sobre as idéias deste general saído do mais destacado órgão policial de país diretamente para a chefia de 110 milhões de pessoas que "ainda não aprenderam a votar". Saberão estes leitores que nosso futuro presidente não aceita a presença de uma comissão da Anistia Internacional nas nossas prisões "porque isso aqui não é casa da sogra". Que se o Estado não for forte, ele acaba, e aí vem a anarquia".

E mais, lembrarão toda fé que o general tem nas nomeações e eleições indiretas ("No Império, o imperador não nomeava todo mundo, e tudo não funcionou bem por tanto tempo?"). Saberão que "a campanha eleitoral tumultua muito a vida do país. São rios de dinheiro que correm...". Tomarão consciência de que "o estômago é mau conselheiro: se o eleitor vota em função dos reclamos do estômago, é porque não tem razões para ser eleitor".

Estes mesmos leitores saberão que nosso general tem momentos de profecia ("Daqui a mil anos continuará a luta dos empregados com os patrões") e de lucidez ("Toda ditadura, como a de Vargas, acaba, e ainda, por mais forte que pareça"). E mais: que é um poeta! "A comida é que me dá / a força pra ter um ideal, / quem come bem sempre está / voltado pro bem, não pro mal...". O general é um Olavo Bilac da gastronomia: "Se é falta de educação / comer sempre com largueza? / Mas, como? Se na digestão / eu não arrote grandeza?" (Dagomir Marquezi)



Olívia: enternecedora, quase lírica

O suave risco de Olívia.

CORRA O RISCO, de Olívia, com a participação especial d'A Barca do Sol. Produção de Geraldo Carneiro - LP Continental.

Olívia, uma jovem copacabanense de apenas 19 anos, é sem dúvida uma das mais gratas surpresas da música brasileira neste ano de 78 tão pródigo de estréias de qualidade.

Olívia começa sua carreira que se dislumbra promissora com um disco de muito poucos defeitos, inevitáveis pela sua inexperiência de estúdio, e muitas virtudes, creditadas principalmente a seu talento e à sua voz limpa e poderosa, de timbres inauditos entre as cantoras brasileiras. O disco tem por título *Corra o risco* e funciona como uma espécie de aviso da cantora a todos aqueles que tenham algo a dizer. "É difícil ver na frente com o seu medo", diz um dos versos da canção-título. E é como se Olívia dissesse: faça como eu, jogue seus medos fora, enxergue direito o que você quer e vá em frente, sem concessões.

Com um repertório vastíssimo em exigências interpretativas, *Corra o risco* permite perceber bem toda a dimensão do talento de cantora de Olívia. São na maioria "canções-baladas", e nelas Olívia revela uma suavidade vocal enternecedora, em interpretações que por vezes se aproximam do terreno da música lírica. Há também coisas mais "pesadas", e então Olívia explora principalmente a potência de sua voz e sua grande extensão vocal. Entre estas está "Luz do tango", música de difícil interpretação, quase "não-cantável", e é bastante estimulante ver Olívia superando as dificuldades e subjungando a canção.

Corra o risco tem também o mérito de trazer de novo à cena A Barca do Sol. Para quem não se lembra, A Barca do Sol é um jovem grupo carioca que em dois discos lançados em 74 e 76, e hoje bastante raros, apresentou um dos mais estimulantes trabalhos na área do chamado rock-brasileiro. Coube ao pessoal d'A Barca os arranjos e a execução em todo o disco, e o resultado é excelente: arranjos criativos e inteligentes executados com grande competência, revelando o domínio musical e instrumental dos 7 componentes do grupo, com destaque para o excepcional celista Jaquinho Morelembaum.

Por outro lado, o LP de estreia de Olívia mais uma vez apresenta uma das mais seguras propostas poéticas da moderna música brasileira, representada por Geraldo Carneiro (e, no disco, ainda por Antonio Carlos de Brito - "Cacaso" - e João Carlos Padua). As letras, apenas umas poucas já conhecidas, são de grande inventiva e revelam tal esmero técnico na escrita poética que servem como nitida evidência de uma tese que muitos já defendem - a de que a poesia brasileira contemporânea tem seu principal veículo não no livro, mas na canção popular.

(Matias José Ribeiro)

SEM RUMO

Como sair dessa: democracia, só, enche barriga?

Será que o mais importante é a democracia? So democracia não enche barriga.

O pior do regime atual é o rumo, e a corrupção que sustenta este rumo; não a forma de governo! Não devemos esquecer que até hoje ainda não se mudou o curso de nenhum país por via democrática tradicional, exceto talvez o quase exemplo (ou contra-exemplo?) do Chile. Por outro lado, países que estavam sob inequívoca ditadura, como a China de Mao, conseguiram sair da miséria e vencer problemas homéricos. Na China houve uma direção geral fortemente centralizada, mas todos os problemas locais, que são os de real interesse do povo, foram resolvidos no local, democraticamente. Em suma, para a China a solução foi uma ditadura central com democracia local. Enquanto a ditadura de Alvarado no Peru caracia desta democracia local.

Se, para combater os intelectuais, alguma imprensa e manter o povo indefeso sob controle, foi necessário um governo com AI-5, será que uma democracia teria força para combater os interesses do grande capital multinacional, nacional, do latifúndio e da empresa agrícola?

Samuel Lash
Campina Grande - PB

PROPAGANDA ELEITORAL

O desrespeito de Cláudio Lembo por Porto Feliz

Quero protestar contra a forma de promoção usada pelos companheiros do candidato arenista ao Senado, Cláudio Lembo, quando da visita que esse senhor fez a Porto Feliz (SP), no dia 8 de outubro, ocasião em que se comemorava a "Semana das Monções", festa da maior importância histórica.

Exatamente na data citada, estava sendo apresentado o Desfile Histórico, onde são reconstituídos fatos que marcaram a história de nosso Estado e consequentemente de nosso país. Acho não ser necessário ressaltar com que respeito, seriedade e orgulho esse desfile é visto pelos portofelicense e turistas que anualmente vão a Porto Feliz para assistir a esse evento.

Mas, para nossa desagradável surpresa, um senhor (que já havia desfilado pe-

las ruas ao lado do sr. Cláudio Lembo) teve a infeliz e desrespeitável idéia de pregar propaganda política - "Lembo senador" - nos objetos tirados de museu (pilões, caldeirões, moenda de cana etc.) que decoravam os carros alegóricos, denegrindo assim o Desfile Histórico e desrespeitando todo um povo e sua história.

Cláudio R. Martins
São Paulo - SP

CORRUPÇÃO

"Golbery traiu a pátria em favor da Dow"

O que a multinacional Dow Chemical tem logrado obter através de seu testa-ferro brasileiro, o general Golbery do Couto e Silva, é absolutamente fabuloso, especialmente em relação ao que lhe custou: em outras palavras, o preço de Golbery foi muito baixo. Segundo as denúncias feitas até agora, a Dow atingiu a posição dominante no setor petroquímico no Brasil, através de favores fiscais, comportamento subserviente de um general brasileiro, desnacionalização de uma concorrente brasileira e autorização para importações supérfluas. Tudo isso, por uns míseros 30 mil dólares anuais pagos ao Golbery. Sim, o general Golbery, considerado o "cérebro do regime", que foi o primeiro de sua turma na Escola Militar de Realengo, o aluno favorito do marechal Teixeira Lott, e fundador da Escola Superior de Guerra, segundo inspiração do National War College dos EUA. Ora, os chefões das multinacionais ganham até 500 mil dólares anuais, não me surpreenderia em encontrar o chefe da Dow nesse grupo. Na IBM do Brasil, onde trabalhava, recebia praticamente 30 mil dólares anuais na época de minha renúncia e creio que na empresa havia, no Brasil, acima de 50 pessoas com remuneração semelhante ou superior. (*)

A meu ver, a atuação de Golbery em favor da Dow constitui traição à pátria. O silêncio do "Rasputin brasileiro" face as acusações que lhe são proferidas é praticamente uma confissão de culpa. Como não acredito na pena de morte e tampouco na justiça sumária, creio que Golbery deve ser julgado o quanto antes por um tribunal civil, independente, e aberto ao público, com juiz e júri selecionados entre cidadãos brasileiros honrados. Os acusadores deverão apresentar as suas provas, e no caso da confirmação da traição recomendo como punição o desterro vitalício, o confisco de todos os seus bens e a revogação de sua cidadania brasileira. Quanto à Dow, recomendo que o país exija desta o ressarcimento integral à União dos benefícios auferidos pelo tráfico de influência. No caso da empresa haver violado a nossa legislação, terá cometido um ataque à soberania nacional, e nesse caso o confisco de suas propriedades no Brasil poderia ser justificado.

Ao Congresso Nacional, recomendo que faça passar legislação, rigorosa, cobrindo a prática da traição em favor de grupos econômicos estrangeiros, para que episódios sórdidos como o caso Dow-Golbery não voltem a manchar as páginas da nossa história. As Forças Armadas sugiro que estas voltem aos quartéis e passem a condução dos destinos da Nação às lideranças civis. Após o emaranhado dos casos Dow/Jari/IBM-Golbery/Aquino/Bethlem, para mim ficou contundentemente comprovado o fracasso das lideranças militares em zelarem pelo bem-estar, a integridade e a soberania da Nação Brasileira.

Christian K. Hansen
Nova Friburgo - RJ

(*) Renunciei ao cargo que ocupava na IBM em 1976 em protesto, após constatar que se tratava de uma organização corrupta. Denunciei a IBM e seu chefe Frank Cary aos jornais *Repórter* (agosto) e *Tribuna de Imprensa* (5/9/78). Os crimes cometidos pela IBM no país incluem, entre outros, a corrupção de órgãos oficiais e meios de comunicação; práticas monopolísticas; engano, repressão e exploração de funcionários. Até agora o governo brasileiro não tem tomado nenhuma medida com respeito às denúncias, talvez porque um dos envolvidos seja Mário Bethlem, filho do atual ministro do Exército, general Fernando Bethlem.

SAUDOSISMO

O tempo em que só a palavra do governo valia...

Tantos partidos políticos houve, e com tanta demagogia... Do Palácio antigo, antes de 1930, saía a "circular" da Secretaria da Justiça (que era também do Interior) para as Prefeituras dos Estados, consultando o número total de eleitores... o nome do primeiro e do último! Era a máquina da chamada eleição do "Bico de Pena".

Os prefeitos davam o número conforme julgassem justo e possível, e os nomes... até imaginários, ou de falecidos... Reconhecida a firma do prefeito e do seu secretário pelo titular do município (pe-la Comarca), tudo estava legal!... Quem não admitia? Estava eleita a Câmara ou as Câmaras, porque quem reconhecia era o Senado estadual - tudo era do governo. Os jornais, depois que o do governo dava publicação do resultado, todos publicavam! Tudo estava certo, pois só a palavra do governo era verdadeira! Não havia briga, nem "oposição", e tudo corria bem...

A. Moraes
Salvador - BA

ASSINE MOVIMENTO
EM PORTO ALEGRE
PELO FONE
25-2226

Anuncie
em **Movimento**

tel: 210-6744 e 210-6622

Caros amigos:

Se minha assinatura de Movimento ainda não venceu, deve estar por vencer. E é com satisfação que desejo renová-la. Ainda mais agora que pressinto o jornal Movimento mais fortalecido, pois poderá, com menos impecilhos, alcançar seus objetivos, livre dos grilhões da censura prévia. Por mais um ano (e sempre) estaremos juntos na conquista de nossa libertação e na firme disposição de não aceitar tristes retornos. Avante!

Estou enviando anexo um cheque nominal no valor de Cr\$ 600,00, emitido em favor de Edição S/A.

Ao concluir reitero minhas Saudações Democráticas

VANDER RODRIGUES
Arapongas - PR



Desejo receber
uma assinatura de Movimento

Nome
Endereço
CEP
Profissão
Idade
Cidade
Estado

Estou enviando o cheque nº em nome de Edição S/A - Editora de Livros, Jornais e Revistas. Rua Dr. Virgílio de Carvalho Pinto, 625, São Paulo, SP, CEP 05415. Se o pedido de assinatura for feito na Europa, o pagamento deve ser enviado para a Conta Postal CCP 1202254 D - M Villas - Paris - França. Preço de assinatura no exterior: ANUAL: US\$ 70 - SEMESTRAL: US\$ 35.

SEMESTRAL Cr\$ 300,00
Desejo receber gratuitamente 5 exemplares a mais.

ANUAL Cr\$ 600,00
Desejo receber gratuitamente 10 exemplares a mais.

JOSÉ FREJAT

P/ DEPUTADO FEDERAL

MDB

308

- ANISTIA ampla e irrestrita - Foi quem primeiro pediu anistia na Câmara dos Vereadores, quando ainda era risco falar sobre o assunto. E levou a anistia a todos os Encontros Regionais e Nacionais de Vereadores e tese sobre anistia à Conferência Nacional dos Advogados.

- CENSURA - É o campeão na luta contra a Censura, na Câmara, jamais tendo feito qualquer concessão a essa arma da Ditadura ("A Censura é a pilula anti-concepcional do pensamento").

- LUTA pelas liberdades democráticas. Liberdade sindical contra o arrocho salarial. Restabelecimento das Entidades Estudantis. Reforma Agrária.

- POLUIÇÃO - Frejat, eleito unânime pelo Comitê de Imprensa da Câmara como um dos 5 melhores parlamentares de 1977, tem relevante atuação na defesa das áreas verdes, na luta contra a poluição e a especulação imobiliária (Ação Popular do Parque Lage, Caravana Ecológica a Maricá, Forte Copacabana, etc).

MAURO BRAGATO

P/ DEPUTADO ESTADUAL

MDB — 1534

Luta pelo ensino público e gratuito para o povo. Participa na luta pela manutenção das Faculdades no interior paulista, principalmente as faculdades da UNESP. Ex-diretor do Diretório Acadêmico da FFCL de Presidente Prudente-UNESP. Estuda Pós-Graduação na PUC-SP e Unicamp. É cientista social e professor formado pela Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Presidente Prudente.



MDB

PARA DEPUTADO FEDERAL

EUZÉBIO ROCHA

338

Euzébio Rocha é pela política de elevação de salários e de melhor distribuição da renda nacional. A política de contenção salarial mostra-se ineficaz para conter a inflação e torna-se prejudicial à formação de nosso mercado interno.

Euzébio Rocha manifesta-se por uma nova política de petróleo e contra os contratos de serviço com cláusula de risco, assinados com os trustes de petróleo. Não vê razão para a elevação exagerada do preço do petróleo, a ponto de em 1973 oferecermos a 2ª gasolina mais barata do mundo e, agora, em 1978, a mais cara.

Luta por uma nova política nuclear.

É pela anistia plena, geral e para todos. Defende a liberdade de informação porque um povo só pode agir bem se for bem informado.

É contra os atos institucionais e pela volta do País ao Estado de Direito.

É também pela imediata convocação de uma nova Constituinte.

É pela liberdade sindical.

É preciso assegurar à mulher efetivas condições para participação no comando político e social do País.

É imperioso que se assegure como programa prioritário condições de pleno desenvolvimento mental e social da criança.

DEP. FEDERAL



GASTÃO SANTOS

**MDB
Nº 361**

Gastão Santos é nascido e criado na Baixada Fluminense. Filho de Nilópolis. Desde 1962 se bate pelos direitos do povo pobre e sofrido do Grande Rio. Secretário da Prefeitura de Nilópolis até a cassação do prefeito nos idos de 1964. Mas a luta de Gastão Santos continua, sua candidatura é mais uma afirmação em seu compromisso de servir ao povo.

Seu compromisso -

- pelo aumento do salário sempre acima do aumento do custo de vida
- pelo abono salarial imediato e sem desconto para todas as categorias de trabalhadores
- pelo congelamento dos preços dos artigos de 1ª necessidade
- por uma política econômica voltada para os interesses do povo
- pelo direito de greve e livre manifestação
- pela anistia ampla, geral e irrestrita
- pelo restabelecimento pleno do habeas-corpus
- pelas Liberdades Democráticas
- pela defesa das riquezas e da soberania nacional
- pela Assembléia Nacional Constituinte



RAYMUNDO DE OLIVEIRA

DEPUTADO ESTADUAL — RJ

MDB

Nº 1698

Chega de sufoco

Depois de 14 anos de arrocho salarial, de perda de estabilidade no emprego, de denúncia vazia, de leis anti-greve, de repressão policial, de falsificação dos índices do custo de vida, as condições de vida do trabalhador brasileiro chegaram a um ponto insuportável.

Mas tudo isso não foi à toa. Esta política da ditadura militar foi para enriquecer ainda mais os grandes capitalistas nacionais e principalmente os estrangeiros que, junto com os grandes donos de terra, sugam o suor e o sangue do nosso povo, carregando para o exterior as nossas riquezas naturais e a nossa produção agrícola.

A situação fica cada dia pior. A inflação continua aumentando. O país deve hoje 40 bilhões de dólares ao exterior. Se o governo resolvesse pagar esta dívida fazendo jogos diários no Maracanã, lotando o estádio, somente depois de 416 anos ela estaria liquidada. Mas o governo nem diz como pensa em pagá-la. E nem teria como, Ministros, governadores e assessores do governo estão mais preocupados em meter a mão no dinheiro público. É a maior e a mais vergonhosa corrupção que o país já conheceu em toda a sua história.

Lutando contra essa situação, milhares de brasileiros foram punidos - presos, torturados, mortos, cassados, exilados. Precisamos continuar a sua luta. Precisamos lutar por uma Anistia Ampla, Geral e Irrestrita; lutar pela eliminação de todas as leis do arbítrio; fortalecer todas as entidades representativas dos trabalhadores, dos intelectuais, dos estudantes; lutar pela convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte.

Mas não se pode ter ilusões de que o voto resolverá tudo. Ele é apenas uma das formas de luta, e é neste sentido que se apresenta a candidatura de **Raymundo Teodoro**. O parlamento hoje está enfraquecido e sujeito a todo tipo de violências. E o MDB, se tem democratas, tem também todo tipo de aproveitadores. É o caso do sr. Chagas Freitas, que é o dono do MDB no Estado do Rio de Janeiro, e que serve mais à ditadura do que muitos arenistas.

A candidatura de **Raymundo de Oliveira** tem por objetivo a consolidação de uma Frente Popular, que visa unir todos os que realmente lutam pelas Liberdades Democráticas, por melhores condições de vida para nosso povo, em defesa das riquezas e da soberania nacionais e que deve servir para combater e eliminar o caciquismo e o adesismo que enfraquecem o partido de oposição e permitir uma luta mais consequente contra o arbítrio do governo. A Frente Popular Eleitoral é também um esforço para que todos os candidatos democráticos e populares caminhem juntos na busca da melhor solução na reorganização que se aproxima.

POR MELHORES CONDIÇÕES DE VIDA PARA O POVO

PELO FIM DO REGIME REPRESSIVO

PELAS LIBERDADES DEMOCRÁTICAS

POR UMA ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE

POR UM GOVERNO DEMOCRÁTICO E POPULAR



“NÃO VOTE NO PATRÃO VOTE NO PEÃO!”

Esse é o bochicho dentro das fábricas e nos bairros da periferia de São Paulo.

O peão é Aurélio Peres, operário ferramenteiro da Caloi, que foi indicado por 62 bairros para ser o candidato dos trabalhadores à Câmara Federal.

Aurélio é um dos coordenadores do Movimento Custo de Vida, membro da Oposição Sindical dos Metalúrgicos de São Paulo e da Pastoral Operária.

Pela firmeza e coragem que tem demonstrado na defesa do direito de greve; contra o arrocho salarial; pela liberdade sindical e pela união dos trabalhadores na luta contra o regime, é que Aurélio Peres se destaca como um legítimo representante das forças de oposição. Tem defendido a Anistia ampla geral e irrestrita para que outros companheiros do campo e da cidade que estão presos, cassados ou exilados retornem à luta pela conquista de uma sociedade mais justa.

Que se conquiste a liberdade para todos os partidos políticos e se convoque uma Assembléia Constituinte livremente eleita e soberana para mudar essas leis que há 14 anos vêm arrochando o povo brasileiro.

Luta pela reforma agrária para dar terra e apoio para quem quiser plantar.

Contra a dominação do país pelo capital estrangeiro.

P/Deputado Federal

AURÉLIO PERES Nº 400 —MDB

“Chegou a hora da mulher botar a boca no trombone. Vai votar em Irma Passoni!”

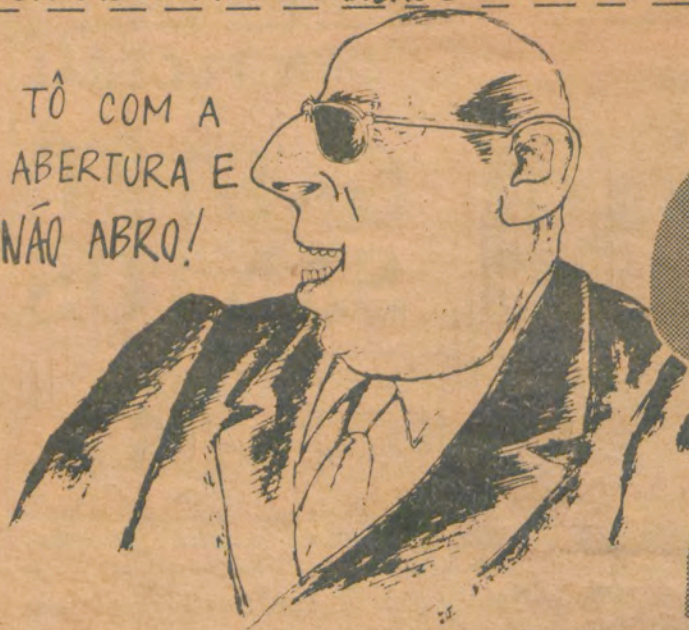
P/Deputada

IRMA PASSONI Nº 1.443 — MDB



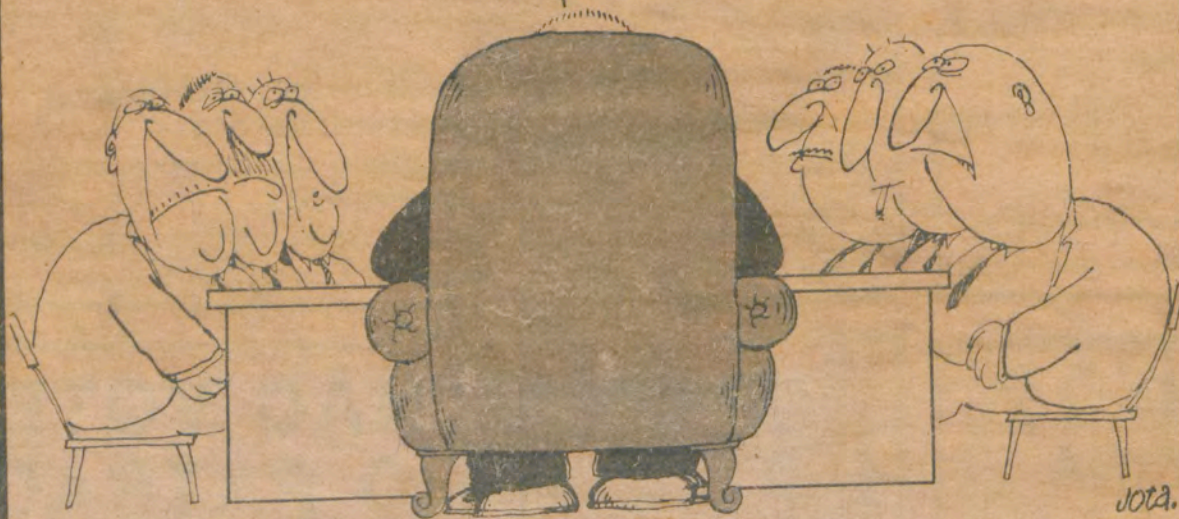
Dona-de-Casa, Professora primária na periferia, Coordenadora de Movimento Custo de Vida, membro da Pastoral Operária e da Pastoral do Mundo do Trabalho.

TÔ COM A ABERTURA E NÃO ABRO!



CORTA ESSA!

CONVOQUEI ESSA REUNIÃO DE EMERGÊNCIA POR CAUSA DESSA ÚLTIMA DENÚNCIA DE CORRUPÇÃO. ESSA EU NÃO SABIA. E QUERO A MINHA PARTE!

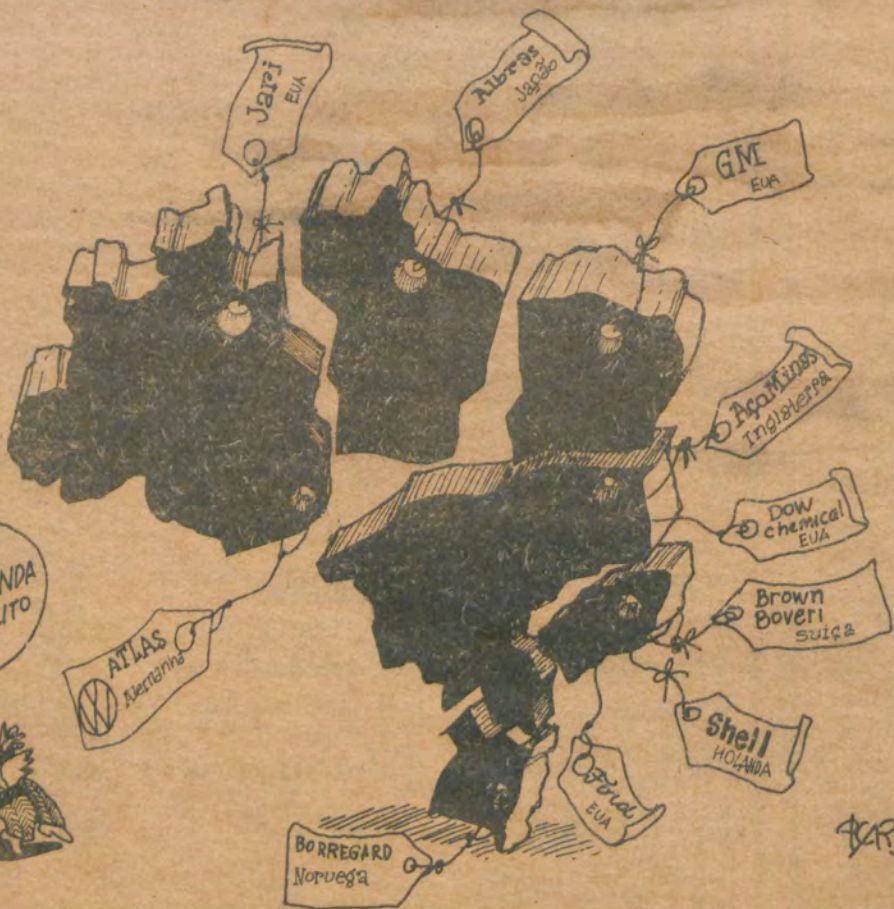


Jota.

EI, VOLÊ QUE ESTÁ NA ESCUTA DO MEU TELEFONE: MINHA TELEVISÃO QUEBROU, AS CRIANÇAS TÃO DORMINDO, MINHA MULHER COM DOR DE CABEÇA E EU TÔ COM UMA BAITA INSÔNIA. VAMOS BATER UM PAPINHO?!



COMO É QUE EU IA ADIVINHAR QUE ELE ERA CHAVEIRO?



RAPAZ! NÃO HÁ EMENDA QUE DÊ JEITO NISTO!



ACRUB.

SEU MARIDINHO JÁ FOI TRABALHAR QUERIDINHA?.. HA BOM! ENTÃO PREPARA O CHAMPÃ, OS BISCOITINHOS E BOTA UM CAETANO NA VITROLA. QUE JÁ VOU PRAI. VAMOS PASSAR MOMENTOS MARAVILHOSOS! HA SIM... DE QUE SEU MARIDO TÁ TRABALHANDO, QUERIDINHA?



ESCU TA TELEFÔNICA!



Jota.